



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO

**OS PROJETOS DE FORMAÇÃO HUMANA EM
DISPUTA NA ESCOLA DE ASSENTAMENTO,
PASSOS MAIA/SC**

JANAINA GOULART OLIVEIRA DE QUEIROZ

Florianópolis
Agosto de 2014

JANAINA GOULART OLIVEIRA DE QUEIROZ

**OS PROJETOS DE FORMAÇÃO HUMANA EM
DISPUTA NA ESCOLA DE ASSENTAMENTO, PASSOS
MAIA/SC**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Sandra Luciana Dalmagro

Florianópolis
Agosto de 2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Queiroz, Oliveira Goulart Janaina

Os Projetos de Formação Humana em Disputa na Escola de Assentamento, Passos Maia/SC- Assentamento Zumbi dos Palmares; orientador (a), Prof.^a Dr.^a Sandra Luciana Dalmagro-Florianópolis, SC, 2014.

124 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -

Universidade Federal de Santa Catarina,

Centro de Ciências da Educação. Graduação em Educação do Campo.

Inclui referências

1. A EEIEF Nossa Senhora Aparecida 2. O Município de Passos Maia: Entre Latifúndios e Assentamentos 3. Escola: O que Produz e (Re) Produz. 4. Conclusão.

I. Dalmagro, Prof.^a Dr.^a Sandra Luciana de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Educação do Campo. III. Título

JANAINA GOULART OLIVEIRA DE QUEIROZ

**OS PROJETOS DE FORMAÇÃO HUMANA EM
DISPUTA NA ESCOLA DE ASSENTAMENTO, PASSOS
MAIA/SC**

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo e aprovado em sua forma final junto à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC.

Aprovado dia 11 de Agosto de 2014.

Prof.^a Natacha Eugênia Janata
Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da
UFSC

Apresentada à Banca Examinadora, integrada pelos Professores:

Prof.^a Sandra Luciana Dalmagro
Orientadora

Prof.^a Célia Regina Vendramini
UFSC

Vagner Luiz Kominkiewicz
Prof.^o. Mestrando PPGE/UFSC

Aos estudantes da “Escola do Zumbi”

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Sandra Luciana Dalmagro, pela dedicação e orientação, por confiar na minha capacidade e pela compreensão em todos os momentos.

À Banca examinadora, Célia, Sandra e Vagner, por aceitarem em me ajudar nesse processo de formação.

Agradeço aos professores Marcos Antônio Oliveira e Adriana D'Agostini, que juntamente com Sandra Luciana Dalmagro, me possibilitaram estudar e pensar com base na perspectiva do Materialismo Histórico Dialético.

Ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFSC, pela oportunidade de aprendizagem e também aos educadores e estudantes que estiveram juntos nessa trajetória.

Ao Movimento Sem Terra- MST, pelo trabalho histórico e persistente ao lado da classe trabalhadora do campo e da cidade.

À querida comunidade do Zumbi dos Palmares I, a Escola EEIEF Nossa Senhora Aparecida, “Escola do Zumbi”, pela permissão de vivência na escola e na comunidade, por me receberem e pela atenção. À Ângela, seu esposo Cesar, e as filhas Jaqueline e Aninha, pelo apoio, e pela compreensão por minhas chegadas sem avisar.

Aos meus queridos filhos Fidel e Pablo, pelo incentivo ao retorno nos estudos.

Para os que Virão

Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.
Sabendo que não vou ver
o homem que quero ser.

Já sofri o suficiente
para não enganar a ninguém:
principalmente aos que sofrem
na própria vida, a garra
da opressão, e nem sabem.

Não tenho o sol escondido
no meu bolso de palavras.

Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular – foi deixando,
devagar, sofredamente
de ser, para transformar-se
- muito mais sofredamente -
na primeira e profunda pessoa
do plural.

Não importa que doa: é tempo
de avançar de mão dada
com quem vai no mesmo rumo,
mesmo que longe ainda esteja
de aprender a conjugar
o verbo amar.

É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro.

(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros.)
Se trata de abrir o rumo.

Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando.
(Thiago de Mello)

RESUMO

Esta pesquisa envolve um conjunto de observações e estudos realizados durante os Tempos Comunidade (TC), dentro da Pedagogia da Alternância do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina. Este estudo tem por objetivo, analisar a realidade da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, localizada no assentamento Zumbi dos Palmares I, município de Passos Maia, oeste de Santa Catarina. Delimitamos como questão central dessa pesquisa, a identificação dos projetos em disputa na escola que expressam a correlação de forças do município e analisar os objetivos formativos da mesma. Nesse sentido, buscamos a compreensão, de como se reorganiza o espaço escolar e social na escola. Para responder a essas indagações buscamos nas obras de Marx, Manacorda, Frigotto, Althusser, Bourdieu e Baudelot & Establet, autores que debatem a articulação entre educação e sociedade e que se fizeram necessários para entender a escola mencionada, a qual reflete a divisão da sociedade em classes e as disputas existentes na sociedade, além de apresentar situações caracterizadas como violência simbólica. Em termos metodológicos, realizamos análise bibliográfica e documental, entrevistas semiestruturadas com pais, estudantes, educadores, funcionários e direção, observações na escola, conversas informais, depoimentos, estágios. No processo de pesquisa identificamos em disputa na escola, de um lado, um projeto baseado na coletividade, que tem em vista a emancipação e transformação social dos sujeitos, vinculado à pedagogia do Movimento Sem Terra e a classe trabalhadora. De outro lado, um projeto tradicional, individualista, pautado na lógica do capital, vinculado à classe dominante e setores conservadores do município. Os projetos pedagógicos evidenciados na escola refletem a realidade e as disputas presentes no município, para além da escola.

Palavras-chave: Escola, Luta de classes, MST, Assentamento

LISTA DE TABELA

Tabela

Tabela 1. – População urbana e rural de Passos Maia SC: 1996 – 2009.....	76
---	-----------

LISTA DE FIGURAS

Figuras

Figura 1. Construção da EEIEF Nossa Senhora Aparecida.....	18
Figura 2. Escola EEIEF Nossa Senhora Aparecida.....	19
Figura 3. Bandeira do MST na Escola.....	19
Figura 4. Jornal da Escola - Junho de 2012	33
Figura 5. Teatro na Escola.....	34
Figura 6. Exploração de madeira no final do século XIX na região oeste SC.....	61
Figura 7. Acampamento estadunidense.....	61
Figura 8. Comunidade Zumbi dos Palmares.....	66
Figura 9. Barraco - Assentamento Zumbi dos Palmares.....	67
Figura 10. Mudança de Lote- Família Assentada.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: A EEIEF Nossa Senhora Aparecida	16
1.1. A Luta por uma Educação Emancipatória.....	16
1.2 Os Projetos Sociais em Disputa no Espaço Escolar.....	27
1.3 Um Marco na Troca de Gestão: A "Palestra"	37
1.4 Análises Preliminares da Palestra e os Meses Seguintes.....	45
CAPÍTULO 2: O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA: Entre Latifúndios e Assentamentos	58
2.1 O Movimento Sem Terra e sua Pedagogia	77
CAPÍTULO 3: ESCOLA: O QUE PRODUZ E (RE)PRODUZ	86
3.1 As Redes da Escola e as Tramas dos Aparelhos Ideológicos de Estado e de Violência Simbólica.....	96
CONCLUSÃO	108
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICES	120

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de monografia considera os estudos, vivências, pesquisas e estágios realizados, durante o Curso de Licenciatura de Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na EEIEF Nossa Senhora Aparecida, escola de Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Assentamento Zumbi dos Palmares I, localizada no município de Passos Maia, oeste do estado de Santa Catarina.

A EEIEF Nossa Senhora Aparecida é fruto da organização dos trabalhadores rurais sem terra, ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. A escola se estruturou com a necessidade das famílias acampadas terem uma escola próxima às suas moradias, dentro do acampamento, evitando que suas crianças e jovens se deslocassem em longos trajetos, buscando garantir o direito à educação. Além disso, outro fator importante a considerar nesse contexto, é que uma escola dentro de um acampamento, possibilita que as famílias se mantenham acampadas, o que vem facilitar a organização e a efetivação do próprio assentamento das famílias e o trabalho do MST.

Dentro dessa realidade, a estruturação da EEIEF Nossa Senhora Aparecida aconteceu em 1995, na Fazenda Ameixeira, com a reivindicação das famílias junto ao poder público municipal. Com articulações entre MST, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Governo Municipal, em 1997 a escola se estabeleceu e inicialmente atendia as crianças de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. Posteriormente, a escola passou a atender até 5ª e 8ª série do fundamental, no ano de 2004.

Atualmente a EEIEF Nossa Senhora Aparecida, atende cerca de 250 estudantes, crianças e adolescentes, entre os turnos matutino e vespertino, na Educação Infantil, Fundamental e Médio, este último ligado à rede estadual de educação através de uma extensão da Escola Estadual Corália Gevaerd Olinngers, cuja sede está localizada no meio urbano do município. A escola também atende a Educação de Jovens e Adultos - EJA. Os estudantes em sua maioria são filhos de assentados da Reforma Agrária e moradores dos assentamentos Zumbi dos Palmares I e II, 20 de Novembro, 29 de Junho, Conquista do Horizonte, além da comunidade tradicional de Santo Antônio. Alguns estudantes residem nas proximidades dos assentamentos.

A direção da escola é cargo de confiança, definida pela gestão municipal. Já o quadro de educadores, em sua maioria está na condição de ACTS (Admitidos em Caráter Temporário), com formação em nível

de Graduação e Pós-Graduação, sendo que a maioria deles são moradores do espaço urbano do município. Sendo assim, os mesmos, percorrem aproximadamente 42 km por dia para as atividades escolares, com uma carga horária de trabalho de 40 horas semanais. Na escola também há um quadro de funcionários, entre eles: serviços gerais, merendeiras e motoristas, que em sua maioria são assentados ou moradores do entorno da escola.

A EEIEF Nossa Senhora Aparecida estruturou-se dentro de uma proposta de formação humana e desenvolvimento pleno, com base na educação emancipatória do MST, a qual insere a escola em um movimento de luta, com o não atrelamento ao mercado capitalista, ou seja, desvinculada da educação hegemônica. Nesse sentido, um projeto de educação que busca a transformação social dos sujeitos, com base na Educação Popular, na Pedagogia Socialista e na Educação do Campo.

A escola em sua historicidade passou por três momentos distintos e importantes, que serão relatados na continuação desse texto, em um deles, a escola ficou vinculada ao Estado; vindo o mesmo a assumir a sua gerencia. Essa realidade acabou gerando mudanças que repercutiram na forma de concepção e princípios de educação. Assim, foram produzidos contradições e conflitos no meio escolar, envoltos na hierarquização em que a escola assume, e que ocasionou inclusive disputas dos cargos existentes na organização da escola. Dessa maneira, a escola, reproduz a sociedade capitalista e a luta de classes, a partir dos projetos sociais que disputam dentro da escola.

Durante os períodos de agosto de 2011 a junho de 2014, foram realizadas vivências, estágios e observações na escola, que possibilitaram identificar a existência de dois projetos sociais, sendo estes antagônicos, pois refletem os diferentes interesses políticos do município e da sociedade. Nesse sentido, de um lado um projeto com partidos mais democráticos, juntamente com o MST, e de outro um projeto de partidos conservadores, com representantes das forças dos fazendeiros e latifundiários da região.

Com a mudança política na região em 2012, sai de cena a antiga gestão escolar, ligada à organização dos assentamentos, que identificaremos nesse texto como gestão anterior, juntamente com a direção e um grupo de educadores, atuantes e militantes do MST. Nessa lógica, entra em cena a atual gestão, com nova direção e novos educadores, com outros princípios e concepções de educação, acirrando uma disputa por cargo e poder dentro da hierarquia institucional, uma luta entre classes. Assim foram produzidas mudanças no âmbito escolar, sendo que algumas foram ao encontro das regras disciplinares da escola.

Com isso, foram originados muitos conflitos entre estudantes e educadores, quase sempre envolvendo em discussões.

Nesse contexto tenso e com a atual gestão escolar, presenciei em abril de 2013 uma atividade na escola intitulada “palestra”, a qual me marcou muito e que teve como articuladores da mesma, a direção de escola, secretaria de educação, conselho tutelar, policias civil e militar. Como pauta da “palestra”: a indisciplina dos estudantes, as relações de conflitos entre estudantes e educadores, a proibição do uso de boné, de chicletes, e de celular na escola e nos trajetos em ônibus escolar, entre outros. Observo que a “palestra” aconteceu dentro de um clima tenso e durante todo o momento, foi mediada com intimidação e repressão aos estudantes. Nesse aspecto, reitero a minha surpresa diante do teor da “palestra” e da forma como foi conduzida, provocando certa angustia, gerando uma situação de impotência, tensão e desconforto.

Essa “palestra” marca a transição de uma gestão à outra, a qual expressa à intenção da atual direção da escola que prima pela ordem. A referida “palestra”, antes do que um fato isolado, expressa diferentes concepções do espaço escolar e de sua proposta pedagógica, evidenciando a intensidade dos embates que cercam e atravessam a referida escola. Diante deste fato observado, e somando a outras observações que vinha realizando na escola desde agosto de 2011, chegou-se à seguinte questão de pesquisa: Como os diferentes projetos sociais existentes no município se expressam na EEIEF Nossa Senhora Aparecida e quais os objetivos formativos desta escola neste contexto? Assim, buscamos compreender como se reorganiza o espaço escolar e social da escola. Outras questões afins foram surgindo: Quais os impactos da mudança na gestão escolar? Onde vão trabalhar os estudantes da EEIEF Nossa Senhora Aparecida depois de formados? Para que esta escola forma?

É importante considerar que as questões observadas e vivenciadas no trabalho de campo para a elaboração dessa monografia incluíram violência e repressão dos Órgãos de Estado, como Polícia Civil, Militar, Conselho Tutelar e Secretaria de Educação do município, o que gerou angustia durante o processo de vivência no próprio município e que por vários momentos se questionou sobre a elaboração da mesma, ou como fazê-la, considerando os princípios éticos que envolvem a pesquisa e as regras da própria instituição UFSC, aos quais se buscou a todo tempo preservar. Apesar destas preocupações, não era possível evitar a questão de pesquisa que estava posta e a ela resolvemos responder, considerando, sobretudo o compromisso que temos com o povo trabalhador, em particular do campo e os sujeitos concretos desta

pesquisa. Assim, tivemos o cuidado de não citar nomes das pessoas que estão inseridas nesse contexto, nem cargos, posições, buscando evitar qualquer tipo de constrangimento.

Nesse sentido, o que está sendo considerado aqui são as expressões dos projetos que disputam esse espaço escolar, envoltos a propostas pedagógicas antagônicas, dentro de contradições e conflitos, que acercam da luta de classes reproduzida pela sociedade capitalista. Assim compreender os objetivos formativos da EEIEF Nossa Senhora Aparecida.

Neste contexto, formularam-se como objetivo geral dessa monografia: compreender como os diferentes projetos sociais existentes no município se expressam na escola, e quais os objetivos formativos desta escola neste contexto, ou seja, identificar os sentidos formativos dos distintos trabalhos pedagógicos da escola EEIEF Nossa Senhora Aparecida. Nessa compreensão, e como objetivos específicos: localizar os diferentes projetos políticos pedagógicos na escola e identificar, como eles se apresentam e se realizam; estudar a articulação entre escola e sociedade, identificando a escola como reprodutora da sociedade capitalista dividida em classes; refletir acerca do trabalho pedagógico da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, buscando a compreensão de como a reprodução da sociedade efetiva-se em seu interior;

Como metodologia e buscando atender os objetivos propostos e responder à questão orientadora da monografia, foram desenvolvidas pesquisa e análise bibliográfica que dão sustentação à monografia, a partir da apropriação de autores que debatem a articulação entre educação e sociedade, e a escola como (re) produtora da sociedade, entre eles, Saviani, Snyders e Freitas. Realizou-se ainda pesquisa documental, com análise do PPP da escola. Na pesquisa de campo, incluíram-se as observações em sala de aula, sala de educadores, comunidade, intervalos escolares e recreios, relação educadores e estudantes, diálogos informais, caderno de realidade que envolve o período de agosto de 2011 a abril 2014. Foram realizadas 29 entrevistas semiestruturadas, sendo uma com a direção da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, 3 com funcionários, 11 com estudantes, 9 com educadores e 5 com pais, conforme roteiro de questões expostas no apêndice. As entrevistas tiveram por objetivo investigar a repercussão e a compreensão dos entrevistados acerca dos diferentes projetos que envolvem o contexto escolar da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, bem como os objetivos formativos da escola. Também se buscou compreender a repercussão da “palestra” junto aos estudantes e comunidade (pais e funcionários), bem como a repercussão da troca de

gestão e sua atuação. Além disso, buscou-se compreender e identificar para onde são direcionados os estudantes que se formam na EEIEF Nossa Senhora Aparecida, quais as ocupações que os mesmos assumem, quando inseridos no mercado de trabalho.

O critério de escolha dos entrevistados está associado ao envolvimento que os mesmos têm com o espaço escolar. Foram considerados os estudantes de séries finais do ensino fundamental, considerando gênero, idade, alguns estudantes definidos como “bagunceiros” e outros mais calados. Já os educadores e funcionários foram considerados os mais antigos na escola, além dos pais, considerando os que vivenciaram as duas gestões escolares, e alguns mais antigos na comunidade, que participaram da própria construção da escola.

O conjunto de estudos, pesquisas, vivências e estágios me levaram à organização do texto da monografia, produzindo um trabalho extenso, em função das diversas informações levantadas nesse período, muitas das quais não foram utilizadas, evitando uma maior extensão. Assim, a monografia está dividida em quatro partes. No primeiro capítulo, o foco é a EEIEF Nossa Senhora Aparecida e as disputas políticas e pedagógicas em torno dela; neste contexto caracterizamos a referida escola, seu histórico, os projetos sociais em disputa no meio escolar, o MST na escola e a luta por uma educação emancipatória, a transição de gestão e a palestra na escola. No segundo capítulo o foco é o município e o MST, adentramos então na caracterização do município, o contexto histórico, estruturação agrária (latifúndios, assentamentos), o MST na região, os assentamentos, a luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST. No terceiro capítulo o foco é o conceito de escola, a escola na sociedade atual e a relação entre escola e sociedade, buscando a compreensão teórica do espaço escolar em vista de melhor entender a escola pesquisada. Assim, no capítulo conclusivo, retomamos a questão de pesquisa, e, trazendo os pontos fundamentais do texto, avançamos na tentativa de unir as análises realizadas na elaboração da monografia, buscando considerar a finalização da mesma.

CAPÍTULO 1

A EEIEF Nossa Senhora Aparecida

1.1 A Luta por uma Educação Emancipatória

A história da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, também conhecida na região como “Escola do Zumbi”, está ligada a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, que em sua organização possibilitou o assentamento de cerca de 500 famílias em Passos Maia. A luta pela Reforma Agrária do Movimento Sem Terra vem possibilitando a própria estruturação do Movimento e esta é associada à luta pela educação; quando firma como pilar um projeto de educação emancipadora, a partir de um desenvolvimento pleno e universal, vindo ao encontro da realidade dos sujeitos envolvidos.

Dentro desse contexto, o Movimento organizou e efetivou com que cerca de 800 famílias estivessem acampadas no município de Passos Maia, inseridas no acampamento da Fazenda Ameixeira e estas vieram reivindicar junto ao poder público, o acesso a terra, e dentre outros, o direito de seus filhos acessarem a escola. A luta então envolvia o direito dos acampados à terra e à educação. Nesse sentido, segundo Souza (2013), os acampados organizaram e estruturaram cinco escolas em alguns assentamentos, mas estas em péssimas condições de estruturas em barracos, que funcionavam em antigas sedes de fazendas, que atendiam as séries iniciais do ensino fundamental. Estes espaços educacionais não eram reconhecidos pelo poder público, embora diversas tentativas tenham sido feitas.

Na escola do acampamento, os educadores eram os próprios acampados, alguns cursavam o magistério, outros possuíam o ensino médio e outros apenas o fundamental. A escola foi construída com lona e atendia as crianças anos iniciais do Ensino Fundamental, do pré-escolar à 4ª série, os estudantes de 5ª a 8ª série faziam o trajeto até o meio urbano para terem acesso à Escola Estadual Professora Corália Gevaerd Olinger, o que envolvia mais de 4 horas diárias no transporte escolar.

“Preocupados com a educação dos filhos desde o período de acampamento, as famílias juntamente com a coordenação do MST, organizaram escolas com educadores do próprio acampamento, mantendo-as após o assentamento das famílias. Educadores estes que continuaram a dar aulas para as séries iniciais (1ª a 4ª série) no próprio

acampamento e posterior assentamento, e de 5ª a 8ª série com transporte para as crianças acampadas estudar na cidade. Esse encaminhamento foi aceito com festa pelos acampados, pois os menores estudariam próximos dos pais o que facilitava o acompanhamento de estudos” (PPP, EEIEF NOSSA SENHORA APARECIDA, 2010 p.8).

A consolidação do Assentamento Zumbi dos Palmares, permitiu firmar a partir de 1998, a luta pela construção de uma estrutura (Figura 1) que estivesse em condições de exercer o processo educativo e que atendesse todo o ensino fundamental na região. Segundo Souza (2013), esse momento vivenciado em acampamento permitiu a própria consolidação da escola, porque buscou desenvolver o processo educativo ligado à realidade de seus sujeitos, envolvendo os próprios sujeitos assentados a construírem-na.

Assim, em 1998, foi elaborado o primeiro projeto para a construção de uma escola na região para abrigar todas as crianças da educação infantil até a 8ª série do ensino fundamental. Essa escola tinha como proposta de ser nucleada, mas permaneceria dentro do assentamento. A proposta era de que o Governo do Estado de Santa Catarina construísse a estrutura física da escola, mas a administração dela passaria ao município que iria gerenciar os trabalhos educativos. Porém, esse projeto por duas vezes foi negado pelo governo do estado de Santa Catarina alegando não ter recursos disponíveis para tal obra (PPP, EEIEF NOSSA SENHORA APARECIDA, 2010, p.9).

Nesse sentido, a construção da estrutura física da EEIEF Nossa Senhora Aparecida (Figura 2), ocorreu apenas em 2003 e o início das aulas em 2004. Para essa efetivação foram realizadas articulações junto ao INCRA e a Prefeitura Municipal de Passos Maia. Também foram realizados negociações e debates do Movimento Sem Terra, juntamente com os assentados, no sentido de buscar o melhor local para ser construída, a própria proposta pedagógica do Movimento Sem Terra, onde a educação envolverá a transformação social, bem como a consideração à própria realidade local.

Com sua consolidação, em novembro de 1994, a EEIEF Nossa Senhora Aparecida (do Zumbi) veio garantir uma escola na comunidade,

juntamente com o direito das crianças da comunidade ter acesso à educação escolar. Com as negociações, resolveu-se paralelamente o transtorno que as crianças dos assentamentos vivenciavam, quando necessitavam se deslocar até o meio urbano do município para estudarem, assim percorrendo diariamente cerca de 42 km. A Secretaria Municipal de Educação, em consenso com o Movimento Sem Terra (figura 3) e comunidades envolvidas construíram a escola de maneira nucleada¹.



Figura 1. Construção da EEIEF Nossa Senhora Aparecida
Fonte Acervo Brigada Maria Rosa

¹ A nucleação escolar é uma política no Brasil, que envolve as reformas educacionais na educação básica, induzidas pela LDB 9.394/96, que priorizaram o Ensino Fundamental com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, de Valorização do Magistério (FUNDEF) e o fortalecimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ao estabelecerem critérios para a transferência de recursos financeiros às escolas públicas do Ensino Fundamental, estimularam a municipalização do mesmo, processo que terminou por resultar no fechamento de várias escolas multisseriadas. Os estudantes das unidades desativadas foram então “nucleados” em centros urbanos e escolas maiores. Esse processo aponta o esvaziamento do campo, e um forte movimento contrário, resultando também no surgimento da Edoc (Educação do Campo).



Figura 2. EEIEF Nossa Senhora Aparecida
Fonte: Janaina Goulart Oliveira de Queiroz



Figura 3. Bandeira do MST na Escola
Fonte: Janaina Goulart Oliveira de Queiroz

Segundo Kominkiewicz (2013), a conquista da nucleação dentro do município, a partir da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, permitiu originar um “corpo estranho” dentro dos assentamentos, porque rompeu o elo entre escola e assentamentos: as famílias assentadas, os educadores, passaram a entender que a educação é de responsabilidade do município, tanto no aspecto do financiamento, quanto no processo político e pedagógico; isso resultou que a produção social da vida quase nada mais tem a ver com educação, o que isolou a escola de seu contexto social.

Dentro dessa realidade, a EEIEF Nossa Senhora Aparecida se estruturou, com posto de saúde e consultório dentário, dando assim suporte aos assentamentos e ao seu entorno. Sua estrutura conta com sala de informática, biblioteca, alguns instrumentos pedagógicos, como projetor de imagens, vídeo, dvd, televisão, internet. Nesse aspecto, considero as observações realizadas na escola, constatando que essas tecnologias e serviços de saúde, estão diretamente subordinados ao município e funcionam em condições precárias, não garantindo as necessidades e demandas da comunidade e nem uma melhor dinâmica e qualificação das atividades escolares. Assim, observei a falta de profissionais no posto de saúde e no consultório dentário, com o número reduzido de atendimentos, apenas uma vez por semana. Além disso, os instrumentos pedagógicos, acima citados, são ultrapassados; poucos são os computadores que funcionam, com difícil acesso à internet, em função da mesma ser lenta e pela constante falta de energia na região.

Dentro dessa estruturação e funcionamento, no ano de 2004, a EEIEF Nossa Senhora Aparecida encontrou muitas dificuldades para que a concepção de escola proposta pelo MST e pelos assentados se configurasse na prática, em função de que a direção que assumiu a escola era totalmente contrária aos princípios do Movimento. Segundo Souza (2013), as dificuldades envolviam o discutir e pensar a escola; o tipo de escola que seria implantada e as fragilidades organizativas que envolviam. Tal situação não permitiu a entrada de lideranças do Movimento dentro da escola, para que viessem desenvolver um trabalho junto aos educadores e estudantes. Esse contexto fez com que o MST e os Assentados ao entorno da escola, fizessem uma intervenção para mudar essa situação.

Segundo ainda o autor, em 2005, através da luta do MST e com a mudança de gestão municipal, foi originado mudanças no quadro de direção da escola. Esse fato correspondeu a um avanço para o Movimento, porém era necessário avançar mais, então a presença de educadores militantes do Movimento passou a ser fundamental. Nesse

sentido, a educação do MST elaborou e contribuiu com a execução em parceria com a secretaria de educação do município de Passos Maia, de um processo de formação continuada que se iniciou em 2007 e se estendeu até 2009 organizadas em 07 etapas.

Essa formação aconteceu em parte na escola com a participação de outros educadores de assentamentos, de municípios próximos como: Abelardo Luz, Catanduvas, Água Doce e Vargem Bonita, com o intuito de discutir a proposta de educação do MST, envolvendo a comunidade e pela possibilidade de realizar mudanças. Em 2008, houve uma mudança na secretaria de educação do município assumindo como secretário um militante do MST e membro do setor de educação. Segundo Souza (2013), essa indicação garantiu também a direção das Escolas dos Assentamentos, pensar um trabalho educacional em conjunto com a Secretaria de Educação, no sentido de construir um processo pedagógico diferenciado na perspectiva da proposta da educação do MST. Com elaboração da Secretaria de Educação, juntamente com a REGAR² e a população, deu-se início em 2008, o Plano Municipal de Educação que tinha como base a Educação do Campo³ a nível municipal, considerando que a grande maioria cerca de 85%, são camponeses. Para Caldart (2005, p. 27), o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive; o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e as necessidades humana e sociais.

Dentro desse processo e com a elaboração do Plano Municipal de Educação, segundo Souza (2013), foi realizado a construção dos Projetos Políticos e Pedagógicos nas escolas; a assessoria e formação continuada aos educadores da rede municipal, a partir da proposta de educação Popular e do Campo, para uma maioria de educadores ligados a Movimentos Sociais. O trabalho buscou fazer a ligação do ensino desenvolvido em sala de aula com a realidade, a partir do inventário da realidade, o que permitiu um planejamento pedagógico e a necessidade do trabalho coletivo para planejar, executar o planejamento, avaliar e refletir sobre o processo.

² REGAR- Associação Rede de Educação, Gênero, Agroecologia, Trabalho, Geração de Renda e Cidadania. É composta por educadores popular que realizam trabalho de formação de educadores a partir da concepção de educação do Campo e do MST.

³ A Educação do campo no Brasil é fruto da luta dos movimentos sociais. As primeiras discussões sobre Educação do Campo no Brasil acontecem em 1997, o que gerou reflexões dentro de um grande Seminário organizado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA.

Na EEIEF Nossa Senhora Aparecida, juntamente com apoio dos educadores e da REGAR, foi gerado o Projeto Político Pedagógico, através de um intenso trabalho de elaboração coletiva. Até então a escola seguia um PPP construído pela Secretaria de Educação. Nos estudos de Souza, essa elaboração foi realizada pela escola, a partir de um diagnóstico da realidade (chamado pelos educadores de “inventário da realidade”) para pensar o processo educativo da escola tendo como base as informações da realidade local, mas que não conseguiu ser concluído, mas permitiu que fossem utilizados materiais e publicações do MST sobre educação como definição da concepção de educação e dos objetivos filosóficos e pedagógicos que a escola buscava alcançar.

A escola é vista como uma instituição social, por isso, não pode ser pensada como se existissem autonomia e intencionalidade da realidade histórico-social da qual é parte. Não pode ser pensada como se estivesse isolada por uma muralha do conjunto das demais práticas sociais, mesmo quando os saberes transmitidos são vagos, abstratos, assumindo a aparência de independência ante os condicionantes sociais. Ao contrário, a escola é parte integrante e inseparável do conjunto dos demais fenômenos que compõem a totalidade social (PPP, EEIEF NOSSA SENHORA APARECIDA, 2010, p. 17).

Nesse mesmo período, o setor de educação do MST juntamente com a coordenação da escola elaborou um projeto pedagógico sugerindo algumas mudanças na estrutura da escola, na gestão e nas questões pedagógicas da prática escolar, entre elas: fazer a auto-organização dos estudantes em núcleos de base e grupos de estudo; incluindo tempos educativos como: mística, trabalho, leitura, oficinas; e a construção de um jornal da escola. Essas mudanças que envolviam a organização do ensino e da gestão escolar geraram uma série de dificuldades principalmente pela rejeição por parte dos educadores, pois não compreenderam e nem tinham a convicção da importância e necessidade de mudanças.

Segundo Paulo Freire (1920):

Ensinar exige risco à aceitação do novo, mesmo que esse novo lhe tire da sua quietude, da sua insegurança, do seu medo de agir e ser. Partindo assim para sua reflexão da prática pedagógica, tendo convicção de que a mudança é possível e

necessária, e que sou sujeito das intervenções ocorridas no mundo e no ato de ensinar (PPP, EEIEF NOSSA SENHORA APARECIDA, 2010, p.18).

A resistência diante das propostas produziram debates internos, segundo Souza (2013), permitindo que algumas pequenas mudanças ocorressem na prática organizativa na escola e que foram significativas, pois algumas produziram reflexões sobre o próprio processo educativo da Escola, entre elas: o jornal que era entregue gratuitamente às famílias assentadas; criação do tempo trabalho e leitura; a construção do PPP que também foi importante pra discutir e determinar a proposta pedagógica, filosófica, organizativa e da gestão da Escola; a organização dos estudantes, a realização semestral do inventário da realidade e a criação do conselho escolar com o objetivo de aproximar as discussões da escola com a comunidade. Nesse sentido, o debate no setor de educação do MST acontecia a todo o instante, porém não estava configurada a qualificação dessa experiência, porque isso implicava a inserção na escola de educadores militantes do MST ou que estivesse aberto a aprender e contribuir com o processo educativo da escola.

A EEIEF Nossa Senhora Aparecida é fruto da luta pela terra dos trabalhadores rurais organizados no Movimento Sem Terra- MST, cujo processo de luta levou à realização de assentamentos pelo INCRA. Nesse sentido, a escola nasceu a partir dos anseios da comunidade e pela própria necessidade das famílias terem um espaço para que seus filhos pudessem acessar o conhecimento, como já descrito neste texto. Paralelamente, também é importante considerar que a região onde a mesma se encontra é área de conflitos, onde a luta pela terra sempre se fez presente na história do município, resultando numa estruturação agrária moldada em parte por latifúndios e parte por assentamentos da Reforma Agrária e pequenos proprietários.

A escola se estruturou nesse período com o propósito da transformação social através do conhecimento e experiências concretas de seus sujeitos, em meio às contradições que envolvem o processo. Entretanto, a escola sempre esteve subordinada ao Estado e quando da proposta de Educação do Campo a que esteve vinculada ficou ainda na esfera de programas federais, o que dificultou a sua proposta emancipatória. O fato de encontrar-se localizada em um assentamento possibilita pensar a transformação das escolas do campo, quanto à própria proposta pedagógica emancipatória de luta pela transformação

social, vinculada a um projeto de educação e pelo fato de permitir um elo com as comunidades existentes na região.

Para uma melhor compreensão sobre essa estruturação e proposta pedagógica, busco em Kominkiewicz (2013), três momentos distintos nesse histórico de escola e sua realidade, que são eles: o período de acampamento; o assentamento das famílias e as escolas multisseriadas; além da nucleação da escola da Aparecida aqui já citada, com as famílias em lotes individuais e a escola estruturada do pré-escolar a 8ª série da educação fundamental. Em cada um destes períodos estão presentes elementos da educação proposta pelo MST, em diferentes níveis, bem como, apresenta elementos de uma educação omnilateral, de forma menos perceptível ou impraticável em alguns momentos da história.

Nessa lógica, Kominkiewicz (2013), nos esclarece:

De início percebemos que a escola em si é incapaz de proporcionar uma formação omnilateral se apresentada como entidade isolada da vida social, incapaz de ser parte da produção da vida das pessoas. A escola em si, cerrada em suas paredes, tende a não ir além de potencializar uma das dimensões humanas: aquela voltada à força de trabalho (precarizada) para o mercado de trabalho. No percurso da história da escola em questão esta foi à dimensão a prevalecer, embora não a única. Outros momentos revelam gérmenes de uma formação mais ampla, uma relação que possibilitou vislumbrar outras dimensões da formação humana (KOMINKIÉWICZ, 2013, p. 206).

Segundo Kominkiewicz (2013), o período de acampamento foi marcado pela coletividade, na luta por objetivos próximos e comuns: a conquista da terra, da moradia, de saúde e educação/escola, entre outros. Essas possibilidades produziram a atenuação do individualismo presente na sociedade capitalista atual, a partir de uma forma coletiva de organização.

A escola, segundo o mesmo, foi colocada numa posição de estar junto com o acampamento, compartilhando seus problemas e contribuindo para a solução dos problemas das famílias acampadas, o que possibilitou uma vinculação direta da escola com a comunidade e logo com o MST, dentro de princípios da educação no processo da luta pela terra e uma formação mais ampla para os estudantes.

Nesse sentido, as famílias acampadas realizavam a própria grade curricular, com controle das horas/aula trabalhadas, o que possibilitava uma forma organizativa com tempos e currículos diferentes. Segundo o autor, essa possibilidade de auto-organização e autocontrole proporcionou trabalhar as várias dimensões do sujeito histórico, como aprender a tomar decisões importantes para a vida, resolver problemas cotidianos da escola e do acampamento; contribuir no geral da produção da vida daquele coletivo, bem como participar das lutas promovidas pelo MST ou mesmo pelo acampamento. Além disso, a relação dos educadores da escola tinha vínculo direto com a ocupação, pois como eram acampados, tinham os mesmos objetivos e as mesmas condições que seus estudantes.

Na escola e acampamento segundo Kominkiewicz, foi gerado um amplo campo de formação para os estudantes, com expressões nos campos da ética, do fazer prático, da criação intelectual, artística, da afetividade, da sensibilidade, da emoção; o que possibilitou um posicionamento crítico frente às vivências, os problemas sociais, nas lutas de classes; seja pela luta pela terra ou pelo direito não garantido de ter escola de qualidade sob a responsabilidade do Estado.

No que compete ao Estado, é importante considerar o distanciamento que o mesmo produziu quando de seu controle sobre a EEIEF Nossa Senhora Aparecida, mais precisamente o governo municipal. Segundo Kominkiewicz (2013), com a divisão de lotes individuais de terra, a escola passa da mesma forma por uma divisão, não apenas física, mas também política e pedagógica. Para o autor, a produção social da vida sofre uma variação e se transforma em organização política de vida das pessoas agora assentadas. O que era de interesse comum passa a ser de interesse individual, inclusive a escola.

Neste período, o Estado – representado pela secretaria municipal de educação – assume três escolas multisseriadas; há um fracionamento estrutural, político e pedagógico. Segundo o autor, político; porque cada escola passa a ver um horizonte focado naquele espaço geográfico, dentro dos problemas estruturais, como a falta de salas de aula adequadas, a falta de educadores em algumas situações e não mais vendo o assentamento como parte da escola. Nesse sentido, a “escola dos educadores” passou a ser realizada através dos processos seletivos (realizados então pela prefeitura e não mais pelo MST), a própria estrutura física da escola é mantida pelo município.

Segundo Kominkiewicz (2013), ao mudar a forma de produção da vida, muda também a forma e a concepção de educação, a formação humana toma outro rumo. Na escola, houve melhora no nível de

formação dos educadores, mas gerou um distanciamento do assentamento em relação à escola e entre escola e MST e no setor da educação do MST, da presença dos princípios da educação; embora ainda houvesse acompanhamento. Os estudantes das séries finais do ensino fundamental não mais tiveram acompanhamento do coletivo, ficando apenas a responsabilidade individual de sua família.

Dentro desse processo, Kominkiewicz enfatiza que a permanência de educadores assentados e vinculados diretamente ao assentamento, permite uma qualidade na produção do conhecimento relacionada com a realidade social dos estudantes. Nesse sentido, compreende-se a partir de observações realizadas, que no ambiente escolar essa realidade acaba por gerar contradições e conflitos, diante das diferentes visões e concepções de educação dos educadores envolvidos. Essas situações vivenciadas e observadas serão relatadas na continuação do texto, o que nos permitirá uma melhor compreensão do contexto.

Considerando o currículo escolar da escola, o mesmo acabou por seguir as conformidades das orientações da Secretaria Municipal de Educação, que dentro do Currículo Nacional e da forma de organização da escola, seguiu as determinações do poder municipal, que assume a sua gestão. Nesse sentido, a nucleação alterou o quadro de educadores que se tornou hegemônico e os educadores foram desvinculados da realidade dos assentamentos e da própria proposta de educação do MST que vinha sendo trabalhada. Nessa lógica, com o afastamento das famílias da escola, tanto fisicamente, quanto politicamente, foram necessários que outros educadores assumissem a demanda na escola, pois as famílias passaram a se ocupar com a produção nos lotes, originando assim uma reinserção na lógica do capital. Nesse sentido, o município contratou e designou novos educadores, cuja maioria deles moradores do meio urbano, não assentados, assim distantes daquela realidade.

Nesta configuração, segundo Kominkiewicz, a escola desconsiderou o contexto histórico na qual está inserida e se afastou de uma proposta que possibilitasse a formação das várias dimensões humanas. Nesse sentido, compreende-se que o afastamento pela busca na omnilateralidade, quanto da imposição de organização pelo poder municipal, refletiu nas diversas dimensões do âmbito escolar, em sua estruturação e nas próprias práticas pedagógicas. Assim, as famílias de assentados passaram a não participar mais do processo de produção social da vida e da participação coletiva, passaram a ir ao encontro dos princípios da sociedade individualista do capital.

A estruturação da EEIEF Nossa Senhora Aparecida esteve envolta aos interesses da própria comunidade, efetivando um projeto de escola que viabilizasse uma educação popular, com base na cooperação, na coletividade e nos interesses daqueles que vieram a construí-la. Nesse sentido, sua aproximação com o poder público municipal, produziu a perda de sua autonomia, garantindo que outros interesses passassem a compor esse espaço, o que possibilitou que diferentes projetos sociais, viessem a disputar o espaço escolar e bem como os cargos que envolvem a própria hierarquização escolar. Nessa perspectiva, os projetos sociais envoltos a interesses da população do município, adentram a escola, materializando e efetivando um palco de disputa pelo poder, entre conflitos e contradições.

1.2 Os Projetos Sociais em Disputa no Espaço Escolar

A EEIEF Nossa Senhora Aparecida estruturou-se a partir da luta dos sem terra, dentro de um espírito de coletividade e primando pela emancipação social dos sujeitos, assim ficou imersa a contradições, quando subordinada ao Estado. Com caráter participativo e coletivo, como já citado, a escola consolidou-se e sustentou-se juntamente com o trabalho das famílias acampadas e dos educadores envolvidos nessa construção. A luta da escola, de seus integrantes, quanto de sua estruturação, sempre esteve associada à luta pela terra, juntamente com uma proposta educacional de formação do MST, com base em uma formação crítica e emancipatória de seus sujeitos.

É importante considerar e como já citado por Kominkiewicz (2013), que a escola, se transformou entre os três momentos históricos distintos e vivenciados. Momentos que produziram disputas pelo seu gerenciamento, que envolveu o MST e o Estado (município). Assim, estando subordinada e atrelada a hegemonia do poder municipal, gerou em seu âmbito uma disputa acerca dos interesses que passam a disputar esse espaço escolar, de um lado o interesse dos assentados representados pelo Movimento Sem Terra e um grupo de educadores e de outro representando o interesse da classe dominante, (fazendeiros e latifundiários), alguns educadores do meio urbano, que em sua maioria mantinham distanciamento com a realidade local.

Para uma melhor compreensão sobre o contexto, o histórico da própria escola, como já relatado, reflete a própria realidade da comunidade, uma escola dentro de um assentamento, numa área histórica de disputa pela terra. Na escola estão explícitas muitas contradições e os conflitos são diários, que gera um espaço difícil de

convivência e na realização das atividades escolares. Há uma constante pressão no ambiente escolar e estas caracterizadas em relações conflituosas e contraditórias que acabam por produzir um semblante pesado nas pessoas envolvidas, entre elas: os educadores, direção, estudantes e funcionários. Não há muito diálogo entre as pessoas, quando acontece muitas vezes não são cordiais. Adentrar esse espaço e ali permanecer requer resistência e persistência, pois são muitas as dificuldades; inclusive de inserção, pela não receptividade de alguns educadores, o que torna qualquer estágio difícil e desgastante.

Sobre o contexto, e buscando a compreensão da situação e dos projetos sociais que envolvem esse espaço, é importante considerar o perfil dos estudantes da escola. Os estudantes em questão, em grande parte são crianças e jovens pobres, de aparência humilde, sem poder aquisitivo e sem poder de consumo. São filhos de trabalhadores sem terra, que antes do assentamento trabalhavam como meeiros, boias-frias, posseiros, arrendatários, hoje são filhos de assentados da Reforma Agrária. Algumas famílias ainda vivem abaixo ou na linha da pobreza.

Alguns estudantes, quando chegam à escola acabam por realizar a primeira refeição do dia, outros somente à tarde. Há crianças que não conseguem nem comer quando chegam à escola, porque se encontram fracas, enjoadas em função da falta de alimentos, ou por problemas de verminoses; na maioria das vezes são socorridas pelas merendeiras, a partir de um aconchego e um “chazinho”. Sobre o contexto, considero um estudo⁴ realizado na região, o qual consistiu em experiência interdisciplinar e interinstitucional da área da saúde, de um projeto de extensão, de um grupo de acadêmicos e professores da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC em 2003. Os dados levantados constam que uma grande parcela da população escolar do ensino básico no município, se encontravam monoparasitados, outra parte biparasitados e a grande maioria estavam poliparasitados por helmintos e protozoários.

Dos 380 exames realizados, houve a prevalência global de parasitas intestinais entre as crianças das escolas estudadas, 68,94% (262 crianças infectadas de 380 analisadas). Foi constatado também nesse estudo na fase de pré-investigação, que as condições de

⁴ Estudo realizado em 2003 dentro de um Projeto de Extensão da UFSC. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/5727/5285> Acesso em 19/03/2012.

precariedade quanto à higiene pessoal e domiciliar associada ao intenso frio da região, favorecem o índice crescente e constante de verminoses, doenças da pele e respiratórias. O estudo também supõe outras patologias comuns decorrentes de alimentação deficiente ou inadequada.

Considerando a realidade e o estudo de 2003 da Universidade Federal de Santa Catarina citados acima, é importante ressaltar que essa realidade vem se transformando, pois as direções dos Assentamentos tem buscado garantir melhores condições de vida e trabalho para as famílias, a partir da produção dos lotes, o que tem gerado incentivos e acessos dos assentados junto a Programas Federais, mas ainda não atinge uma maioria, assim as condições de muitos assentados ainda são precárias. Sob esse contexto, na continuação do texto, aprofundaremos um pouco mais. Além dos aspectos que envolvem questões de saúde e econômicas, é importante considerar o cotidiano dos mesmos, que com o processo de nucleação das escolas no município, entre tantas outras questões que envolvem esse processo acabou por produzir transtorno para os mesmos e suas famílias.

Nesse sentido, há estudantes que no trajeto escola-residência, percorrem uma distância de aproximadamente 50 km diários. No percurso, é comum ocorrer à quebra de ônibus em função da falta de condições em suas estruturas; então a chegada em casa acontece somente de madrugada, após exaustiva espera por socorro. Alguns estudantes, após descerem do ônibus dentro de latifúndios, ainda tem que percorrer cerca de 1 km até suas residências.

Dentro dessa realidade, é importante considerar o déficit de lazer no município. Na região, há falta de praças (há somente uma no meio urbano) e a qual os estudantes da escola, não podem circular (na continuação do texto, abordaremos sobre esse contexto), não há cinema, não há teatro, etc. O lazer das crianças, adolescentes e jovens da escola corresponde em ir pescar eventualmente nos rios da região, a ida até o meio urbano para a participação do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), PRÓ-JOVEM; esses somente para alguns estudantes, e eventualmente uma saída com a escola em algum município vizinho, sendo que ultimamente essas saídas têm sido reduzidas.

A maioria dos estudantes vê na escola um espaço de lazer, divertimento; um espaço para a produção das relações sociais, onde o brincar se faz necessário, já que os mesmos em suas horas vagas, longe do ambiente escolar, ajudam os pais nas tarefas da casa ou nos lotes através das lidas com a agricultura de subsistência. Assim, muitos estudantes, em função de compromissos fora do ambiente escolar, não conseguem realizar as lições de casa e nem estudar.

Essa realidade descrita acima acaba gerando muitos conflitos entre educadores e estudantes, em função do não entendimento de alguns educadores sobre essa realidade. Assim, são ocasionados conflitos e discussões, que necessitam muitas vezes da interferência da direção, na amenização da situação. Por várias vezes durante os estágios na escola foram observadas tais situações. Para os educadores, isso representa um desinteresse dos estudantes pelos estudos.

Nesse aspecto, é importante considerar que grande parte dos educadores são moradores do meio urbano, assim com distanciamento da realidade de seus estudantes, de outra maneira também, parte deles são defensores de princípios pedagógicos tradicionais, são conservadores e defensores da própria hierarquização da escola quando subordinada ao Estado. Durante os “Tempo Comunidade”, foi possível observar que essas situações, refletem e comprometem as práticas pedagógicas e assim a própria efetivação do PPP da escola, quando da importância de considerar a realidade dos estudantes.

Além disso, parte dos educadores não mantém diálogo com seus estudantes e quando acontecem, suas posturas e falas envolvem autoritarismo e discriminação. Por sua vez, os estudantes ficam revoltados e muitas vezes não escutam o que os educadores propõem o que acaba gerando mais conflitos em sala de aula e o não controle da situação. As atividades em sala de aula acontecem normalmente a partir de livros didáticos, não fugindo de práticas tradicionais, as quais os estudantes demonstram desinteresse.

Em outro contexto, é importante considerar, as condições de trabalho em que estão submetidos os educadores da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, condições estas que repercutem diretamente nas atividades escolares dos mesmos. Como boa parte dos educadores residem na sede do município, precisam acordar muito cedo para pegar o ônibus escolar, assim percorrem diariamente cerca de 42 km, entre ida e volta, aumentando a sua carga horária de trabalho, que em média envolve uma jornada de 40 horas semanais. Essa condição impossibilita um melhor planejamento, um plano de estudo mais elaborado e pesquisado; dessa maneira educadores e estudantes, ficam condicionados aos livros didáticos, onde a articulação da realidade dos estudantes com os planejamentos escolares e das próprias práticas pedagógicas acaba por não acontecer.

É importante considerar, que a situação acima mencionada, produz cansaço, esgotamento, favorecendo a falta de disposição ao diálogo e compreensão dos mesmos com a realidade escolar. Por outro lado, a grande maioria não tem acesso as melhores formações, em geral

cursum faculdades pagas localizadas em outros municípios, o que requer deslocamentos, aumentando assim o desgaste; ou cursando a distância, o que contribui para uma educação de baixa qualidade.

Com relação às condições dos estudantes com as atividades escolares, alguns estudantes demonstram a falta de motivação diária, desinteresse pelos estudos e um cansaço físico, o que gera o não envolvimento com as tarefas escolares, como já citados anteriormente. Com dificuldades de aprendizagem, há estudantes com muita repetência e com necessidade de frequentar as aulas de reforço. Em minhas observações percebi que essas dificuldades muitas vezes não são compreendidas por parte dos educadores da escola, o que provoca irritação em alguns, pelo fato dos estudantes não conseguirem atingir os objetivos propostos. Nesse aspecto, é importante considerar que as dificuldades de aprendizagem dos estudantes da EEIEF Nossa Senhora Aparecida estão relacionadas à: cálculo, raciocínio lógico, leitura, produção e interpretação. (PPP, EEIEF NOSSA SENHORA APARECIDA, 2010, P.9).

Nossos educandos estão com um bom nível de leitura, embora haja muita limitação e boa porcentagem ainda não lê fluentemente. Há muita dificuldade em interpretação de textos e elaboração. O acesso à cultura letrada é limitado. [...] Boa parte de nossos educandos contribuem com o trabalho familiar, na lavoura ou na casa (idem, 2010, p.11).

Mesmo diante das dificuldades relatadas, a gestão anterior, embora com rejeição de muitos educadores, com divergências e resistências, buscou efetivar uma proposta de trabalho diferenciado, na perspectiva da educação do MST, que tem como base considerar a realidade dos estudantes. Uma proposta de educação popular e do campo, com projetos políticos e pedagógicos dentro de princípios democráticos de educação. Um projeto de educação com base em um desenvolvimento pleno, na busca pela autonomia e criticidade aos estudantes.

Nesse sentido, a auto-organização dos estudantes, indo ao encontro da própria proposta do MST, quando considera que a organização é um desafio aos estudantes, pois as crianças e jovens têm a possibilidade de construir a escola, junto com os educadores, direção, pais e comunidade.

Nossos educandos são crianças, adolescentes e ou jovens, do campo e do MST. Eles precisam ser

desafiados pelos educadores, a se auto-organizar com autonomia, em sala de aula e, se optarem, como escola. Há casos onde eles organizaram na escola uma cooperativa de educandos. Há casos onde está surgindo uma organização entre escolas. O que importa é que eles produzem uma estrutura ao alcance de sua compreensão (MST, 1999, p.13).

Nessa lógica, segundo Cherobin (2012) a auto-organização dos estudantes na EEIEF Nossa Senhora Aparecida começou a ser discutida desde o início de 2011, juntamente com o envolvimento do quadro de educadores, ressaltando a importância da mesma para a escola. Nesse sentido, o próprio PPP enfatiza tal importância e também o envolvimento da comunidade na escola, na construção da auto-organização dos estudantes, no ambiente educativo e coletivo:

A auto-organização dos educandos e educandas pode ser considerado uma das dimensões da gestão democrática, inclusive o que a torna mais verdadeira, do ponto de vista da sua participação real no processo (PPP, EEIEF NOSSA SENHORA APARECIDA, 2010 p.23).

O objetivo da auto-organização dos estudantes, segundo Kominkiewicz (2013) é de possibilitar espaços de participação das decisões a serem tomadas na escola, potencializando entre os estudantes a capacidade de organização, de resolução dos problemas, de vivência da coletividade. Nesse sentido, observou-se que os planejamentos e atividades desenvolvidas na escola eram realizados no coletivo, onde educadores e estudantes tinham voz ativa, a partir da auto-organização dos mesmos, com participação nos conselhos de classe e das decisões tiradas no coletivo, inclusive sobre a própria dinâmica da escola e das próprias práticas e propostas pedagógicas.

Dentro desse aspecto, considero a organização e criticidade de alguns estudantes observadas durante os TC. Nessa lógica, se pontua dois pontos fundamentais a se considerar nesse contexto. Primeiramente o próprio exemplo que os estudantes têm de seus pais, quanto ao envolvimento dos mesmos com o Movimento Sem Terra, assim participando de reuniões, de lutas sociais ou estando à frente de cargos de coordenação do próprio Movimento ou do Assentamento. Em segundo, tão importante quanto o primeiro, os mesmos estarem

inseridos na própria proposta de educação do MST, que visa à autonomia dos sujeitos.

Nessa lógica, é importante considerar a constituição dos tempos educativos, como o “tempo trabalho”, que segundo Kominkiewicz, é um momento em que os estudantes se organizavam para realizar tarefas vinculadas à sobrevivência, tais como produção de hortaliças e de mudas no viveiro da escola, limpeza e organização do espaço escolar. Paralelamente também o incentivo a “tempo formatura” – momento em que os estudantes são desafiados a coordenar apresentações feitas pelos colegas, cantar o hino nacional e do MST. Sobre esse contexto, durante os estágios foi observado que esse momento era bem importante para os estudantes, os mesmos demonstravam alegria e comprometimento diante da proposta e da participação.

Na escola também foi incentivado o “tempo leitura”, que era realizado uma vez por semana, quando toda a escola parava por 15 minutos para ler; também o jornal da escola possibilitava participação ativa dos estudantes e educadores na própria produção do jornal (figura 4) com uma tiragem bimestral, além do estímulo à arte, teatro (figura 5), a mística, tarde cultural, formatura camponesa e cordel, que expressaram a própria propostas de educação em sua plenitude. Além disso, o campeonato da tabuada, que ganhou ênfase com o empenho de professores formados pela Licenciatura em Educação do Campo.



Figura 4. Jornal da Escola - Junho de 2012
Fonte: Janaina Goulart Oliveira de Queiroz



Figura 5. Teatro na Escola

Fonte: Janaina Goulart Oliveira de Queiroz

Dentre os planejamentos e atividades pedagógicas (objetivo, conteúdos, metodologias e avaliação), foi buscado considerar a realidade dos estudantes, nessa lógica, foram trabalhadas questões como: Movimentos Sociais/ MST, agricultura camponesa, modo de produção e consumo, monocultivo agrícola, entre outros. Nesse contexto, enfatizar o papel que cabe à educação no processo de construção e reconstrução da identidade cultural dos trabalhadores, além do vínculo orgânico entre educação e política. Segundo Kominkiewicz (2013), embora as tentativas de avançar para uma educação omnilateral, a estrutura organizativa da escola, horários e grade curricular, não possibilitaram mudanças educativas significativas.

Dentro das dificuldades para a efetivação e avanços na formação humana, trago uma experiência observada e vivenciada durante estágio na escola, a partir dos coletivos pedagógicos. Nesse sentido, é importante ressaltar que os educadores não admitiam ser avaliados por seus estudantes durante os conselhos de classe coletivos/participativos. Assim, durante um conselho de classe no período do TC (Tempo Comunidade), foi observado o descontentamento e a indignação de alguns educadores frente às críticas de seus estudantes sobre os mesmos. Para os educadores, a avaliação de seus estudantes, perpassava a esfera de denuncia do comportamento dos mesmos em sala de aula para a direção. Por outro lado, observou-se que a fala dos educadores

sobre seus estudantes perpassou a esfera pessoal, com foco no “comportamento em sala de aula”, demonstrando certo autoritarismo e disputa no contexto; já os estudantes por sua vez, faziam críticas aos educadores pela postura autoritária dos mesmos.

Não é só a relação entre educador/educando que educa; também a relação entre educando e educadores/educadoras, acaba se transformando em relação educador/educando. Todos aprendendo e ensinando entre si (PPP, NOSSA SENHORA APARECIDA, 2010, p.24).

Dentro dessa realidade, é importante considerar que na escola havia um grupo de educadores atuantes e militantes do MST, reféns da política partidária do município, que buscavam e lutavam pela efetivação da proposta de educação do Movimento Sem Terra; na formação de estudantes críticos e participativos. Essa atuação gerou muitos conflitos na escola, com resistência por parte de vários educadores quanto a suas atuações e posturas, pois essas atuações envolviam princípios pedagógicos incompatíveis com o pensar dos mesmos. Nesse sentido, o estudo de Souza (2013) nos aponta que muitas vezes a direção da escola juntamente com o setor de educação do MST, usava-se de cobrança rigorosa, forçando que algumas ações se realizassem na escola. Essa cobrança resultou na não compreensão de muitos educadores e o distanciamento e resistência dos mesmos ao Movimento e suas bandeiras de luta.

Com a mudança política no município (2012) e devido às funções de direção e secretaria serem cargos de confiança do prefeito, sai de cena a gestão anterior, coordenada pelo MST, juntamente com a direção e um grupo de educadores atuantes e militantes. O fato de pessoas ligadas ao MST fazerem-se mais presentes na direção escolar e na coordenação dos educadores, como já citado, gerava grandes disputas políticas e conflitos diários no âmbito escolar, além da própria proposta emancipatória de educação. Nesse sentido, essa mudança demonstrou a fragilidade da proposta do MST quando de sua ancoragem ao Estado, que junto a partidos instituídos viabilizou que um grupo de educadores atuantes e militantes da EEIEF Nossa Senhora Aparecida estivesse reféns da política partidária do município.

Considerando os aspectos, são muitas as articulações produzidas e que envolvem conflitos, gerando disputas por cargos na hierarquização escolar entre os educadores, sob uma constante tensão diária. Sendo assim, um dia após as eleições municipais, segundo

depoimentos de alguns educadores da escola, foi queimada a bandeira do MST em frente à escola, por um antigo estudante da escola, apoiador do partido opositor. Além disso, a placa da Educação do Campo, que ficava na entrada da escola, foi pichada, recebendo o número do partido vencedor e opositor ao MST. Na região, o Movimento Sem Terra, passou a ser visto da mesma forma ou igual ao partido da situação que disputava a eleição na região, o que possibilitou a queima da bandeira do MST em frente à escola.

Diante de tais ocorrências, observamos um clima tenso e de confronto, entre educadores, estudantes e funcionários; o que acirrou um palco de disputa e poder. Também foi observado, que um grupo de educadores que apoiaram o partido vencedor, insuflou conflitos e disputas entre os estudantes no pátio da escola. Assim houve discussões entre grupos de estudantes, que polarizados, vestiam-se com as cores de seus respectivos partidos e do Movimento Sem Terra. Segundo Souza (2012), no último bimestre de 2012, período da realização das eleições municipais, os estudantes dos anos finais do ensino fundamental se organizaram e pediram à direção da escola que mandassem confeccionar camisas do MST para uso na Escola. A lista dos interessados alcançou 112 estudantes, sendo que 80 estudantes realizaram a aquisição da camiseta. Segundo o autor, esse posicionamento demonstrou a Identidade Sem Terra presente nos mesmos, e foi um sinal positivo em um momento de conflitos e tensões que a escola estava enfrentando devido ao resultado das eleições municipais.

A atual gestão municipal, e em particular a Secretaria de Educação ao assumir, distanciou-se da Educação do Campo, bem como do MST, o que produziu a saída de cerca de 10 membros que atuavam e coordenavam esse espaço escolar. Essa saída é mais do que um afastamento, pois produz um rompimento com uma proposta de formação de educação que envolve as várias dimensões humanas, com o propósito de transformação social dos sujeitos. Assim, a mesma vem se encaminhando para princípios e práticas tradicionais.

Nesse sentido, entra em cena a atual gestão escolar com direção e um quadro de educadores indicados pelos partidos vencedores nas últimas eleições, já que grande parte dos educadores e funcionários da escola são cargos de ACT (Admissão por Caráter Temporário). Nessa lógica, um quadro de educadores distantes da realidade dos estudantes, em sua maioria moradores do meio urbano e com resistência à existência dos próprios assentamentos na região.

A mudança de gestão acabou por gerar um forte impacto no meio escolar, e também no assentamento Zumbi dos Palmares; até

porque a definição da eleição aconteceu em um último momento, permanecendo por toda a campanha equilibrada e polarizada. Assim, a eleição foi definida com os votos do assentamento Zumbi dos Palmares, em um total de 100 votos contabilizados, o que gerou maior divisão entre os assentamentos e desmotivação entre o grupo anterior. Essa mudança política repercutiu no município e na vida de muitos assentados, desestabilizando a vida de muitas pessoas e que serão relatadas na continuação desse texto.

Como forma de efetivar a atual gestão escolar, no início do mês de abril de 2013, foi articulada pela Secretaria de Educação, Conselho Tutelar, Polícia Civil e Militar, uma palestra na EEIEF Nossa Senhora Aparecida, que teve como pauta a indisciplina dos estudantes, as relações de conflitos entre estudantes e educadores, a proibição do uso de boné, mascar chicletes, uso de celular no ambiente escolar e nos trajetos em ônibus escolar, entre outros. Dentro de uma descrição pedagógica mais ampla, que buscamos nesse texto, a palestra será um elemento (importante), pois se caracterizou como um marco das mudanças na área da educação do município, em relação aos oito anos anteriores, evidenciando assim uma proposta de educação tradicional.

1.3 Um Marco na Troca de Gestão: A "Palestra"

Para se chegar ao Assentamento Zumbi dos Palmares que se localiza em Passos Maia- SC se percorre um longo e exaustivo trajeto, saindo de Florianópolis tarde da noite de ônibus, chegando muitas vezes próximo das 12h00min do dia seguinte, pois a distância é de 512 km. Nesse sentido, busco pegar alguma carona que me permita chegar o mais breve possível na EEIEF Nossa Senhora Aparecida, que é o local onde realizo meu Tempo Comunidade (TC) dentro do Estágio Interdisciplinar da Licenciatura em Educação do Campo - UFSC, caso contrário teria que esperar até as 18h00min para pegar o transporte até o assentamento.

No dia 03 do mês de Abril de 2013, ao me dirigir para o assentamento peguei carona com dois transportes particulares da região. O primeiro foi com uma camionete que estava lotada de trabalhadores rurais (boias-frias) que se dirigiam para trabalharem em duas fazendas próximas no corte de erva-mate, produção essa que favorece a economia do município. Durante o trajeto, busco dialogar com esses trabalhadores, para uma melhor compreensão de suas realidades.

Nesse aspecto, fica o registro do trabalho árduo dos mesmos, perpassando a esfera de um regime de trabalho na semiescavidão, em

que os mesmos transpassam cansaço físico, pobreza e um olhar perdido. Nessa lógica, reflito que no município há casos de trabalho escravo (sobre o contexto, comento de forma breve na continuação do texto), e penso nas possíveis relações que ainda podem estar vigorando na região. Já mais próximo à escola, pego carona com a conselheira tutelar do município, o que viabilizou uma chegada menos apreensiva, pois em função das mudanças políticas que ocorreram no município, estava em dúvida com a continuação do próprio estágio. Nesse sentido me sentia apreensiva e preocupada, pois não sabia o que me esperava. Conversando durante o trajeto com a conselheira consigo minha participação na “palestra”, que aconteceria naquele momento.

Dentro desse contexto, é importante considerar que a “palestra” acontece com apenas dois meses de exercício da atual gestão municipal e direção escolar; assim marcando e efetivando como já mencionado, as mudanças na área da educação no município.

A “palestra” realizada na EEIEF Nossa Senhora Aparecida aconteceu em dois períodos, manhã e tarde. O momento foi de grande movimentação na escola, com a presença dos Órgãos de Polícia Civil e Militar e Conselho Tutelar do município, juntamente com a direção da escola, alguns educadores, estudantes, sendo que os funcionários de maneira geral ficaram de fora, em função da própria dinâmica do funcionamento escolar. Na primeira fila, sentaram-se as crianças menores do 1º ano, os maiores se posicionaram nas outras fileiras de cadeiras. Posicionou-se a frente dos mesmos, um representante do Conselho Tutelar do município, uma policial e dois cabos da Polícia Civil e Militar, juntamente com uma educadora da escola.

Considerando a presença desses órgãos, num primeiro momento a sensação de estranheza, pois em nenhum momento anterior durante os TC realizados na escola, tais órgãos governamentais estiveram presentes em âmbito escolar. Em um segundo momento, pensou-se tratar-se de alguma parceria da ordem do Proerde⁵ (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), que em suas particularidades trabalha junto às escolas públicas e particulares com estudantes de 5º ao 8º ano, além da educação infantil através do Proerde Kids. Os policiais militares estavam fardados e armados, com o rádio escuta em volume bem alto.

Esse fato amedrontou e produziu um mal estar nas pessoas que estavam presentes naquele espaço, porque as crianças estavam alegres,

⁵ <http://www.pm.sc.gov.br/cidadao/proerd.html> Acesso em 15/05/2014

conversando, acabaram ficando emudecidos, com os olhos arregalados, os menores paralisaram, em sua maioria crianças e jovens de 1º ao 9º ano.

Segundo a fala de uma educadora, a conversa que iria acontecer seria muito importante e séria, porque algumas coisas deveriam ser mudadas em âmbito escolar, do jeito que estava não poderia continuar, sendo que a partir daquela data as coisas passariam a mudar. Considerando o momento, sente-se um primeiro impacto diante da primeira fala, observa-se que alguns educadores investem com o mesmo olhar e seriedade dos palestrantes, ou seja, reproduzem a situação, como se estivessem compactuando com o momento. Outros, os estudantes, se olham um tanto perplexos, alguns riem, com demonstração de nervosismo, outros brincam e conversam.

Nesse contexto, a representante do conselho tutelar do município, comunica que o conselho tem recebido muitas reclamações da direção da escola, em função de vários problemas que os estudantes vêm ocasionando na escola, alguns muito graves e que seriam relatados e resolvidos a partir da policial ali presente. Assim, em um tom cordial num primeiro momento, a policial cumprimenta a todos com uma boa tarde, e em seguida mudando um pouco o tom da fala, de forma autoritária, confirma que tem recebido muitas reclamações e queixas na secretaria de policia e gostaria de saber o que estava acontecendo.

Nesse momento as crianças se olham umas às outras, meio que riem, achando que seria uma queixa comum, dessas que elas recebem diariamente de seus educadores. Muitos estudantes fazem cara de espanto, sem entender muito o contexto. Entre os educadores, como falado anteriormente, a maioria transporece um semblante “fechado”.

Na continuação da fala, é evidenciado que todos estavam lá para terem uma conversa, mas que da próxima vez, as coisas seriam resolvidas; porque os estudantes eram todos uns “espertinhos”. Nesse momento, é questionado porque os mesmos vêm para escola? Se no caso eles vêm para incomodar, que deveriam ficar em casa, porque todos ali, os estudantes, tinham direitos, mas também tinham deveres.

Os dois policiais fardados se posicionaram ao lado da policial civil em postura de prontidão, perpassando autoridade e intimidação a todos. Por momentos, o volume do rádio era aumentado e posteriormente baixado, o que passou uma sensação de desconforto e medo pelo volume e também pelo olhar dos policia, que produziam certo amedrontamento sobre os estudantes.

Posteriormente, um dos policia deixa o recinto em função de problemas pessoais, se retirando às pressas. A “palestra” se deu de

forma articulada, um sustentando a fala do outro. Nessa lógica, o policial se coloca a frente a pedido da policial e explicita que todo o “esperto tem um fim da linha e esse fim é a cadeia”.

Considerando essa fala, foi gerado certo impacto entre os estudantes e em alguns educadores, ou seja, em uma pequena minoria de educadores ali presentes. Houve um silêncio geral, que foi cortado por alguns estudantes que riram como se parecesse que não acreditavam no que estavam ouvindo. As crianças menores pareciam assustadas, pois estavam sentadas na primeira fila e tinham bem próximo também o barulho do rádio escuta que era muito alto. Paralelamente, alguns educadores transpareceram mal estar, como se estivessem impotentes, pareciam paralisados pela postura agressiva, de intimidação realizada pelo policial. O mesmo ainda afirma que “quem desvia do bom caminho, está indo para o lado da droga e do crime” e chama a atenção nesse momento, de um estudante de camiseta branca que conversava próximo à janela, para que o mesmo prestasse atenção em sua fala. Nesse momento, todo o presente naquele recinto voltou-se para o estudante de camiseta branca, que sentado próximo à janela, buscava um diálogo com seu colega e meio que sem jeito diante da “abordagem” realizada pelo policial, calou-se imediatamente.

Dentro desse contexto, a policial afirma que já vinha sabendo de tudo o que ocorria na escola, porque havia um projeto de instalação de câmeras escondidas que permitia saber tudo o que acontecia. Considerando essa afirmação, compreende-se que a mesma procurou não comprometer os organizadores da palestra, da mesma maneira que possibilitou amedrontar os estudantes, pois as câmeras permitem o controle dos mesmos.

Nessa lógica, foi citado que “os estudantes têm que obedecer ao professor”; porque “o professor é autoridade e por ser autoridade possui o poder de polícia e conseqüentemente o poder de prender”. O que se compreende a partir dessa fala, ou seja, a impressão que se tem, é que a mesma busca evidenciar a importância da obediência dos estudantes com seus professores, direção e com a própria instituição.

Nesse sentido, passando como se fosse uma sustentação da última fala, o policial militar se posicionou a frente afirmando que “se nasceu tem que cumprir a lei e se não apanhou em casa vai apanhar lá fora”, porque tudo tem regras. Segundo ele ainda, “porque eles teriam a razão, porque seriam ouvidos e também porque são autoridades”.

Diante dessa situação, transpareceu que houve certa indignação dos estudantes diante das falas do policial, porque foram muitos os diálogos paralelos entre os estudantes que pareceram não concordar,

alguns emudeceram, perpassando uma sensação de impotência, diante de um tom de autoritarismo e ameaça. Paralelamente, alguns educadores demonstraram mal estar, se observam entre si e alguns ficaram enrubescidos.

Buscando enfatizar a fala do policial, a policial, em seguida comunicou que havia outro problema por lá e que precisava ser resolvido; nesse caso, o desperdício da merenda escolar, além de ser um absurdo, representa custo para o Estado e município.

Nessa mesma dinâmica, a “palestrante” ainda relata que havia outro assunto que deveria ser resolvido, que era a “questão do bullying que os educadores sofrem pelos estudantes na escola”. Nesse caso, foi evidenciada a importância em “tratar bem os professores e também de obedecê-los”. Porque se não o fizessem poderiam estar cometendo crime, além do mais o juiz e o promotor de Passos Maia já estavam a par da situação.

Nesse momento, um estudante no fundo da sala aparentando estar nos anos finais do fundamental e com problemas na dicção, com a voz trêmula, parecendo um tanto nervoso e meio tímido, pede a palavra e argumenta que os “professores colocam apelidos nos alunos”. Segundo o estudante, ele gostaria que os mesmos os respeitassem, porque o aluno tem que respeitar o professor, mas também o professor tem que respeitar o aluno.

Dentro dessa situação e demonstrando constrangimentos, os “palestrantes”, titubearam diante da fala do estudante e argumentaram que nem um nem outro deveriam colocar o apelido. Nesse sentido, o policial orienta que o estudante assuma o papel de resolver tal situação presente naquele cotidiano, se o professor o fizer no caso, colocar apelido no estudante, o mesmo deveria ir conversar com o professor, porque, afirma, tudo é diálogo.

Dentro dessa dinâmica, a policial, comenta sobre outro problema que acontecia e que precisava ser resolvido, que são as bagunças dos estudantes nos ônibus escolares. Buscando confirmar e elucidar tais ocorrências, foi solicitada a presença de um dos motoristas (de ônibus escolar) na sala para relatar o acontecido. Segundo o mesmo, e transparecendo certa timidez, comentou que os estudantes não obedeciam e que dois bancos do ônibus dele tinham sido estragados. Os estudantes ouviram o depoimento do motorista em silêncio, sem argumentarem nada, então o motorista após a exposição, retirou-se rapidamente.

Com a saída do motorista da sala, a policial relata que os estudantes descem dos ônibus em Passos Maia (sede) e não vão para o

PRÓ – JOVEM o que vem resultando em muitas faltas escolares. Segundo a mesma, os estudantes ficam na praça, o que é proibido, porque não podem ficar circulando na Praça de Passos Maia. Ainda relata que eles (palestrantes) estão cuidando e que andam descaracterizados (paisana), além disso, têm muitos olhos na cidade cuidando, inclusive os policiais circulam constantemente pelo espaço e sabem de tudo o que acontece.

Nessa mesma base de diálogo, no revezamento das falas entre os palestrantes, a policial em questão, evidencia outro problema que ocorre na comunidade, que é o consumo de bebida alcoólica por menores juntamente com seus familiares. Nessa lógica, observa a existência de estudantes que bebem juntamente com seus pais, em churrasquinhos e festinhas, além de namorarem em âmbito escolar, enfatizando então, que a escola não serve para isso.

Nesse momento, o policial militar automaticamente ganha à frente e se coloca a partir da fala da policial, parecendo questionar as meninas, afirma que as mesmas só querem valorizar o corpo, a partir do uso de roupas decotadas. Nesse sentido afirma que as estudantes, tem o intuito de chamar a atenção sobre si, o que poderá possibilitar uma desgraça, um estupro; e nesse caso, os meninos não respeitarão meninas assim. Dentro dessa situação e dando continuidade a fala do policial, a conselheira tutelar, parecendo um pouco nervosa, meio sem jeito, diz que as meninas, usam roupas assim para serem chamadas de gostosas e que tem algumas que acha bonito se vestir assim. Nesse aspecto, é importante considerar que houve poucas falas da representante do Conselho Tutelar durante a palestra, o tempo inteiro somente a policial civil e o policial militar que falavam.

Dentro desse aspecto, é importante considerar que houve uma mudança na tonalidade das vozes dos mesmos, como se quisessem amedrontar; assim a policial, enfatiza que abordaria naquele momento, um assunto muito importante e grave que é o consumo de drogas, inclusive que já tinha nomes de pessoas que consumiam. Nesse instante a policial vai até a mesa e pega o Código Penal, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), já com os itens e as páginas marcadas e comenta que “quem pratica pequenos furtos em sala de aula, tornam-se grandes ladrões e bandidos e futuramente os estudantes ali poderiam ser clientes da policia”.

Nessa mesma perspectiva, a mesma ainda cita o artigo 155 do “Código Penal” e lê, argumentando para os estudantes que os mesmos podem cumprir pena, porque existe cadeia para adolescente. Também questiona o patrimônio público, através do artigo 163, em função das

cadeiras quebradas, vidros, banheiros entupidos e xixi no chão. Cita ainda o artigo 163 e a detenção de 1 a 6 meses que o mesmo oferece em descumprimento. Na mesma lógica, a policial faz a citação dos artigos 330, que corresponde aos maus tratos ao funcionário público, e ainda o desacato artigo 331, quanto à “autoridade do professor”, segundo a mesma, as boas maneiras na escola estão muito fracas e há uma necessidade de haver respeito com a família e professores. Nesse sentido, reitera que criança vai para a cadeia também.

Nessa consideração, explicita que a “escola é patrimônio do município” e que depredá-la aumenta a pena, por ser crime vai para o fórum e pode ser preso. Ainda cita os crimes de calúnia, injúria e difamação, com base no artigo 138, que corresponde no caso de infração a dois anos de prisão. Diante das referências aos artigos dos códigos que estavam em suas mãos, indaga aos estudantes se os mesmos não querem ser alguém na vida.

Dentro desse contexto, ao realizar essa última indagação, a policial buscou observar todos os estudantes, o que permitiu também uma apreciação de todo um momento, o próprio espaço, a sala de aula e os sujeitos sociais em questão: estudantes pobres, cujas famílias em sua maioria são assentadas pela Reforma Agrária, de baixa renda e que os estereótipos dos sujeitos em questão, estão condicionados ao não poder de consumo, como já relatado. Nessa lógica, sugere que os mesmos possam ser futuramente um motorista, um carregador ou um pedreiro, porém para isso terão que frequentar a escola para estudar.

Nesse sentido, faz uma referência ao “Estatuto da Criança e Adolescente”, a partir das medidas sócias educativas, que vão desde a advertência até o internamento, nesse caso o artigo 116. Nessa lógica, buscou apoio do policial para o esclarecimento de espaços para menores como o CIP e outros.

Considerando esse momento, reitera-se que os diálogos são diretos, observa-se uma forte pressão sobre os estudantes, porque por nenhum momento foi perguntado nada a eles, ou eles puderam de alguma forma se defender, a não ser em algumas poucas tentativas, no caso de um estudante e sua não conformação com os apelidos que os educadores direcionam aos estudantes. Como já mencionado anteriormente, perpassa uma sensação de articulação entre as falas e o respaldo das mesmas, em alguns momentos tem-se a nítida sensação que alguns diálogos lembram “falas entre policiais e bandidos”, dentro das abordagens corriqueiras que se observa a partir das mídias televisivas no cenário nacional.

Nesse mesmo contexto, o manuseio do aumento e diminuição do volume do rádio escuta, seu uso como ferramenta para intimidação, porque produz uma sensação ruim, além do volume muito alto, parece que todos os presentes ficavam sem movimentação, parecendo que estavam em choque, principalmente as crianças.

Dentro da sequência da “palestra”, a policial levanta outro problema de ocorrência no ambiente escolar, que é o cuidado com o material escolar. Nesse sentido, enfatiza o desperdício escolar, como as borrachinhas jogadas entre os estudantes e também vir para a escola sem o material escolar. Considerando esse contexto, a policial mudou o tom da fala, rindo, virou-se para a direção, conselheira e para o policial militar enfatizando que se fosse comprado material escolar, dando como exemplo uma régua, provavelmente não sobraria para a cachaça e nem para o cigarro. Compreende-se a partir dessa fala, que a mesma deva estar fazendo alguma referência aos pais dos estudantes, quanto ao consumo de álcool e cigarros, passando uma sensação sarcástica.

Nesse contexto, é orientado por parte da policial que os educadores diante das situações apresentadas, que além de registrar ocorrência, devam dar castigo aos estudantes, porque no tempo dela o professor atirava até o apagador nos estudantes. Por isso os professores devem fazê-los escreverem cem vezes no caderno: “Devo cuidar bem do meu material”.

Posteriormente, dando continuação na fala, enfatiza outro assunto, transparecendo um tom de ameaça, enfatiza sobre a falta escolar, e que quando acontece vem caracterizar abandono intelectual. Dentro dessa situação, esclarece que se caso isso ocorrer os pais dos estudantes cometem crime e pergunta aos estudantes se os mesmos gostariam que seus pais fossem presos, se sim, então que faltassem à escola.

Nesse momento o policial militar sai para atender um chamado no celular, então a policial, chama a atenção das estudantes presentes. O mesmo que estava saindo, se volta transparecendo um olhar de orgulho e vaidade, diante do comentário da policial que só pelo fato do mesmo se retirar da sala os olhares das meninas passaram para a mesma, porque até então estavam sendo direcionados para o policial. Observam-se nesse momento, que algumas estudantes se olharam, algumas riram outras não entenderam ficando quietas. Nesse aspecto, transpareceu que a intensão da fala foi à esfera da malícia, e de alguma forma as estudantes foram colocadas em exposição frente ao policial, como se elas o estivessem paquerando.

No término da “palestra”, a educadora que anunciou o início da mesma, entra na sala, pois grande parte da palestra manteve-se ausente, faz seus agradecimentos às autoridades presentes e enfatiza que se em casa pode tudo, ali na escola não pode. E como último momento, os estudantes bateram uma salva de palmas para todas as autoridades, obedecendo a um pedido da mesma.

É importante considerar que a “palestra” foi repetida no período vespertino, num tom mais ameno, uma vez que minha presença foi informada aos “palestrantes”.

1.4 Análises Preliminares da Palestra e os Meses Seguintes

A “palestra” acima descrita como se viu, ocorreu em tom de intimidação, repressão e coerção direta aos estudantes da EEIEF Nossa Senhora Aparecida; o que produziu um mal estar na maioria dos presentes (estudantes, educadores), pois muitos enrubesceram, outros ficaram paralisados e sem ação. Esta ação vem enfatizar que a atual gestão escolar adota uma postura diferente da gestão escolar anterior, com significações e legitimidades, que envolvem a própria ideologia das forças que assumem naquele momento o governo municipal. Pelo fato de não buscar o diálogo com o âmbito escolar e a comunidade, a secretaria e direção da escola impuseram uma postura repressiva, com base no autoritarismo, que teve como propósito gerar o medo, a humilhação e a obediência dos estudantes para com os educadores e a própria instituição. Diante desta realidade por nós vivenciada é que no capítulo 3 optamos por melhor entender a teoria da escola como violência simbólica (Bourdieu e Passeron, 1986), e a teoria da escola como Aparelho Ideológico do Estado (Althusser, 1918), pois entendemos que estas teorias nos ajudarão a melhor entender o ocorrido.

Segundo depoimentos de alguns educadores, a “palestra” foi incentivada por um grupo de educadores, que vem disputando cargos dentro da hierarquia escolar, sendo que alguns já exerciam funções de chefia na gestão anterior, profissionais que optaram por outra gestão, com diferente visão sobre educação. No dia da “palestra”, durante o intervalo para o café foi observado que os policiais e alguns educadores conversavam a respeito da mesma, dos pontos que foram tratados e de outros que deveriam ser ainda abordados.

Conforme já relatado, os estudantes em questão são crianças e jovens pobres, de origem humilde, na condição de proletários, filhos de assentados da Reforma Agrária, sem lazer, sem poder de consumo, são estudantes que raramente viajam ou saem de sua região; sem poder

aquisitivo, sem dinheiro para comprar roupa, celular, ou outros atrativos da nossa sociedade de consumo. Os mesmos quando adentram o espaço escolar, buscam ser felizes, porque a escola passa a ser o seu lazer, seu espaço para divertimento. Compreende-se que dentro de um sistema escolar aos moldes capitalistas, os estudantes ficam condicionados a regras e disciplinas, que a própria instituição reproduz quando subordinada ao Estado.

Nesse sentido, ao promover a violência simbólica em seu âmbito, o sistema escolar do município, impôs a opressão e domínio aos estudantes, colocando os estudantes proletários na condição de fracassados, sem saída, o que materializa a discriminação e a marginalização.

Na mesma lógica, o sistema escolar de caráter segregador e marginalizador, contribui para impedir a ascensão desses estudantes, determinando dentro da hierarquia escolar e da sociedade à condição de subalternos e submissos, por isso não deverão criticar e nem reclamar. Diante de tantas carências e sem autonomia, os estudantes ficam sujeitos à opressão, e passarão a obedecer à própria instituição e aos professores. Os estudantes serão direcionados, de maneira gradativa, para cumprirem os papéis que lhes serão designados no sistema produtivo de nossa sociedade, somente após atingirem o fracasso individual dentro do sistema educacional.

Dentro dessas condições de submissão, fracasso e impotência, os palestrantes citados buscam efetivar o domínio, passando pela esfera da humilhação. Nesse sentido, os palestrantes ao questionarem os estudantes pelo descuido e pela falta do material escolar (régua), reforçam a condição de pobreza dos mesmos, de seus pais e os maus hábitos pelo consumo de cachaça e cigarro. Ao inferiorizar os pais dos estudantes, como bêbados e fumantes, indicará que os mesmos não se importam muito com os estudos de seus filhos e o que é importante para os mesmos é saciar os vícios que carregam. Assim os estudantes em condição de humilhação, tristes tenderão a manter estas atitudes, e dessa maneira, os opressores tem maior facilidade de domínio sobre os oprimidos, pois os mesmos já se encontram em situação de submissão, de subalternidade.

Nesse contexto, os estudantes ao serem indagados sobre o que gostariam de serem na vida, os palestrantes reforçam, de maneira sugestiva, que os mesmos ocuparão as profissões que hierarquicamente estão no nível inferior da pirâmide social. Nessa lógica, formaliza a própria condição de estudantes proletarizados que dentro da dualidade do sistema de ensino, não terão condições de pleitearem as melhores

posições, serão direcionados para o sistema de produção, na condição de força de trabalho barata, dentro do trabalho manual, o trabalho que não é valorizado e reconhecido.

Os estudantes ao serem intitulados como “espertinhos” e indagados porque os mesmos vêm para a escola, são colocados na condição de marginalizados, “porque todo o esperto tem um fim da linha e esse fim é a cadeia”, ou seja, não precisariam estar na escola, porque os mesmos já têm um futuro designado. Nessa lógica, terão que cumprir as leis que regem a sociedade de maneira obediente; seguindo as regras, indicará que os mesmos são educados; caso contrário, ficará explícito a necessidade de serem repreendidos e punidos, e a polícia nesse caso poderá fazê-lo, pois tem o apoio da sociedade.

O fato de não poderem circular na Praça de Passos Maia (meio urbano), durante a ida ao PRÓ-JOVEM, caracteriza o controle e a privatização do espaço público pela classe dominante, assim tira-lhes o direito de ir e vir, o direito de ser jovem, de poder vivenciar, produzir relações, tira-lhes o direito de vida, direitos que o próprio Estatuto da Criança e Adolescente lhes assegura. Nesse sentido, com o intuito da não presença dos mesmos, são criados mecanismos de amedrontamento, buscando efetivar a não circulação de jovens, pobres e assentados no meio urbano, ressaltando o preconceito existente sobre os estudantes e seus pais.

O Conselho Tutelar, juntamente com os policiais, ao avaliarem as estudantes sobre suas atitudes, suas roupas e possíveis olhares para o policial, legitimam o abuso sexual, pois colocam as mesmas como culpadas, em exposição e vulnerabilidade, o que possibilita a isenção de seus possíveis agressores.

Considerando os artigos citados do Código Penal e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), através de medidas sócias educativas, é imposto medo e intimidação aos estudantes, com as instituições públicas, assim como os seus funcionários. Demonstra e faz o entendimento que os mesmos são inquestionáveis e intocáveis, inclusive os educadores, isentando-os de qualquer culpabilidade. Nesse sentido, legitima que os Órgãos de Polícia e Conselho Tutelar, estando a serviço do Estado, estarão a zelar e proteger. Por outro lado, lhes nega o direito estipulado pelo ECA no sentido de proteção pela criança e adolescente.

A policial ao incentivar o registro de ocorrência das ações “irregulares” dos estudantes em órgãos policiais e o castigo em sala de aula promove na escola uma “caça as bruxas”, permitindo e legitimando a intimidação e repressão de educadores com seus estudantes. Nesse

contexto, acaba por motivar que muitos educadores adotem e reforcem posturas arbitrárias e autoritárias com os mesmos, e em alguns casos, a perseguição de estudantes.

Dentro desse contexto, busco a compreensão dessa realidade e da materialidade das situações de conflitos e contradições que acercam o âmbito escolar da EEIEF Nossa Senhora Aparecida. Para isso, é importante considerarmos as mudanças políticas que aconteceram no município e que envolvem mudanças na área de educação. A atual gestão da EEIEF Nossa Senhora Aparecida assume com uma nova postura, com novas regras e disciplinas no âmbito escolar.

Segundo relato de alguns estudantes em sala de aula, durante o estágio de observação e logo após a “palestra” acontecida na escola, os estudantes do 7º ano foram chamados à secretaria para uma conversa particular com os policiais. Um dos estudantes foi pego pelo pescoço pelo policial, por haver pulado a janela em dia anterior. Dentro dessa nova realidade, muitos estudantes ficaram revoltados com as novas regras, com o não uso de boné, a não conversa e as brincadeiras corriqueiras de sala de aula, etc. Na escola sempre foi permitido o uso do boné e muitos estudantes usavam o boné do MST no cotidiano escolar, efetivando um referencial dos mesmos, com a luta do Movimento e à luta dos pais. Posteriormente, em outro estágio com a mesma turma, vivenciou-se um clima difícil e pesado durante o processo de aprendizagem que realizava com os estudantes. Foram constantes a entrada e saída de educadores de diversas áreas em sala, com interferência dos mesmos para com os estudantes, que se utilizava de autoritarismo e de ameaças, como chamada de atenção ao comportamento, proibição de uso de boné, e possibilidade de ida para o Conselho Tutelar, etc. Essa situação produziu desconforto durante a prática, atrapalhando o processo, sentida pelos orientadores, estudantes e estagiária em sala.

É importante considerar que os conflitos na escola continuaram entre educadores e estudantes, entre estudantes e estudantes e entre educadores e educadores. No início da atual gestão, foram observadas muitas articulações e disputas, que envolvia o cargo de direção, com alguns nomes cotados para o mesmo. Dentro desse contexto, a ocupação do cargo foi realizada por uma antiga educadora da escola, moradora do meio urbano e esposa de um assentado. O antigo diretor da gestão anterior, e alguns educadores e funcionários que eram ligados ao Movimento Sem Terra desvincularam-se da escola.

A diretora que assumiu, licenciou-se em seguida, assumindo em seu lugar a antiga técnica pedagógica da escola, pessoa de confiança da

gestão anterior e que num último momento mudou de lado, apoiando o partido do atual Prefeito. Além disso, um grupo de educadores que disputam o poder na escola e que articularam a “palestra”, (segundo depoimento informal) de uma educadora da escola, também “braço direito” da gestão anterior, se posicionaram contrários à diretora licenciada, afirmando que não iriam permitir mais a estada dela na escola, porque a mesma seria de um determinado partido e esposa de um assentado e que nem deveria estar ocupando o cargo. Mas sua licença foi por pouco tempo, com a volta ao cargo, a antiga técnica pedagógica deixa a escola e assume um cargo na Secretaria de Educação.

Nessa lógica, constata-se que os cargos hierárquicos continuam em disputa na escola e que as articulações e mudanças constantes no espaço escolar vêm gerando certa insatisfação na comunidade, estas serão relatadas na continuação do texto, pois nos permitirá a compreensão das perguntas de pesquisas que permearam a elaboração dessa monografia. Essa troca de direção gerou diversos conflitos em âmbito escolar, ocasionando resistência de muitos educadores, em função de uma antiga educadora da escola, “braço direito” da gestão anterior, como já citada, passar a ter atitudes e posturas autoritárias com os estudantes, educadores e funcionários.

Ela era muito vingativa das coisas... Qualquer coisinha que fizesse ela ia lá queria saber... Por que se a pessoa não fazia nada, ela ia em cima e falava... (FUNCIONÁRIO 3, EEIEF NOSSA SENHORA APARECIDA).⁶

Dentro desse contexto e partindo das observações que realizei na escola, é possível afirmar que alguns educadores, que anteriormente mantinham um discurso e práticas democráticas durante a gestão anterior, com a atual gestão e após “palestra”, mudaram suas posturas com os estudantes. Nesse sentido, pude observar posturas de alguns educadores mais tendentes ao autoritarismo, muitas reclamações sobre seus estudantes para a direção da escola, com maior controle sobre o comportamento dos estudantes em sala de aula e maior repressão. Os educadores, que já mantinham esse tipo de atitude, reforçaram suas posturas dentro de suas práticas escolares. Pra uma melhor compreensão, o depoimento abaixo caracteriza o ponto que chegou a situação.

6 Entrevista concedida à Janaina G. O. de Queiroz em 12 de março de 2014.

Tem uma professora na escola que tinha que sair de lá! Ela anda querendo passar o carro em cima dos alunos! Não sei o porquê, tudo começou com um menino que falou besteiras para a professora, sabe né! Tem crianças que são educadas e outra não! O menino disse que estava na época das vacas reinarem... Eu já fui três vezes lá para falar com ela, mas ela se esconde de mim. A direção deu uma advertência para ela, disseram que ia tirar ela, mas até agora nada. Agora ela está baixando nota, elas tiravam 7 e 8 agora a nota delas foi para 3. A professora disse: Que acidente acontece todo dia e ela disse que ela tinha dinheiro para contratar quantos advogados fosse preciso... Comigo não tem advogado que bate de frente comigo, porque eu já viajei vários lugares do Rio grande do sul a Peru, Guiana Francesa, Uruguai, Argentina. Eu nunca sentei num banco de uma escola e a escola ensina muita teoria e não a prática. Hoje em dia a teoria está mais unida à prática, nos últimos anos a escola tem melhorado (ENTREVISTA PAIS, ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES I).⁷

Nessa compreensão, reitera-se que a gestão anterior, trabalhou numa lógica mais democrática com o ambiente escolar, com base no diálogo e na superação dos conflitos entre estudantes e educadores. Cabe ressaltar que a EEIEF Nossa Senhora Aparecida, sempre foi palco de disputas e divergências, e que os conflitos sempre fizeram parte do âmbito escolar, em função de educadores contrários às propostas pedagógicas da educação do MST e pela disputa por cargos hierárquicos dentro da instituição.

Dentro dessa realidade, trago o relato de uma estudante que em tom de desabafo comenta as mudanças dos princípios e práticas escolares, após troca de gestão e da argumentação da direção sobre o direito perdido dos estudantes de avaliarem seus educadores, dentro dos processos pedagógicos coletivos incentivados e colocados em prática na gestão anterior.

⁷ Entrevista concedida a Janaina G. O. de Queiroz em 20 de Novembro de 2013.

Segundo a estudante:

A situação piorou, parece que os estudantes não respeitam a diretora. Estão sem limites... Fazendo o que querem e há muitas brigas entre as meninas... Com o outro diretor os estudantes andavam mais na linha... Agora que o regimento sumiu, os estudantes podem virar a escola se souberem que não tem regimento. Os estudantes do 7º e 8º ano não estão preocupados, nem apavorados, continuam fazendo o que faziam... As professoras estão se atingindo provocando-se umas a outras... Teve discussão entre a bibliotecária e a coordenadora, inclusive em frente aos estudantes. Os professores disputam a diretoria, embora antes houvesse rivalidades, não tinha discussões... Se houvesse problemas em sala, a direção levava o regimento para ler em sala ou levava o aluno na secretaria e dava uma suspensão, acho que eles tinham mais medo e respeito com o diretor. Se fosse preciso o diretor lia umas dez vezes o regimento. Os alunos andavam mais na linha A direção disse que os estudantes atualmente não têm condições de avaliar nenhum educador. Primeiro precisam estudar, saber o que devem saber e parar de realizar bagunça para depois poder avaliar o educador O professor pode avaliar o estudante, sendo assim os professores fazem o que querem e os alunos não podem mais reclamar (ESTUDANTE 1, EEIEF NOSSA SENHORA APARECIDA)⁸

Sobre o regimento escolar, o mesmo acabou por sumir na troca de gestão. Nesse sentido, a Secretaria de Educação juntamente com a direção e educadores se uniram na constituição de um novo regimento e um novo PPP⁹ para a escola, dando como forma de efetivar e consolidar novos princípios pedagógicos.

⁸ Entrevista concedida a Janaina G. O. Queiroz em 20 de novembro de 2013.

⁹ O novo PPP e Regimento Escolar foram produzidos com a Secretaria de Educação, Direção e Educadores, porém sem a presença dos pais. Foi marcada uma reunião para a apresentação e apreciação dos mesmos na escola. Pelo número reduzido de pais (02) que compareceu a reunião, a mesma acabou não acontecendo.

Segundo a Secretaria o PPP e o Regimento estavam antigos eram de (2010), portanto havia necessidade de uma reformulação. Assim, após reelaboração dos mesmos, os pais foram convidados para conhecê-los a partir de uma reunião, o que acabou não acontecendo por falta de quórum.

Na educação infantil foi criado o “cantinho do pensamento”, espaço pedagógico criado como forma de educar as crianças pequenas, assim desde cedo as crianças aprendem a obedecer e a seguir as regras da instituição escolar. Nesse sentido, a criança que desobedece fica de castigo sentada na cadeira virada para a parede. Sobre esse contexto, em conversa informal, com uma família da comunidade durante um Tempo Comunidade, a mãe comentou da ausência de sua filha que estuda no fundamental, em função da mesma não querer sair de casa. Nessa lógica, foi conversado com a estudante, sobre “gostar de estudar”.

Sobre a questão:

É bom estudar... Tenho bastantes amigos, tem professores bonzinhos e outros bem bravos... Sou mais ou menos bagunceira, mas nunca fiquei de castigo. O castigo é bem ruim! Às vezes a professora, dá um puxão bem forte na orelha, e às vezes também ela coloca a cadeira virada para o quadro e a gente fica cheirando o quadro (ESTUDANTE, EEIEF NOSSA SENHORA APARECIDA).¹⁰

Assim, os conflitos entre estudantes e educadores, continuam no espaço escolar, os “estudantes problema”, contrários às novas regras estipuladas e que vem expressar contestação e crítica quanto à nova proposta, foram chamados ao Conselho Tutelar do município, juntamente com seus pais. Advertidos e receosos, passaram a ter outro comportamento no espaço escolar, com medo de possíveis retaliações dos Órgãos de Estado.

Neste contexto, um estudante afirma:

Fazer folia, e aí a policia te ferra. Bulling... Poderíamos ir para o Conselho Tutelar. Alguma coisa mudou, a folia diminuiu, agora acabou. Se não a gente ia se ferrar. Foi uma informação, para nós não fazer isto, bulling com os colegas

¹⁰ Entrevista concedida a Janaina G. O. Queiroz em 22 de novembro de 2013.

(ESTUDANTE 3, EEIEF NOSSA SENHORA APARECIDA).¹¹

Dentro dessa realidade, é importante considerar a posição dos pais sobre a “palestra” realizada na EEIEF Nossa Senhora Aparecida. A partir dos dados levantados, constatou-se que a maioria dos pais entrevistados estava consciente da realização da palestra, porém não sabiam do que tratava. Além disso, a maioria considerou a “palestra” importante, em função de que os Órgãos Públicos de Polícia e Conselho Tutelar, estarem presentes no espaço escolar, o que corresponde à própria segurança de seus filhos, que ficam protegidos das drogas e dos problemas que as mesmas envolvem. Assim, a palestra na escola para os pais passa despercebida, porque os mesmos ignoram o teor da “palestra”, e a intimidação e humilhação que seus filhos vivenciaram o que expressa também o distanciamento dos mesmos com a escola e as preocupações imediatas a que estamos imersos dentro da sociedade capitalista.

Entre os funcionários, a “palestra”, passou quase que despercebida, também afirmam não saberem do que se tratava, contudo, acreditam que a realização da mesma, deva ser algo bom, pois caso contrário não aconteceria naquele espaço; e se aconteceu possivelmente foi em função de haver brigas entre as meninas. Mas nada mudou na escola, conforme um entrevistado, porque a educação vem de casa e essa está associada ao exemplo que os pais passam. Dentro desse contexto, é importante considerar que alguns pais não se sentiram a vontade de falar sobre a “palestra”, transpareceu desconforto quanto ao assunto, assim como os funcionários e estudantes, demonstrando certo receio e medo.

Desde que assumiu a atual gestão escolar, na EEIEF Nossa Senhora Aparecida, a presença dos pais diminuiu consideravelmente. Os pais não participam mais das reuniões, das atividades, quando acontece é sempre em número reduzido, ou mesmo no dia-a-dia da escola. Na gestão anterior os pais participavam, frequentavam a escola de forma assídua, participando das decisões e dos direcionamentos da mesma. Por outro lado, observa-se atualmente certa resistência da atual gestão com relação aos pais e à comunidade, pois enfatiza que os mesmos são difíceis, não comparecem a escola, ou seja, a escola não conta com os mesmos para várias atividades.

¹¹Entrevista concedida à Janaina G. O. Queiroz em 12 de março de 2014.

Segundo os pais, os mesmos relatam que participam das reuniões, mas somente quando requisitados, mas só houve uma reunião na escola desde que assumiu a atual gestão; por outro lado evidenciam que na gestão anterior havia muito mais reuniões. Também enfatizam que houve algumas mudanças, muita troca de funcionários, inclusive sem a presença da direção em alguns momentos, o que desanimou os pais. Antes havia mais organização e a outra direção demonstrava mais controle da situação.

Dentro desse contexto, é importante considerar que a gestão anterior, trabalhava com práticas e princípios mais democráticos, o que permitiu um maior envolvimento dos educadores nas atividades da escola. Segundo Cherobin (2012), o planejamento escolar, envolvia a elaboração dos complexos de estudo¹², que embora com contradições, gerou algumas discussões e mudanças na organização interna da escola e no trabalho pedagógico. Nesse sentido, tendo como aspecto central o inventário da realidade (já mencionado nesse texto), possibilitou que os educadores trabalhassem assuntos que os livros didáticos não abordavam. Além disso, também era realizado constantemente um trabalho de formação com os educadores.

Assim, considerando as mudanças que vem ocorrendo na escola, constata-se que a mesma assume uma postura na esfera autoritária, aqui já mencionada, a partir de novos princípios, com práticas autoritárias e de repressão. Dentro dessa realidade, adota para suas práticas pedagógicas a “Apostila Positivo¹³”, o que reflete uma proposta tradicional de educação. Nesse sentido, foram produzidas algumas críticas dos educadores com relação à mesma, principalmente pelo seu distanciamento com a realidade dos estudantes. Além disso, seu

¹² O Complexo de estudo teve origem na Rússia e foi um método educativo desenvolvido pelo educador Moisey M. Pistrak, tendo por base dados da realidade onde à escola está inserida. O educador (a) precisa realizar um levantamento desses dados da realidade e a partir deles realizar o planejamento escolar de sua disciplina vinculando com as demais áreas do saber. No Brasil o material que aborda esse método foi traduzido pelo professor Luiz Carlos de Freitas e Alexandra Marenich (2009). Freitas têm orientado e realizado experiências com esse método em algumas escolas do campo no Estado do Paraná.

¹³ Comum na rede privada, o Sistema “Aprende Brasil”, constituído por cinco elementos: material didático (livros/ apostilas), portal de apoio na internet, assessoria pedagógica para os professores e profissionais da educação, sistema de avaliação dos alunos e o Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil (Simeb) e da Editora Positivo de Curitiba (PR).

uso requer que os estudantes tenham conhecimento e prática de informática, o que vem complicar seu uso, pois os computadores da escola mal funcionam e a maioria das crianças tem dificuldades para digitar. Assim, foram realizados alguns treinamentos para a utilização das apostilas, em função das dificuldades encontradas pela maioria dos educadores.

Nesse sentido, há educadores que consideram que a gestão anterior trabalhou dentro de uma lógica de coletivo, de participação, com planejamento e organização, com muitas reuniões entre educadores e direção. Alguns entrevistados fazem críticas a Secretaria de Educação na mesma gestão, pois a mesma faltou no diálogo com os educadores e produziu imposições, entre elas, ter que trabalhar questões que não constavam no currículo, como MST e Reforma Agrária e promover o favorecimento de pessoas ligadas ao MST nos processos seletivos, além disso, tinha uma postura anti-hierárquica.

Em outro contexto, a atual gestão para alguns educadores, tem uma postura mais democrática; possibilitando uma metodologia onde o educador não precisa se estressar, como a apostila do Positivo, pois já está pronto e é só seguir o que está na apostila. Entre os fatores negativos apresentados por alguns educadores, está a realização de princípios e práticas nos moldes tradicionais, como hierarquia, a não realização das formações continuadas, a não orientação pedagógica, sem reuniões, sem planejamento e organização; com falta de diálogo e não participação nas decisões, assim vindo tudo pronto da atual Secretaria de Educação.

Nessa realidade, compreende-se que os educadores da escola se dividem quanto à organização, práticas e princípios pedagógicos e essas diferenças estão diretamente ligadas aos projetos sociais e de educação que vêm disputando no espaço escolar, com diferentes concepções e perspectivas educacionais, que correspondem a interesses políticos, sendo estes antagônicos. Assim de um lado um projeto democrático popular, com princípios e práticas democráticas e de outro um projeto tradicional, de ordem capitalista, onde a democracia implica na realização desse tipo de “palestra” e de postura.

Desde o início da atual gestão, mais de 50 estudantes saíram da escola, parte desses estudantes eram do ensino fundamental. Segundo relatos da direção da escola, alguns pais foram embora do município, alguns estudantes optaram em ir trabalhar, e outros passaram a dar maior assistência aos pais nos lotes. Nesse sentido, compreende-se que essas saídas possam estar relacionadas com as atuais posturas e mudanças que tem ocorrido na EEIEF Nossa Senhora Aparecida, bem como ao êxodo

rural que continua acontecendo na região, com jovens que migram na expectativa de melhores condições de vida, trabalho e lazer.

Segundo conversas informais de educadores e pais, o ensino médio na escola corre o risco de fechar em função do número reduzido de estudantes. Na região, já há pais que falam que vão se articular para que isso não venha acontecer, não concordam com o deslocamento diário de seus filhos para estudarem no meio urbano, pois inviabilizaria que os mesmos continuassem a ajudar nas lidas domésticas ou nos lotes.

Diante de diferentes concepções e experiências encontradas na EEIEF Nossa Senhora Aparecida, compreende-se que estão estabelecidas contradições acerca das propostas e políticas pedagógicas a que está submetida à escola, desde sua constituição, com base na luta pela terra, sua historicidade de escola de assentamento e suas transformações em função da própria necessidade de ampliação em sua estrutura, o que gerou articulações entre o Movimento Sem Terra, Prefeitura Municipal e a Educação do Campo. Essa realidade produziu fragilidade na própria proposta de emancipação humana que foi pensada e discutida durante o processo de constituição da escola. Assim a EEIEF Nossa Senhora Aparecida, submetida ao Estado, representado pelo governo municipal, em sua rigidez estabelece as regras do próprio funcionamento, o que coloca a escola à submissão da hegemonia do capital e os sujeitos envolvidos reféns de partidos instituídos. Segundo Caldart (2008), o direito coletivo interroga com mais força o conteúdo das políticas e da própria educação. Não é qualquer acesso, não é qualquer formação, há necessidade de configurar-se como crítica à forma e ao conteúdo do que se entende ser uma política pública, e ao modo de construí-la em uma sociedade cindida socialmente como a nossa.

Pensamos que a “palestra” na EEIEF Nossa Senhora Aparecida, marca e efetiva o início de uma nova proposta educacional, não tão nova, quando de seus princípios tradicionais, na busca pelo domínio acerca-se de ferramentas subsidiadas pelo Estado, que vem reprimir e intimidar os estudantes humildes em questão. Dessa maneira, buscando aprofundar, nos capítulos que seguem e atravessam a EEIEF Nossa Senhora Aparecida, a compreensão da própria estruturação escolar que a partir do Aparelho Ideológico e de Repressão do Estado, vem reforçar a obediência e a subordinação de seus estudantes aos educadores e à instituição escolar. Sobre esse contexto, é que no capítulo 3 desta monografia, como já citado, refletiremos sobre a escola e a reprodução da sociedade, os Aparelhos Ideológicos de Estado enumerados por Althusser e que dentro deles se emoldura o Aparelho Ideológico

Escolar, este, que a partir do simbolismo perpetua o controle e a obediência dos estudantes no meio escolar. Nessa lógica, questiona-se qual a função da escola?

Nesse sentido e para uma melhor compreensão acerca dessa realidade, com contradições e conflitos, onde projetos sociais disputam com diferentes perspectivas, no próximo capítulo iremos buscar o entendimento do município onde a EEIEF Nossa Senhora Aparecida se localiza, buscando a compreensão a partir de sua historicidade e sua estruturação como município, vem refletir a própria realidade local na atualidade e essa se efetivando em âmbito escolar. Assim, consideraremos de forma breve a estruturação agrária e a formação do próprio município, que entre latifúndios e assentamentos, materializam um palco de disputa e de luta pelo poder; de um lado o poder dos fazendeiros e latifundiários da região, setores ricos e conservadores e de outro a luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que de maneira organizada com os assentamentos na região, lutam por melhores condições de vida para as famílias.

CAPÍTULO 2

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA: Entre Latifúndios e Assentamentos

O município de Passos Maia está situado a 800 metros acima do nível do mar, na microrregião de Xanxerê, dentro da Bacia do Irani, oeste catarinense. Faz divisa ao Norte com Palmas no estado do Paraná, ao Sul com Ponte Serrada e a Leste com Água Doce e a Oeste com Abelardo Luz e Vargeão.

Sua densidade demográfica é de 7,91hab/Km², com uma população de 4425 pessoas, segundo IBGE¹⁴ (2010), sendo que 75,2% se encontram no meio rural e 24,8% no meio urbano. População essa representada por: caboclos, descendentes indígenas, descendentes europeus, principalmente por italianos.

O oeste catarinense, mais especificamente a região do Alto Uruguai, foi ocupado por comunidades Kokleng e Kaingangue¹⁵, por trabalhadores negros escravizados fugidos do Paraná e Rio Grande do Sul e por populações luso-brasileiras, como consta nos estudos de Woloszin (2008).

¹⁴ IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatisticas/populacao/censo2010/sinopse.pdf Acesso em: 24.11.2012.

¹⁵ Conhecidos como os botocudos, são ao os descendentes dos aborígenes primitivos que habitavam todo o interior do Brasil meridional: os Tapuias, pertencentes da grande nação dos Aymorês. Disponível http://biblio.wdfiles.com/local--files/paula-1924-botocudos/paula_1924_botocudos.pdf Acesso em 21.01.2014 Os caingangues, também chamados kaingang, kanhgág, guainás, coroados, bugres, botocudos, camês e xoclungues, são um povo indígena do Brasil. Sua língua, a língua caingangue, pertence à família linguística jê, a qual, por sua vez, pertence ao tronco linguístico macro-jê. Sua cultura desenvolveu-se à sombra dos pinheirais (*Araucária brasiliensis*). Há pelo menos dois séculos, sua extensão territorial compreende a zona entre o Rio Tietê (São Paulo) e o Rio Ijuí (norte do Rio Grande do Sul). No século XIX, seus domínios se estendiam para oeste, até San Pedro, na província argentina de Misiones. Atualmente, os caingangues ocupam cerca de trinta áreas reduzidas, distribuídas sobre seu antigo território, nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no Brasil. Sua população é aproximadamente de 34 000 pessoas. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Caingangues> Acesso em: 21.01.2014

Dessa miscigenação de grupos, surgiu o caboclo¹⁶, também conhecido como brasileiro. Segundo Bavaresco (2006), no oeste também passaram padres Jesuítas e Bandeirantes e no final do século XIX, a região era povoada por sertanejos indígenas e outros habitantes do sertão. Na região havia muita riqueza em recursos naturais, como araucária, erva-mate e os campos de Palmas.

Nesse sentido, o império fez uso das concessões de terras para os fazendeiros e pessoas de prestígio junto ao governo, para que os mesmos viessem a se instalar na região, o que produziu um palco de disputas, a partir da criação de gado e exploração de madeira (figura 6).

Para a criação de gado não havia necessidade de grandes investimentos, por isso as terras eram um grande atrativo, além do mais, segundo WAIBEL (1949, apud Bavaresco 2006) existe o conceito de que os campos não podem ser cultivados [...] seu solo é pobre demais para a agricultura e também pela própria ausência de árvores sobre os mesmos.

Nesse período, muitos militares conquistaram terras na região, o que deu início à formação de grandes extensões territoriais, grandes fazendas (latifúndios). Segundo Bavaresco (2006) essa distribuição de terras das quais as famílias se apropriavam permitiu inaugurar o império dos latifúndios. A partir dessa estruturação, firmou-se o poder político na região que tinha como base o coronelismo e a mentalidade dos militares. A doação e venda de terras era realizada pela “Brazil Railway e Company”¹⁷ (figura 7), (estadunidense Southern Brasil Lumber & Colonization Company), e outras empresas “colonizadoras” de capital estrangeiro, que vendiam lotes de terra dando preferência a colonos de origem italiana, alemã e polonesa, isso no final do Sec. XIX e começo do XX. Nesse contexto, os caboclos, descendentes de indígenas e negros

¹⁶ Os caboclos – ‘brasileiros’ – ocupavam vasta região do Oeste Catarinense. Semisolados em locais que, por muito tempo, serviram de passagem para tropeiros entre o sudeste e o sul do Brasil, dedicavam-se, sobretudo a atividades produtivas de subsistência, vendendo o excedente da produção ou produzindo alguns produtos para a venda, com destaque para a extração da erva-mate. Disponível em: www.pesquisa.uncnet.br/.../BUSCA_TERRA_COLONIZACAO_EXPLO... Acesso em 31.01.2014.

¹⁷ Construtora de propriedade do estadunidense Percival Farquhar; foi fundador da Light and Powers no Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=52 Acesso em: 31.01.2014

que habitavam a região, foram expulsos das terras devolutas que habitavam e passaram a viver na condição de acampados na região.

Nessa realidade, os modelos de plantios na região marcaram as diferenças culturais, de um lado a “Coivara”, técnica agrícola de derrubada e queimada que eram praticados tradicionalmente pelas populações indígenas, de quem os caboclos aprenderam e se utilizavam e de outro, as técnicas de mercantilização dos europeus. Essas diferenças acabaram gerando muitos conflitos e controvérsias. Segundo Bavaresco (2006), houve rejeição de frequência na escola, nesta época, pois os caboclos não aceitavam a presença do mestre alemão ou italiano. Nesse período, um contingente de vinte mil pessoas foi dizimado na Guerra do Contestado¹⁸ (1912-1916).

A história do município de Passos Maia acontece a partir do início do século XX, já dentro da estruturação agrária (fazendas) com exploração das áreas, originada a partir da doação e vendas de grandes extensões de terras pela “Brazil Railway e Company”. No município¹⁹, os escravos que ali estiveram além de servir aos fazendeiros da época, construíram taipas de pedras nas divisas das propriedades, caracterizando uma herança da luta dos negros.

¹⁸ Conflito produzido a partir da presença da Brazil Railway Company na construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e a instalação da Southern Brazil Lumber & Colonization Company para a exploração comercial madeireira e para a colonização dessas terras. A presença da mesma na região produziu enormes impactos no cotidiano da população local, entre os quais podemos citar a desapropriação de terras, a expulsão de moradores de seus locais de origem e as mudanças nas relações de trabalho, além do enorme contingente de desempregados que se fixaram na região após o final de algumas obras. Somam-se a essa conjuntura a instabilidade política nacional e internacional do período, a necessidade de reafirmação do exército brasileiro, o interesse e a atuação dos coronéis locais, entre outros aspectos fundamentais para entendermos a enorme gama de transformações que ocorreram na Primeira República no Brasil. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/contestado/abertura> Acesso em 21.01.2014.

¹⁹ (PPP- Projeto Político Pedagógico da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, 2010, p.5).



Fig.6- Exploração de madeira no final do século XIX na região oeste SC
Foto Acervo do Livro: Santa Catarina 100 Anos de História.



Figura. 7- Acampamento estadunidense
Southern Brasil Lumber & Colonization Company
Foto Acervo do Livro: Santa Catarina 100 Anos de História

Dentro desse contexto histórico, o município recebe uma colonização de imigrantes europeus que chegavam pela oferta da terra e renda, dentro de uma visão mercantil. Nessa realidade, os caboclos, descendentes de indígenas e brasileiros que viviam na região e de forma bastante isolados, sobreviviam dentro de um modelo de subsistência centrada na produção excedente de bens.

Essa população vivia migrando e não possuía a titularidade da propriedade da terra; eram os sem terra da região. Os imigrantes italianos vindos do Rio Grande do Sul e São Paulo, entre 1930 e 1940, chegaram à região com grande atrativo pelas terras férteis, pela quantidade de madeira e por preços baixos das terras que as colonizadoras ofertavam próximas ao vale do Rio Chapecozinho. Quando se instalavam, estes passavam a dedicar-se às atividades agrícolas e à extração de madeira. Mais tarde o município recebe sua primeira denominação de Bebedouro, em função do lajeado que servia de bebedouro aos animais, além de pousada para os tropeiros que transportavam suas tropas pela região.

Já na Vila Bebedouro, em 1950, foi implantada a primeira madeireira no município, o que veio fortalecer a cultura da região pela exploração de madeira, provocando e acirrando o desmatamento na região.

A Vila Bebedouro, em 1957 passa a ser distrito de Joaçaba e recebe o nome de Coronel Passos Maia, em homenagem ao coronel Passos Maia ex-prefeito de Joaçaba e pelo fato de pertencer na época ao território daquele município. Com a emancipação de Ponte Serrada em 1958, os distritos de Coronel Passos Maia e Dom Carlos passaram a compor o território que hoje é o município de Passos Maia. (PPP, EEIEF NOSSA SENHORA APARECIDA, 2010, p. 5).

Dentro dessa estruturação, o município, passou a ser alvo de ocupações dos sem terras, a partir do alerta da concentração de terras existentes no município e a necessidade e importância da Reforma Agrária.

Então em 1988, começa um processo de transformação na região com a chegada dos primeiros assentados da Reforma Agrária²⁰, em um número reduzido de doze famílias, vindas de outras áreas de ocupação de terras, fixaram residência na Fazenda Sapateiro, originando

²⁰ Conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. Sua concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64).

o Assentamento Sapateiro I (PPP, EEIEF NOSSA SENHORA APARECIDA, 2010, p.6).

A chegada de mais pessoas ao município refletiu numa mobilização popular em 1990, em busca pela emancipação Político-Administrativa, o que gerou o processo de emancipação do município. Nesse mesmo período, outras onze famílias de agricultores sem-terra de Ponte Serrada foram assentadas na Fazenda Taborda, originando posteriormente o Assentamento Taborda e em 11 de julho de 1991, treze famílias em sua maioria do município de Galvão chegam à região.

A efetivação da emancipação do município aconteceu a partir de um plebiscito em 31 de março de 1991 com 93,74% de aprovação, o que originou em 12 de Dezembro de 1991 a criação do município de Passos Maia e em 1992 foram realizadas as primeiras eleições municipais.

Dentro dessa realidade, em 20 de novembro de 1995, ocorreu uma grande ocupação de terras na Fazenda Ameixeira, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. Como resultado dessa ocupação, foram assentadas cerca de 800 famílias no município, vindas de vários municípios do Estado de Santa Catarina, inclusive de favelas urbanas, segundo depoimentos de lideranças do MST.

Segundo Cherobin (2012), em 1996 essas famílias se mudaram para uma área improvisada na comunidade de Santo Antônio, localizada a 18 quilômetros da sede do município (que posteriormente também foi desapropriada para fins de reforma agrária), ficando por seis meses acampados nesse local. Posteriormente a área da Fazenda do Confinamento (atualmente assentamento Zumbi dos Palmares), foi desapropriada com 1.808.3981 hectares de terra, cujo decreto de desapropriação é de 19 de Agosto de 1996 com emissão de posse em 30 de dezembro de 1996.

Nesse mesmo período também houve a desapropriação da fazenda denominada de Alagado, distante 10 km do assentamento Zumbi dos Palmares, com o assentamento de quarenta famílias. Assim, efetiva-se o Assentamento 20 de novembro, cujo nome relembra a data da ocupação que resultou na posse da terra por essas famílias.

No Zumbi dos Palmares, ainda haviam pessoas acampadas e as mesmas deslocaram-se para outras regiões do estado de Santa Catarina, no intuito de conseguirem terras. No entanto, outras 40 famílias que permaneceram no município, conseguiram realizar a ocupação de uma fazenda que ficava no meio dos dois Assentamentos recém-criados, área

que logo foi desapropriada, passando a ser chamada de Assentamento 29 de Junho.

Essas três ocupações realizadas em Passos Maia, na região do Zumbi, segundo Cherobin (2012), mudaram a rotina do município, pois outros acampamentos foram sendo organizados e resultaram no assentamento de 456 famílias.

Os processos de ocupação são momentos difíceis, em função da pressão e da resistência que está envolvida, da própria ocupação em cima do latifúndio.

Na Fazenda Ameixeira em Passos Maia, aconteceu de maneira organizada, com planejamento. Mas em virtude de imprevistos e barreiras realizadas pela polícia no percurso, aconteceu no início da noite, normalmente os processos de ocupação ocorrem de madrugada. Esses momentos são relatados abaixo por uma liderança do MST²¹ que participou do trajeto e da ocupação:

Nós chegamos no trevo era umas oito e pouco, deu imprevisto na estrada, fomos barrados... Quando nós chegamos já tinha uns quatro caminhões, mas naquela caravana que nós vinha tinha em torno de 25 caminhão e 14 ônibus, um atrás do outro. Porque é assim... A organização avisa e marca um encontro [...] Até que alinhou tudo aquele povo [...] Nós fomos cercado pela polícia, daí nos desembarcamos todo mundo dos ônibus e caminhão e daí trancamos a estrada [...] ou libera nós ou não passa mais nada na estrada e daí a polícia se obrigou a liberar nós.

E nós marchava... Distante do asfalto, de madrugada [...] Daí as lideranças gritavam às 6 horas da manhã palavras de ordem, palavras de ordem... grito de liberdade!

Nós chegamos e descarregamos as coisas, eu olhava assim para cima e aquele matão em cima, tudo escuro. Eu deixei quatro filhas para trás... Chegamos com a roupa do corpo, só umas pecinhas... Nós éramos carentes mesmos “uns bóia fria” pra trabalhar no dia e ter o que comer (...). Cheguei chorando... (...) Você escutava o

²¹ Entrevista realizada em 12 de abril de 2012 no Assentamento Zumbi II, durante o TC (Tempo Comunidade) do Curso de Licenciatura em Educação do Campo Da UFSC, com liderança do MST que participou da ocupação da fazenda Ameixeira em 1996.

choro das crianças, aquilo era como um eco de crianças chorando... Aquelas mães com uma criança no colo, outro pela mão puxando e outro na barriga... Muita gente, gente pobrezinha, pobrezinha, Deus o livre! (...).

Segundo Cherobin (2012), durante o acampamento no Zumbi dos Palmares (Ameixeira), as famílias estavam organizadas em núcleos de base (NB),²² em média de 10 famílias por núcleo, que tinham como responsabilidade a segurança²³ do próprio local, atendimento no posto de saúde, preparação da merenda escolar, entre outras funções. Os núcleos de base dão sustentação ao Movimento financeiramente, organizativamente e politicamente.

A ocupação da Fazenda Ameixeira é considerada uma das maiores ocorridas no Estado de Santa Catarina e essa originou o Assentamento Zumbi dos Palmares (figura 8), que teve seu marco inaugural correspondendo à data do desaparecimento de Zumbi dos Palmares ocorrido em 1695²⁴. Sua portaria de criação foi expedida em 14 de março de 1997, a partir de 102 famílias assentadas, oriundas de

²² Ferramenta político organizativo- conjunto de aproximadamente 10 famílias assentadas /acampadas. Os núcleos de base fazem parte da estrutura organizativa do MST, cuja origem está ligada aos círculos bíblicos da Igreja Católica e possui grande força até os dias atuais. Todos os membros da família fazem parte do núcleo, onde são discutidos e encaminhados assuntos pertinentes a vida no assentamento e do MST, configura-se também num espaço de formação. (Cherobin, 2012, p.9).

²³ Para garantir a segurança e a organização nos acampamentos haviam regras a serem cumpridas, no sentido de garantir o respeito entre todos, a partir da integridade física e moral, principalmente de mulheres e crianças. Assim, os que não estivessem de acordo eram convidados a se retirarem do local. Essa segurança era realizada pelos homens, entre turnos de revezamentos. Havia uma constante pressão dos fazendeiros e de seus funcionários, sobre o acampamento e muitos deles portavam armas de fogo. Nesse sentido para a segurança do acampamento, os seguranças também se mantinham armados, na busca de garantir a integridade de todos. (Depoimento de um assentado, realizado no Santo Antônio, novembro de 2013).

²⁴ Zumbi nasceu na então Capitania de Pernambuco, na serra da Barriga, região hoje pertencente ao município de União dos Palmares, no estado brasileiro de Alagoas. Como escravo, desafiou a própria liderança do “quilombo”, fazendo 2 produtoras de açúcar. A partir dos maus tratos, os negros se rebelaram e fugiam dos engenhos, passando a formar comunidades chamadas de “quilombos”, com vida própria e resistência contra a escravidão.

diversos municípios da região oeste do estado e do próprio município. Na (figura 9), um barraco localizado no Assentamento no Zumbi dos Palmares e bem próximo a ao início da EEIEF Nossa Senhora Aparecida quando funcionava como uma escola de acampamento.

Ainda segundo Cherobin (2012), atualmente no município são 456 famílias assentadas pelo INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária), e estes estão distribuídos em 14 assentamentos. Sua organização acontece, a partir do cultivo da terra e na busca por soluções quanto às necessidades e demandas que envolvem o próprio processo, tais como: acesso à escola, à saúde, estradas, dentre outras questões. Na (figura 10), uma família de assentados durante estruturação e divisão dos lotes em deslocamento dentro do Assentamento Zumbi dos Palmares I.

No assentamento Zumbi dos Palmares, segundo dados de 2010 do INCRA, apenas 92 famílias estão regularizadas ou aptas a acessar as políticas públicas do governo. A grande maioria dos assentados desenvolve trabalho produtivo individual, a partir de atividades agrícolas e pela geração da renda. Somente um grupo de 10 famílias optou pelo trabalho coletivo, onde a terra não é dividida e o trabalho acontece de maneira organizada entre as famílias.



Figura 8. Comunidade Zumbi dos Palmares
Foto: Janaina Goulart Oliveira de Queiroz



Figura 9. Barraco- Assentamento Zumbi dos Palmares
Foto: Acervo Brigada Maria Rosa



Figura 10. Mudança de Lote- Família Assentada
Foto: Acervo Brigada Maria Rosa

O assentamento Zumbi dos Palmares abriga a EEIEF Nossa Senhora Aparecida, objeto de estudo deste texto, e divide-se em duas comunidades: Zumbi I e Zumbi II, sendo que a primeira é a maior comunidade do interior do município. Este assentamento está organizado, a partir de 10 núcleos de base e estes pertencentes à brigada Maria Rosa²⁵, a qual abrange os municípios de Passos Maia, Vargeão e Ponte Serrada, totalizando 534 famílias assentadas /acampadas. Os coordenadores/as dos núcleos de base de cada assentamento formam a coordenação da brigada.

No que se refere à estruturação física, o assentamento Zumbi dos Palmares, possui posto de saúde com atendimento médico e odontológico que atende somente 1 vez por semana; um centro comunitário onde se realizam as atividades sociais, como reuniões, almoços comunitários, bailes, festas, atividades esportivas e religiosas; campo de futebol; quadra de areia e parque infantil. Os assentamentos são atendidos pelos programas sociais do município, o que contempla diversas atividades que buscam atender todas as faixas etárias; tais como: os idosos, as mulheres (através do clube de mães) e jovens, além do Programa Nacional de Assistência Técnica aos Agricultores beneficiados pelo programa de Reforma Agrária- ATEs²⁶.

Embora os assentamentos estejam inseridos em tais programas, ainda não resolve a demanda e as difíceis condições de vida da população. Em sua maioria são famílias de baixa renda, sem poder de

²⁵ Definição dada pelo MST para definir um determinado território. Cada brigada recebe um nome específico definido pelas famílias assentadas /acampadas que pertence àquele território geográfico. As brigadas são uma das formas organizativas das famílias ligadas ao MST. Cada brigada corresponde, no caso de Santa Catarina, aproximadamente 500 famílias assentadas/acampadas. As brigadas aglutinam os núcleos e possuem uma coordenação capaz de tomar definições e fazer encaminhamentos de acordo com os princípios organizativos do próprio Movimento. Normalmente as brigadas são compostas, por cinquenta núcleos- em torno de quinhentas famílias. (Cherobin, 2012, p.10).

²⁶ ATEs- Assessoria Técnica Social e Ambiental aos Assentamentos da Reforma Agrária. Em Santa Catarina, o convênio Ates foi firmado com a Cooptrasc (Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina) que dispõe de escritório Central, em Chapecó e escritórios regionais: São Miguel do Oeste, Abelardo Luz, Passos Maia, Água Doce, Campos Novos, Fraiburgo, Calmon, Curitibaanos, Rio negrinho, Vidal Ramos e Presidente Getúlio.

consumo e sem lazer. Com a falta de políticas públicas, dentre outros aspectos, a maioria dos lotes não produz o suficiente de forma a possibilitar uma boa renda mensal para as famílias.

Nesse sentido, os jovens e as crianças em sua maioria são desprovidos de lazer, pois passam parte do tempo de suas vidas nas atividades dos lotes ajudando os pais ou na escola. Os estudantes em grande parte, nunca saíram da região, além disso, como já mencionado, não há espaços direcionados para atividades de lazer.

Dentro dessa realidade, é importante considerar a falta de ônibus na região, com péssimas condições em suas estruturas, possuem uma tarifa alta que não corresponde à realidade da população. Esse fato permitirá e determinará que grande parte dos assentados não tenham o direito de ir e vir, assim ficam em “regime de confinamento” dentro de seus lotes.

Com a estruturação dos assentamentos no município, foram gerados muitos impactos, já que triplicou o número de habitantes na região, além de que as pessoas que chegaram à região eram muito pobres, em sua maioria, posseiros, meeiros, arrendatários, trabalhadores sem terra, em busca de terra e trabalho. Além disso, é importante considerar que as pessoas que chegavam à região, estavam caracterizadas como “ladrões de terras, baderneiros”, mas sobre essa questão retomo mais a frente na continuação desse texto.

Para uma melhor compreensão dessa realidade e sobre o impacto que é produzido com a chegada de assentamentos num determinado local, considera-se Stédile (1997):

O impacto proporcionado também nos parece importante [...] pela possibilidade de transformação de um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos, novos atores em cena. O aparecimento desses novos atores [...] da disputa que ele produz em algumas situações, tendo em vista sua representatividade populacional (e eleitoral) em pequenos municípios, seus efeitos sobre a renda gerada em alguns locais, etc. Além disso, como lembra Paulilo(1995:197), “não só os assentados[...] os produtores antigos estão sofrendo as influências das experiências feitas nos assentamentos, e essas experiências estão lhe abrindo possibilidades novas quanto ao futuro”.

Segundo ainda o autor, a constituição de mais de um assentamento no âmbito de um município, ocasiona alterações nas

relações de poder (Medeiros e Leite, 1996 apud Stédile, 1997), a partir de uma nova dinâmica de demandas (saúde, educação, transporte, apoio a produção, etc.), gera disputas com outras comunidades locais que muitas vezes não são beneficiadas pelo que a própria demanda possibilita e origina. Além disso, inaugura novos processos reivindicatórios, mudanças nas arrecadações tributárias, enfim uma série de questões que ocasionam transformações no município e que podem gerar conflitos. Dentro dessa realidade, o Movimento Sem Terra, ganhou espaço dentro do município, inclusive em nível de governo municipal, o que produziu uma polarização de forças, além de firmar a bandeira histórica do próprio movimento; a luta dos trabalhadores rurais sem terra pela Reforma Agrária.

Atualmente, o município de Passos Maia integra-se à Unidade de Conservação (UC) de proteção integral no Parque Nacional das Araucárias, juntamente com 14 Projetos de Assentamentos (PAS) da Reforma Agrária. Os assentamentos na região recebem muitos visitantes e pesquisadores, porque estão integrados ao parque, nas áreas de amortecimento do parque.

Os lotes nos assentamentos têm em média entre 15 a 20 hectares e estão baseados na produção de subsistência, a partir de: leite, grãos, fruticultura, mel, carvão, entre outros.

O município possui um espaço territorial de 614 Km², mas apenas 150 Km² estão destinados à agricultura, 464 Km² são áreas latifundiárias com exploração extensiva do gado de corte, erva mate, reflorestamento e extração da madeira para beneficiamento. O setor da extração da madeira no município é representado pelas Agroflorestais Tozzo S.A., com sede na Fazenda Santo Antônio, com plantio, corte e beneficiamento do pinus e a Andrade Ribeiro, de propriedade da família Zoller, com cultivo e reflorestamento de pinus, na Fazenda Santo Agostinho. Ainda com destaque nesse setor a Adami Indústrias de celulose e a Guararapes, entre outras. Nesse aspecto chamamos atenção para a Indústria de Celulose Adami, cuja sede é na cidade de Caçador de propriedade da família Adami, de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. Há mais de 70 anos na região, está entre as empresas líderes no mercado de embalagens de papelão, com uma participação atual de 4,58% do mercado nacional, sendo responsável por 18,36% do abastecimento da região sul. Ao se especializar na produção de embalagens de papelão para alimentos, atende 35% da demanda nacional deste setor. Da sua produção do total de embalagens, 75% destinam-se ao setor alimentício. A empresa tem clientes no mercado internacional, como: Estados Unidos, Canadá, Europa, África, Israel e Arábia Saudita.

O modelo de capital industrial molda-se na estruturação agrária do município com as agroflorestais e grandes fazendas, que tem como base a prática do monocultivo e a agro-exportação, representadas por grandes proprietários rurais capitalizados e estes setores estão na lista de trabalho escravo²⁷, possuem denúncias do Ministério Público Federal, através do grupo móvel do Ministério Público do Trabalho.

O município encontra-se dentro dos Territórios da Cidadania do Governo Federal, onde o Índice de Desenvolvimento Humano- IDH-M é inferior a 0.81, o que vem permitir receber transferência de renda e ter acessos a serviços e inclusão produtiva²⁸. Segundo Diagnóstico da Exclusão Social em SC – “Mapa da Fome” – EPAGRI²⁹ (2003), com base nos do IBGE (2000) a renda per capita mensal da população é de R\$ 159,36. Os trabalhadores em questão, na função em que exercem o seu trabalho, não obtém um valor suficiente para sua sobrevivência.

Em Passos Maia, os assentamentos vêm possibilitando melhores condições de vida para muitas famílias. A partir da organização dos mesmos, as lideranças do MST buscam fazer com que os assentados despertem para a importância do trabalho coletivo, numa busca pela emancipação. Alguns assentados veem na militância e no trabalho coletivo bases para a transformação econômica e social de sua comunidade, efetivando a bandeira de luta do próprio movimento, porém muitos assentados trabalham individualmente, como já citados anteriormente, o que torna assim mais difícil a produção nos lotes.

²⁷ Segundo depoimentos de moradores da região foram resgatados seis trabalhadores rurais (dois menores) no mês de setembro de 2011, na Fazenda Santo Agostinho, de propriedade e representada pela Sra. Laci Dagmar Zoller Ribeiro, Família Zoller Ribeiro. <http://reporterbrasil.org.br/2011/10/operacoes-em-serie-libertam-35-de-trabalho-escravo-rural> Acesso em 10.11.2013.

²⁸ Hoje no Brasil são 16,27 milhões de pessoas representando 8,5 % da população em extrema pobreza, de R\$ 1,00 a 70,00 por pessoa. Embora apenas 15,6 da população brasileira residem em áreas rurais, dentre as pessoas em extrema pobreza, elas representam pouco menos da metade (46,7%). A outra parte (53,3%) situa-se em áreas urbanas, onde reside a maior parte da população- 84,4%. Renda insuficiente de menor ou igual a R\$90,00 por pessoa,e Pessoas Pobres renda menor ou igual à de R\$180,00. Disponível em: www.brasilsemiséria.gov.br/cepa.epagri.sc.gov.br/Publicações/Diagnosticos.PDF Acesso em: 24 de outubro de 2012.

²⁹ EPAGRI- Empresa de pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/Diagnostico.PDF> <http://www.epagri.sc.gov.br/> Acesso em 23 de Dezembro de 2013.

Embora nem todos compartilhem de formas coletivas para a produção e comercialização, há entre os assentados, relações de amizade, companheirismo e respeito, o que facilita a própria convivência. Por outro lado, a despolitização dos mesmos, acaba por gerar a divisão política nos assentamentos, em disputas e intrigas, que repercutem inclusive no resultado das eleições, como exemplo, o resultado de 2012, com a vitória das forças conservadoras da região.

Segundo Stedile (1997), os assentamentos não só geram empregos, como aumentam o nível de renda das famílias assentadas, produzindo reflexos na economia municipal e regional.

Em que pese à situação de pobreza presente em diversos assentamentos, e constatada por diversas pesquisas existentes, é preciso ter em conta que as situações das famílias no período anterior à sua instalação na terra. Quanto a esse [...] observa-se melhoria nas condições materiais de existência, bem como a abertura de um espaço para a possibilidade de reestruturação da própria vida (Ferrante, 1994; Leite, 1992; Menezes, 1991; Romero et al,1995). Uma das questões destacadas tem sido a melhoria substancial nas condições nutricionais das famílias assentadas, possibilitando o consumo diário de uma cesta alimentar mais rica ((Zamberlam e Florão, 1991; Leite, 1992). (Stédile, 1997, p.168).

Com a permuta e a venda dos lotes nos assentamentos, são muitos os migrantes que chegam à região. Segundo relatos de dirigentes do Movimento, há assentados que nunca tiveram experiência com a terra, sem condições de plantio e trabalho, ficam subordinados à pobreza. Os que chegam capitalizados estabelecem melhores condições de vida, com resultados na produção e investimento nos lotes, condições que em algumas circunstâncias produzem conflitos entre os assentados, pois há lotes em condições precárias com pouco ou nenhum investimento. Sem produção e sem trabalho, muitas famílias ficam em condições precárias de sobrevivência, com endividamentos e com desmotivação para a luta diária.

Segundo Dalmagro (2009), as autocríticas recentes do MST quanto às experiências e organização coletiva dos assentamentos

centram na importância atribuída ao crédito para organização dos assentamentos, o que resultou em endividamento dos assentados.

Dentro de um modelo produtivo que reproduz nos assentamentos a grande empresa agrícola, criou a ilusão de que a inserção competitiva no mercado geraria viabilidade econômica. Por outro lado, o fim dos créditos especiais viabilizou a falência de algumas cooperativas, produzindo difíceis condições econômicas e sociais de muitos assentamentos.

Dentro desse aspecto, é importante considerar as atuais condições encontradas nos assentamentos, pois muitos assentados sem crédito não conseguem viabilizar a compra de produtos para manutenção de seus lotes. Mesmo diante de tantos desafios, o MST juntamente com a Cooptrasc³⁰, tem se empenhado no sentido de viabilizar melhores condições de vida para os assentados no município de Passos Maia, buscando saídas através dos Programas vinculados ao Governo Federal, o que tem melhorado em alguns aspectos as condições de vida, trabalho e transformações nos lotes, mas ainda a situação é difícil. É importante considerar que nos últimos anos a geração de renda nos assentamentos, se deu com a produção de carvão vegetal, porém (PIEREZAN, 2011)³¹, caracteriza que essa produção que era maior e mais importante nos assentamentos, foi reduzida.

Quando a população foi assentada na região, a madeira nobre já havia sido retirada das terras, restando apenas árvores com baixo valor comercial. O carvão, na época, foi o único meio de gerar renda, além da possibilidade de plantar na área desmatada. As condições de trabalho, juntamente com problemas de saúde, a depredação ambiental e empobrecimento do solo, faz com que essa prática seja insustentável nos lotes.

Segundo Pierezan (2011) um dos grandes desafios nos Assentamentos de Reforma Agrária é o planejamento da produção com o objetivo de geração de renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Além disso, para o movimento social, o trabalho técnico é de grande importância na Reforma Agrária, porque ele contribui na elaboração de novas bases para agricultura e desenvolvimento dos

³⁰ COOPTRASC - Cooperativa da Reforma Agrária Terra Viva.

³¹ Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas em 2011 para o Centro de Ciências Agrárias da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95856/296906.pdf?sequence=1> Acesso em: 02.02.2014.

assentamentos; através das mudanças sociais, da melhoria das condições de vida e o desenvolvimento da produção, o que envolve sempre iniciativas organizadas.

Segundo Stédile (1997) ao considerar as conclusões das pesquisas sobre o estudo da FAO³² (Romeiro et al, 1995), os autores apontam, a partir de análises de variáveis como: distribuição de rendas, capitalização, características do processo produtivo, comercialização da produção, etc., que os assentamentos revelaram-se eficazes promotores do desenvolvimento rural e de fixação do homem no campo e há um processo crescente de integração ao mercado.

Nos últimos anos as lideranças do MST juntamente com a Cooptrasc, tem se empenhado no incentivo de práticas mais sustentáveis dentro dos Assentamentos. Há algumas experiências em agricultura orgânica, mas a maior parte da produção ainda é convencional. Existe o modo colonial de se produzir queijos, salames, compotas para o consumo das famílias.

Segundo Pierezan (2011) entre a produção citada pelas famílias, que são utilizadas para o seu consumo e o excedente para o comércio, destacam-se o feijão, batata-doce, milho, mandioca, hortaliças, moranga, abóbora, arroz, batatinha, amendoim, melancia, melão, pipoca, cebola, frutas, alho, ervilha, queijo, galinhas, pepino, leite, gado de corte, peixes e ovos.

A produção do leite vem ganhando espaço, pois gera maior renda para a população, e possui menor impacto ambiental. Porém essa prática preocupa as lideranças dos Assentamentos, pois a mesma corre o risco de ficar na produção do monocultivo, na lógica do capital.

Embora a vida da população tenha melhorado após o assentamento de muitas famílias, ainda são grandes os desafios e problemas que envolvem essas comunidades. Para uma melhor compreensão sobre essa realidade, trago a questão de preconceitos e discriminações que a população vivencia no seu cotidiano em virtude das suas condições de assentados, de famílias pobres, sem poder de consumo e por estabelecerem ligação com o MST. É comum quando os assentados se dirigem ao centro (comercio local) para realizar compras, os mesmos serem mal atendidos e discriminados.

Segundo depoimento de moradores há situações em que os mesmos realizam compras de móveis ou similares e estes são entregues

³² FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura Disponível em: <https://www.fao.org.br/>

diferentemente do que foi comprado. Assim, acabam por assumir prejuízos, sem realizar a troca e por não saberem de seus direitos.

Afirmam ainda que em busca de evitar constrangimentos, dirigem-se para comércios distantes em outras cidades. Assim, não sendo identificados preconceituosamente acabam por receber desses comércios, respeito e bom atendimento. Outra situação de preconceito envolve uma jovem trabalhadora assentada, moradora do meio urbano. Pôde-se perceber o constrangimento vivenciado pela mesma nas situações cotidianas dentro de seu ciclo de amizades. Muitas das críticas que recebe estão relacionadas aos assentados, principalmente pela alegação de suas “vidas desocupadas”, a falta de trabalho e pela facilidade de aquisição de terras. Alguns moradores de municípios vizinhos também evidenciam o não contentamento com a proximidade dos assentamentos. Dentro dessa realidade, é possível entender o papel e a influência que os meios midiáticos vêm produzindo na população nas últimas décadas com relação ao MST.

Em Passos Maia, é cada vez maior o número de jovens que deixam o campo, saem em busca de trabalho, lazer e poder de consumo. Nas últimas décadas o município passa a sofrer transformações progressivas quer no êxodo rural ou na entrada de migrantes na região. Muitos jovens se dirigem para trabalharem no litoral ou em alguma indústria em outro município. Nesse sentido, poucos são os que acessam o ensino superior.

Segundo dados do IBGE (2010) e Sebrae³³, entre 2000 e 2010 houve um decréscimo de 7,1% da população no município. No quadro abaixo (Tabela 1) se observa o êxodo rural e a entrada de migrantes nos assentamentos.

³³ Sebrae - Disponível em:

<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Macrorregiao%20-%20Oeste.pdf> Acesso em: 21.01.2014

	1996	2000	2007	2009
Urbano	613 14.59%	749 15.71%	828 36.36 %	1102 24,8%
Rural	3590 85.41%	4016 84,29%	3636 63.64 %	3327 75,2%
Total	4203 100%	4765 100%	4472 100%	4425 100%

Tabela 1. – População urbana e rural de Passos Maia SC: 1996 – 2009

Fonte: Produção da autora baseado em dados do IBGE e Sebrae.

Considerando o contexto histórico do município, em particular a sua estruturação agrária, compreende-se que os representantes dos fazendeiros e latifundiários sempre estiveram no poder neste município, o que garantiu políticas públicas somente para alguns setores e para parte da população. Com a chegada dos assentamentos na região e com o aparecimento de novos atores sociais, como já citados anteriormente por Stédile (1997), foram produzidas outras relações sociais que ampliaram a disputa de projetos sociais distintos. Nesse sentido, são grandes as disputas políticas na região muitas vezes mediadas na violência.

Na última eleição municipal – 2012 - durante um TC, observei grandes conflitos, dentro de uma polarização entre forças dos representantes dos fazendeiros, com partidos mais conservadores, de um lado, e forças opositoras de partidos mais populares. Num clima acirrado de disputa e conflitos, as entradas e saídas da região foram bloqueadas. Observou-se que em alguns locais foram levantadas barreiras nas estradas com galhos de árvores entre os cruzamentos, o que lembrava uma luta de guerrilhas. Paralelamente, segundo depoimentos de moradores assentados, houve tiroteios e as blitz policiais foram

intensas com a apreensão de armamentos pesados³⁴. Também se ouviu tiros durante os dias que antecederam às eleições, principalmente no período da noite.

A vitória dos partidos ligados aos fazendeiros e latifundiários na região vem gerando mudanças no município e principalmente na vida dos assentados e está ocasionando conflitos e contradições que repercutem no cotidiano das mesmas. Contrários à luta do MST, os partidos vitoriosos tinham como campanha política uma posição contrária a Educação do Campo³⁵.

Essa mudança política faz com que as forças progressivas, juntamente com o Movimento Sem Terra, percam força dentro do município, o que vem produzir o enfraquecimento das políticas sociais voltadas aos interesses dos trabalhadores e de luta que vinham sendo construídas no município durante as últimas gestões.

2.1 O Movimento Sem Terra e sua Pedagogia

Atualmente, o MST está organizado em 24 estados e Distrito Federal nas cinco regiões do país e de maneira articulada viabilizou que mais de 600 mil famílias conquistassem a terra a partir da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Segue com objetivos definidos, a partir do Encontro Nacional de 1984 em Cascavel-PR e no I Congresso Nacional em Curitiba/PR em 1985, que é de: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

Segundo Stédile e Görgen (1993 apud Dalmagro, 2010) o MST se constitui como um movimento social importante, pelo seu caráter

³⁴Disponível:http://www.redeprincesa.com.br/index.php/desc_noticia/apreendid_as_armas_e_municoes_em_ponte_serrada_e_passos_maia/ Acesso em: 21.01.2014.

³⁵ A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (Caldart, p.259, Dicionário EDOC, 2012) Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/dicionario-de-educacao-do-campo/dicionario-de-educacao-do-campo/view> Acesso em: 02.02.2014.

popular, sindical e político. O Movimento se organizou com o crescimento da luta do conjunto dos trabalhadores no país na década de 1970 e 1980, tendo sua emergência e consolidação com o fim da ditadura militar, o desemprego, a miséria no campo, gerados pela modernização conservadora da agricultura; além da própria constituição da Comissão Pastoral da Terra, a CPT.

Segundo Vendramini (2000), o movimento ao aliar a luta imediata pelo acesso a terra e ao trabalho, como condição de sobrevivência do sem terra, permitirá aliar às lutas mais amplas e gerais dos trabalhadores do campo, parte das lutas de classe, pois percebe que o acesso a terra para cinco milhões de famílias sem terra não pode ocorrer sem alterar a estrutura fundiária do país, sem reformas mais amplas, a Reforma Agrária. Segundo (Martins, apud Stédile, 1999, p. 11) a questão agrária é uma questão política em qualquer país, sendo característica do mundo contemporâneo e surge com o desenvolvimento do capitalismo.

Nessa lógica, o Movimento Sem Terra, articula-se a partir do próprio sugamento que o capital estabelece sobre o trabalho e a riqueza produzida pelos trabalhadores brasileiros, nos esclarece Dalmagro (2010), assim se não é possível nesta sociedade viver as margens daquele, é preciso pressioná-lo para alcançar conquistas necessárias à luta. Dessa maneira o Movimento registra áreas conquistadas do latifúndio que se tornaram lugares de vida e de trabalho para muitas famílias. Segundo Caldart (2001), espaços esses que se tornaram base na produção de alimentos, a partir de cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra e também nas agroindustriais, que tem como objetivo principal a eliminação da fome e a redução drástica dos índices de mortalidade infantil nos assentamentos espalhados pelo Brasil inteiro.

Enquanto Movimento, o MST tem tido papel de grande importância na organização dos trabalhadores brasileiros, seja no campo ou na cidade, principalmente junto a populações que historicamente vem estando à margem dentro da sociedade capitalista, sem a possibilidade de trabalho e sobrevivência.

Segundo Dalmagro (2010) o modo de produção capitalista tem o controle dos recursos naturais e humanos, com isso o acúmulo e concentração da riqueza e ampliação da miséria da população, nesse sentido o Movimento Sem Terra tem buscado como principal forma de luta, as ocupações de latifúndios e os acampamentos neles instalados. Segundo Vendramini (2000) na prática são centenas ou mesmo milhares de famílias que estão inseridas nesse contexto, e que vem exercer grande pressão por sua desapropriação.

Nessa compreensão, Vendramini aponta que essa pressão exercida, é uma postura radical, porque acaba fazendo da ocupação um incômodo para os setores mais conservadores que estão em desacordo com a Reforma Agrária, além do mais segundo Sampaio (2005, apud Dalmagro, 2010) acaba por gerar questionamento com relação à propriedade da terra.

Nesse contexto, o MST, segundo Dalmagro, busca a superação da forma de produção social e do modelo de desenvolvimento do capitalismo no campo.

O MST historicamente se organiza e atua para além do Estado, mas não totalmente independente deste. Os conflitos decorrentes das ocupações, a desapropriação de latifúndios e as políticas para os assentamentos passam pelo Estado. Se não é possível nesta sociedade viver as margens daquele, é preciso pressioná-lo para alcançar conquistas necessárias à luta. A tática utilizada pelo Movimento é a de negociar pressionando (DALMAGRO, 2010, p. 116).

Nessa lógica, o MST dentro de sua trajetória de busca pela transformação social precisa incluir a luta pela educação e pela escola, mostrando que a busca de outro projeto social coloca a necessidade de outro projeto educativo e escolar, pensado educação e sociedade. Assim o MST buscou contribuições na Educação Popular e na Pedagogia Socialista, que possibilitou a formulação da Pedagogia do Movimento.

Dentro deste contexto, com organização e buscando atuar para além do Estado, o MST busca no setor da educação, uma proposta alternativa de escola que esteja centrada na relação entre educação e produção, com o desafio de ajudar a preparar os futuros militantes do Movimento, para a transformação social, a partir da emancipação de seus sujeitos. Para uma melhor compreensão sobre essa perspectiva de educação, é importante considerarmos Mézszáros (2005):

Ao pensar a educação na perspectiva da luta emancipatória, não poderia senão restabelecer os vínculos –tão esquecidos – entre educação e trabalho, como que afirmando: Digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação. Em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordinam a essa dinâmica, da mesma forma em que se universalize o trabalho- uma sociedade em que todos se tornem trabalhadores-, somente aí se

universalizará a educação (MÉSZÁROS, 2005 p. 17).

São vários os autores, entre eles Saviani, Snyders, Bourdier, que nos apontam que a escola dentro do sistema capitalista, está submetida a regras e valores associados à lógica do capital. Já na pedagogia do MST, a educação estará envolvida com as questões sociais, com a transformação social e em particular com a luta pela terra.

Segundo Cherobin (2012), as famílias que optam em lutar por um pedaço de terra e ingressam nas fileiras da ocupação de terra, levam consigo seus filhos. As crianças têm a necessidade de frequentar a escola, daí a obrigação de construir e organizar o espaço escolar. Nessa lógica, o Movimento Sem Terra, a partir das dimensões de lutas mais amplas, busca consolidar o direito de educação dos sem terra e da tentativa de desenvolver uma pedagogia voltada à problemática atual do meio rural do nosso país. Esse desafio de participar efetivamente da solução de seus problemas, assumindo um vínculo de escola do campo, em sua amplitude destinará ao conjunto dos camponeses ou trabalhadores do campo, produzirá algo diferenciado:

Uma escola “diferente”, uma escola orgânica à sua organização e aos processos de desenvolvimento rural, propostos e implementados pela luta. Isto é novo. [...] Trata-se da revisão das formas tradicionais de fazer, de pensar, de dizer a educação do povo, demonstrando na prática quem pode e quem deve ser o sujeito das mudanças fundamentais para a nossa educação (DOSSIÊ MST ESCOLA, 1997, p.11).

Dentro dessa proposta e na busca pela efetivação das mesmas, as famílias e crianças, com o apoio dos educadores se organizarão e buscarão maneiras de garantir os princípios filosóficos do MST. Ou seja:

1. Educação para transformação Social; (educação de classe, massiva, orgânica ao MST, aberta para o mundo, voltada para a ação, aberta para o novo);
2. Educação para o Trabalho e a cooperação;
3. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana;
4. Educação com/para valores humanistas e socialistas;

5. Educação como um processo permanente de formação/transformação humana; (MST: CADERNO DE EDUCAÇÃO n° 08, 1999, p. 10).

Sendo assim, segundo o MST (2005), o Movimento em sua história de lutas e organização dos trabalhadores do campo tem buscado capacitar as crianças para transformar a realidade, a partir dos problemas concretos que estão inseridos dentro dos acampamentos e assentamentos. Para isso é imprescindível preparar as crianças para o trabalho, para novos valores a partir da consciência organizativa, com base na participação coletiva democrática, estimulando nas lutas sociais concretas.

Para uma melhor compreensão sobre essas escolas e como elas são efetivadas deve-se considerar a luta por elas, quando Dalmagro (2010) em seus estudos nos aponta a realidade:

Assim, criam-se processos de luta para a existência da escola. Há de se considerar a “luta por escola”, é exatamente o que ocorre nas áreas de acampamento em geral, porque as mesmas não dispõem de escolas, são áreas de grandes fazendas, onde há pouca população e raras unidades escolares. Desse modo, a aglomeração de pessoas para as ocupações, e com elas as crianças, faz aparecer à necessidade de escola. Mas esta não será facilmente ofertada aos “invasores”, porque significaria dar legitimidade à sua luta nessas áreas.

A compreensão da educação do MST, segundo Dalmagro (2010), insere a escola em um movimento de luta por transformações amplas na estrutura social, com base no trabalho, oferecendo uma perspectiva consideravelmente distinta da hegemônica. Ela deve ser ocupada e transformada, com articulação às lutas do movimento social, e não à parte das questões que a envolvem. Educar para a transformação social, significa que a formação para o trabalho não pode ater-se ao mercado capitalista, mas a busca por superá-lo.

Nessa lógica, segundo a autora, é necessário conhecer cientificamente a realidade, para poder mudá-la. A educação necessitará de ação, não de qualquer ação, mas de uma ação planejada, coletiva, coerente e fundamentada, já que a escola é um espaço em disputa de diferentes concepções e perspectivas, algumas não explícitas, sem consciência do que acabam por defender.

Nesse sentido, como concepção de educação e de escola, o MST busca recuperar algumas matrizes pedagógicas desvalorizadas pela sociedade capitalista: pedagogia do trabalho, pedagogia da terra, pedagogia da história, pedagogia da organização coletiva e pedagogia da luta (Caldart 2004). Nessas perspectivas, busca assumir as questões da realidade as quais as crianças estão inseridas, no sentido de fazer valer um projeto mais amplo histórico e de futuro, assumindo as causas e a cultura de quem vive no campo.

Nesta lógica, DALMAGRO nos esclarece:

O Movimento Sem Terra foi beber na Pedagogia Russa. Uma educação socialista só será possível numa sociedade socialista. No capitalismo, ela nos auxilia a refletir e denunciar as condições materiais em que vivemos, nos permitindo olhar a enorme desigualdade social, material e espiritual a que estamos envolvidos. Dentro do sistema capitalista não será possível um desenvolvimento humano pleno, por isso a pedagogia envolve a luta social e a formação de crianças comprometidas com a própria realidade (DALMAGRO, 2013, s/p).

O setor da educação dentro do MST teve como marco o primeiro Encontro de Professores de Assentamentos, no mês de julho de 1987 em São Mateus no Espírito Santo. Esse momento teve como proposta uma articulação nacional do trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas localizadas nos assentamentos e acampamentos do Movimento, já que em muitos acampamentos e assentamentos havia escolas que funcionavam. Nesse sentido, o Encontro produziu uma articulação ou uma troca de experiências das práticas entre as escolas e a sistematização das práticas pedagógicas.

Desde o começo do MST existiu a luta para a criação de escolas nos próprios assentamentos. Primeiro por certa intuição de que isto também era um direito, e pela consciência de que se as escolas não fossem nos assentamentos, muitas crianças continuariam fora delas. Aos poucos esta exigência foi se tornando uma convicção, um princípio do MST. (DOSSIÊ MST ESCOLA, 1997, p. 233).

Nesse sentido, compreende-se que a luta pela terra envolverá a luta por escola e esta, deverá estar presente dentro dos acampamentos e

assentamentos, garantindo o direito das crianças e os jovens do campo à educação, que também compreenderá as contradições em que a escola de assentamento está inserida.

Considerando um dos princípios fundamentais da proposta pedagógica do MST, segundo o DOSSIE MST ESCOLA (2005), é o de que nas escolas de assentamentos toda a aprendizagem e todo o ensino devem partir da realidade. Todo o conhecimento produzido pelos estudantes serve para o entendimento de mundo; o mundo da sua escola; da sua casa, da sua família, do assentamento, do município, do MST, do país, no intuito de uma participação ativa dos mesmos sobre a resolução dos problemas que envolvem esse universo.

Nessa compreensão, é importante considerar que a escola do MST deverá buscar por uma transformação social, na formação de militantes do MST e de outros movimentos sociais, dentro de um mesmo projeto político. Nesse contexto, buscar proporcionar conhecimento e experiências concretas de transformação da realidade, com criticidade e criatividade na participação dos processos da sociedade, a partir dos desafios do próprio assentamento.

E assim por diante... Toda a criança na escola... aprendendo! “Todos os jovens ao estudo!”
“Nenhum assentamento que não saiba ler, escrever e fazer conta!”

O currículo escolar deverá caminhar na mesma lógica, na busca da realidade do estudante e nas experiências práticas, avançando no conhecimento da realidade. Nesse sentido, permitirá romper com a educação tradicional, que está envolvida em conteúdos baseados nos livros, que normalmente estão distantes da realidade dos mesmos. No entanto se faz necessário o envolvimento da própria prática, com base em experiências, organização, auto-organização, o trabalho coletivo, divisão de tarefas, buscando o apoio dos pais e educadores, enfim da comunidade, o que envolverá todo o assentamento.

Segundo Dalmagro (2010), um bom militante no MST é aquele que conhece os desafios do trabalho no campo, dessa forma buscará compreender a realidade de modo profundo, com base em valores e ações coerentes com o projeto do Movimento. Dentro dessa compreensão, é importante considerar que o PPP da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, foi reconstruído num momento em que a gestão municipal e direção da escola eram ligadas ao MST. Assim, traz presente elementos da proposta do MST, a partir dos princípios filosóficos, pedagógicos e metodológicos. A escola organizada a partir

da luta dos trabalhadores rurais sem terra se estruturou na luta pela transformação social através do conhecimento e experiências concretas de seus sujeitos.

A proposta é garantir o acesso ao conhecimento emancipador e de qualidade, buscando a formação integral dos educandos, valorizando sua potencialidade de modo a torna-los cidadãos conscientes, críticos, participativos e transformadores da sociedade em que vivem. Também tornar a escola, um espaço democrático, integrando toda a comunidade escolar, visando à melhoria do rendimento do educando, garantindo o acesso e permanência a um ensino de qualidade (PPP, EEIEF NOSSA SENHORA APARECIDA, 2010, p.3).

Nessa lógica, buscando por uma educação plena, com base na omnilateralidade, foi incentivado o acesso à arte, a cultura dentro do espaço escolar, através do teatro, filmes, literatura ampla, a partir da biblioteca da escola, com um grande acervo em literatura. O incentivo pela auto-organização dos estudantes, como já mencionado nesse texto, visando à autonomia, a partir das próprias práticas pedagógicas, com a participação dos estudantes nos conselhos de classes, a partir da auto avaliação dos mesmos, buscando garantir a prática coletiva. Com isso, a conscientização e reconhecimento dos estudantes as causas e lutas sociais, com relevância a luta dos trabalhadores do campo como: Eldorado dos Carajás, Canudos, entre outras.

Sobre o currículo:

Dentro de sua organização o currículo deve ser visto como uma ferramenta escolar de produção do conhecimento de caráter essencialmente político e social é preciso que esteja focado na realidade cultural pautada nas questões subjetivas e objetivas, de modo que abranja conteúdos e métodos que atendam as necessidades de apropriação dos saberes culturalmente válido (Idem, 2010, p.26).

A EEIEF Nossa Senhora Aparecida no esforço em garantir a efetivação do PPP, juntamente às propostas pedagógicas do MST e da Educação do Campo, buscou por uma educação com /para valores humanistas e socialistas, com base nos processos de transformação da pessoa humana e sua liberdade, enfatizando as relações sociais; visando

a produção e a apropriação coletiva dos bens materiais e espirituais da humanidade, com base numa nova ordem social, ainda que sob a imposição do Estado. Nesse sentido, uma gestão democrática, com as seguintes considerações:

Considerar a democracia um princípio pedagógico significa dizer que, segundo nossa proposta de educação, não basta os educandos estudarem ou discutir sobre ela; precisam também, e principalmente, vivenciar um espaço de participação democrática, educando-se pelo e para a democracia social.

a- A participação efetiva da comunidade na gestão da escola, bem como a relação desta escola com o conjunto de escolas do campo.

b- Todos devem aprender tomar decisões, a respeitar as decisões tomadas no conjunto, a executar o que foi decidido, a avaliar o que está sendo feito. [(Idem, 2010,p.23)].

A EEIEF Nossa Senhora Aparecida, sendo uma escola de assentamento, vem vivenciando diversos processos; com base na sua própria estruturação, quando envolvida na luta pela terra e pela efetivação de uma educação que prima na emancipação de seus sujeitos. Nesse sentido, a busca do processo de construção e reconstrução da identidade cultural dos trabalhadores, com a participação real dos mesmos no processo, ainda que sob subordinação ao Estado, o qual vem impossibilitando a efetivação de suas propostas e princípios. Nessa lógica, uma interpretação da realidade, que considere as relações mediadas pelo trabalho no campo, como produção material e cultural da existência humana. (PPP, EEIEF NOSSA SENHORA APARECIDA, 2010, P.24).

Considerando o contexto da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, de sua ligação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e associada à luta de um projeto de educação voltado para a emancipação dos sujeitos, no próximo capítulo, refletiremos sobre a escola, o que ela produz e (re) produz; assim a discussão da escola, como reprodutora da sociedade, da sua produção de forma tendencialmente reprodutiva, que possibilita a escola estar atravessada em seu interior pela luta de classes.

CAPÍTULO 3

ESCOLA: O QUE PRODUZ E (RE) PRODUZ

A realidade encontrada na escola, a partir das observações e vivências, nos permite reconhecer os projetos sociais em disputa na escola, bem como a “palestra” realizada pela atual gestão, a qual exigiu realizar estudos para melhor entender a situação.

Nesse sentido, em um primeiro momento buscamos realizar a discussão do papel da escola e da educação a serviço da consolidação e manutenção do sistema capitalista que resulta na divisão da formação da força de trabalho, onde o trabalho é essencial tanto na perspectiva da alienação quanto da emancipação humana. A partir disso, buscamos a compreensão do Estado como intervencionista que assume a função de gestor das crises do capital e utiliza o sistema escolar, não apenas para a reprodução da ideologia burguesa, mas também como um tipo de consumo necessário improdutivo para a realização de mais-valia. Para essa compreensão, buscamos apoio em Marx, Manacorda e Frigotto. Em um segundo momento, consideramos que a escola, além de reproduzir, ela também é um espaço de transformações, de possibilidades e de mudanças, que está envolvida na luta de classes, espaço de resistência da classe trabalhadora. Nessa compreensão, buscamos o apoio em Saviani, Snyders e Freitas. E num terceiro momento, com base nas análises de Saviani, as “teorias crítico-reprodutivistas”, a compreensão da escola em seu aspecto dual, quando das ferramentas dos AIE (Aparelhos Ideológicos de Estado) e de Violência Simbólica, com base em autores, como Baudelot & Establet, Althusser, e Bourdieu; nesse sentido, a “palestra” nos indicou a necessidade de nos aproximar da teoria da violência simbólica e dos AIE. Segundo Saviani (2009), essas três principais teorias no campo da reprodução, tem seus limites, pois demonstram como a escola reproduz a sociedade, porém não a veem como um espaço de luta, um terreno de disputas, apenas como reprodução da classe.

De toda forma, entendemos que as “teorias crítico-reprodutivistas”, assim identificadas por Saviani, tem uma grande contribuição a dar, pois desvendaram os mecanismos de funcionamento da escola nas sociedades de classes - no caso a capitalista – neste sentido as utilizaremos para compreender o que vem ocorrendo na EEIEF Nossa Senhora Aparecida. Porém, avançaremos para ver a luta de classes dentro da escola, ou seja, não apenas a reprodução social dentro dela, mas também a luta, os interesses da classe trabalhadora disputando,

ainda que minoritários estes interesses se façam presentes, luta esta também visível na EEIEF Nossa Senhora Aparecida.

Nesse sentido, é importante considerar que em seu contexto histórico, a escola tem demonstrado sua participação na produção da sociedade, como também em sua forma de atuar e efetivar suas práticas, estando estas submetidas ao interesse da classe dominante. O processo de estruturação e constituição do sistema de ensino emoldura a escola como uma instituição histórica e universal. Nesse sentido, a mesma, embora de aparência unitária, está dividida e estará a serviço do interesse de grupos ou classes.

Dentro desse contexto e considerando as teorias críticas que acercam a educação e o ensino, é assinalada a escola como sendo um espaço de produção e de reprodução da sociedade capitalista, contribuindo na educação dos diferentes papéis e postos sociais, reproduzindo as classes sociais. Assim, entendemos que a escola ao produzir e reproduzir a sociedade estará atravessada em seu interior pela luta de classes. E ao preparar para a divisão do trabalho, permite a perpetuação e legitimação da hierarquização e diferenças de classes que estarão associadas à determinação das condições sociais dos envolvidos, configurando e determinando as posições que os mesmos estarão destinados na formação do trabalho, dentro da hierarquização da sociedade.

No capitalismo, o acesso à escola é universal, segundo Dalmagro (2010), a escola não estará somente disponível à classe dominante, porque o próprio processo produtivo capitalista torna a escola necessária dentre outras coisas, à formação da força de trabalho. Nesse aspecto, a força de trabalho não sendo homogênea, garantirá funções mais ou menos qualificadas, especializadas, o que cumprirá um importante papel na esfera produtiva e ideológica, porque a escola atua nas duas esferas.

Em suas análises sobre os textos de Marx, Manacorda (1979) nos permite compreender que a divisão do trabalho dentro da sociedade capitalista, (divisão do homem e do trabalho), produz diferenciação nas condições de trabalho. Os trabalhadores manuais formar-se-ão unilateralmente e estarão condicionados a um trabalho alienado, sem possibilidades a um desenvolvimento pleno. Essas condições são determinantes para miserabilidade, onde há perda da sua própria natureza de homem/desumanização. Por outro lado, o homem submetido à condição intelectual de trabalho, terá possibilidades a um desenvolvimento mais amplo, que em sua essência e plenitude, lhe proporcionará acesso à riqueza e à humanização universal.

Nesse sentido, o autor esclarece que o desenvolvimento omnilateral só é possível no socialismo, porque o burguês também se forma unilateralmente, ainda que de forma mais ampla.

Segundo Marx e Engels:

A divisão do trabalho só surge efetivamente a partir do momento que se opera uma divisão entre o material e intelectual. A partir desse momento, a consciência pode supor-se algo mais do que a consciência da prática existente, que representa de fato qualquer coisa sem representar algo de real. [...], os três momentos, o estado social e a consciência, podem e devem entrar em conflito entre si, pois através da divisão do trabalho torna-se possível aquilo que se verifica efetivamente: que a atividade intelectual e material, o gozo e o trabalho, a produção e o consumo, caibam a indivíduos distintos; então a possibilidade de que esses elementos não entrem em conflito reside unicamente na hipótese de acabar de novo com a divisão do trabalho[MARX E ENGELS TEXTOS SOBRE EDUCAÇÃO E ENSINO, 2004 p.24].

Sobre esse processo, Marx, nos esclarece:

O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em certa etapa as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou o que nada mais é, do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas que até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões (A IDEOLOGIA ALEMÃ, 1989).

Mészáros (2006), ao enfatizar a divisão do trabalho na sociedade capitalista, nos esclarece que os processos educativos desumanizadores impedem uma educação estética, porque a mesma produziria um homem plenamente rico e profundo, na total riqueza de sua essência, enquanto sua permanente efetividade. Nessa lógica, a

própria alienação na sociedade do capital, conduzirá que a educação esteja associada ao isolamento do próprio indivíduo.

Sobre a divisão do trabalho, Adam Smith, citado por Mészáros (2006) observa:

A divisão do trabalho é duplamente prejudicial à educação. De um lado ela empobrece o homem a tal ponto que seria necessário um esforço educacional especial para reparar as coisas. Mas nenhum esforço desse tipo é feito. Ao contrário- e esse é o segundo aspecto do impacto negativo do “espírito comercial” sobre educação-, uma vez que a divisão do trabalho simplifica de forma extrema o processo de trabalho, diminui de muito a necessidade de uma educação adequada, em lugar de intensificá-la. Assim, de acordo com as necessidades do sistema de produção dominante, o nível geral de educação não é melhorado, mas piorado: os processos de trabalho extremamente simplificados possibilitam a difusão do trabalho infantil e, por conseguinte, é negada as crianças a possibilidade de uma educação equilibrada (MÉSZÁROS, APUD SMITH, 2006, p.267).

Dentro dessa lógica, a omnilateralidade, segundo Marx, deveria ser considerada como objetivo final da educação (*um ser mais completo*). Tal formação não corresponde às contradições que estão envoltas dentro da sociedade capitalista, quando da apropriação das forças produtivas. Assim, objetivamente, a omnilateralidade para Marx é considerada o fim da educação.

Segundo Marx:

Enquanto nas revoluções precedentes, os homens se haviam apropriados de forças produtivas limitadas, na revolução proletária, uma totalidade de forças produtivas, desenvolvidas no modo histórico da divisão do trabalho e da propriedade privada, torna-se subsumida por cada indivíduo, e a propriedade por todos; e unicamente neste nível a manifestação pessoal coincide com a vida material, ou seja, corresponde ao desenvolvimento dos indivíduos em indivíduos completos. Estabelece-se, então, um nexó recíproco pelo qual o indivíduo não pode desenvolver-se unilateralmente se não há uma totalidade de forças

produtivas, e uma totalidade de forças produtivas não pode ser dominada a não ser pela totalidade dos indivíduos livremente associados. Trata-se em suma, do desenvolvimento original e livre dos indivíduos na sociedade comunista (MANACORDA, 2007, p.88).

Segundo Manacorda (2007), Marx ao analisar o homem, esclarece que o mesmo deverá romper barreiras de limitações, de domínio sob a natureza, devendo lançar-se a atividades mais elevadas. Nesse sentido, é necessária a superação da atual educação e isso acontecerá com o fim da divisão do trabalho, o que efetivaria uma educação com base em emancipação. Assim, Marx esclarece sobre o trabalho:

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, processo em que o homem realiza, regula e controla, mediante a sua própria ação, seu intercâmbio material com a natureza. Nesse processo o homem se enfrenta, como força natural, à matéria da natureza. A fim de apropriar-se a natureza material em forma útil a sua vida, o homem aciona as forças naturais que formam a sua corporeidade: braços, pernas, cabeça e dedos. E ao atuar desse modo sobre a natureza exterior a ele e transformá-la, o homem transforma também a sua própria natureza; desenvolve as potencialidades nele adormecidas e submete ao jogo dessas forças ao seu próprio domínio (MARX, 1983, p.149).

Dentro dessa compreensão, considero Frigotto (2001) que em suas análises sobre a teoria do capital humano, nos permite o entendimento de que há uma associação entre educação e crescimento econômico e que esta envolve esferas macro e microeconômicas, quando de seu desdobramento singular dos postulados da teoria econômica marginalista aplicada à educação. Nesse sentido, o autor elucida que a educação escolar é uma réplica das relações de dominação e submissão da esfera econômica. O que se aprende na escola é funcional ao mundo do trabalho e da produção.

Segundo Frigotto (2001), do ponto de vista macroeconômico, o investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico, o que envolve a eficácia da educação como

desenvolvimento econômico, distribuição de renda e equalização social. Já no aspecto do microeconômico, a explicação das diferenças individuais de produtividade e de renda, reverterá na mobilidade social, onde o indivíduo do ponto de vista da produção, é uma combinação de trabalho físico e educação ou treinamento. Ou seja, o indivíduo é produtor de suas próprias capacidades de produção, chamando-se então de “investimento humano” o fluxo de despesas que ele deve efetuar ou que o Estado efetua por ele em educação; a renda é tida na função da produtividade. Essas relações, no que envolve o micro e o macroeconômico da sociedade capitalista, são decorrentes da evolução histórica das relações sociais.

Segundo Marx:

[...] O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (FRIGOTTO, 2001.p. 70).

Nessa compreensão, é importante considerar as contradições e crise do capitalismo atual em sua fase monopolista contemporânea. Segundo Frigotto (2001), o liberalismo atual, constitui a ideologia jurídica política dominante e que vem traduzir nas políticas educacionais, a teoria do capital humano. Nesse sentido, não se trata de algo maquiavélico, mas necessidade de reprodução da sociedade burguesa no atual contexto. Nessa elucidação, me reporto a Dalmagro (2010) quando nos indica a escola como um espaço em disputa e com potencialidades, a escola como privilégio social e dos mecanismos de (re) produção das desigualdades sociais.

No que compete ao sistema educacional, Frigotto (2001), nos indica que no interior das formas que assumem as relações capitalistas atuais e no seu processo de acumulação, concentração e centralização pelo trabalho produtivo, há uma exigência cada vez maior. Contraditoriamente refletirá em trabalho improdutivo, ou seja, como se fosse verso e averso de uma mesma medalha, a “improdutividade da escola”, uma mediação necessária e produtiva para a manutenção das atividades capitalistas de produção.

Nessa lógica, o autor ressalta a desqualificação da escola atual, ao não estar associada a “falhas” dos recursos financeiros, humanos ou

da incompetência, mas como uma decorrência que ela efetiva no interior do capitalismo monopolista, ou seja, a escola assume o papel e o lugar de que centra uma educação mediadora dos interesses dos dominantes.

Segundo Frigotto:

Surge, aqui, a problemática da direção e da estratégia que essa prática educativa deve assumir no interior do capitalismo monopolista, onde se amplia a separação entre o mundo da escola e produção, trabalho manual e mental, e onde o Estado exerce uma dupla exploração. Enquanto explora como qualquer outro capitalista, e enquanto aparelho repressivo e ideológico efetiva uma exploração política a favor do capital no seu conjunto. Esta função precípua do Estado no bojo das formas atuais de organização e gestão da produção capitalista não lhe tira a natureza de um espaço contraditório onde a luta de classes se faz presente (FRIGOTTO, 2001, p.134).

Ao analisar a escola de forma dialética, considerando as contradições, lutas, espaço de múltiplas possibilidades, Dalmagro (2010) reforça a tese da escola como um espaço em disputa e com potencialidades; a escola como privilégio social e dos mecanismos de (re) produção das desigualdades sociais. Nesse entendimento, segundo Frigotto (2001), no atual capitalismo monopolista, o Estado intervencionista assume a função de gestor das crises do capital e utiliza o sistema escolar, não apenas como locus de reprodução da ideologia burguesa, mas também como locus de um tipo de consumo, que embora improdutivo, é necessário para o ciclo de realização de mais-valia, a questão da ampliação das verbas em educação tem que ser devidamente avaliada.

O alargamento do acesso à escola e o prolongamento da escolaridade, segundo Frigotto (2001), devem ser vistos, também, como resultado da luta da classe trabalhadora pelo direito à escola- uma luta pelo saber. Luta que deve se ampliar à medida que as forças produtivas avançam, embora o mecanismo atual do capital monopolista force a competição intercapitalista, tanto a obsolescência, quanto o congelamento de certas invenções tecnológicas, retardando o avanço das forças produtivas, contraditoriamente esse avanço é algo irreversível e necessário ao próprio processo de acumulação. O sistema capitalista é forçado a absorver tanto o aumento do acesso à escola, quanto a elevação dos patamares de escolarização. A questão da escola na

sociedade capitalista é uma questão da luta pelo saber e da articulação desse saber com os interesses de classe.

Segundo Snyders, (2005):

A escola é um local de luta, a arena em que se defrontam forças contraditórias- e isto porque já faz parte da essência do capitalismo ser contraditório, agir contra ele próprio, criar os seus próprios covéis. [...] A seleção escolar assim instituída não só é injusta como é até contrária às necessidades da produção e trava ao mesmo tempo a extensão e a satisfação das necessidades, portanto da escolha de carreiras. A escola não é o feudo da classe dominante; ela é o terreno de luta entre a classe dominante e a classe explorada; ela é o terreno em que se defrontam as forças do progresso e as forças conservadoras. O que lá se passa reflete a exploração e a luta contra a exploração. A escola é, simultaneamente, reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, domesticação- mas também ameaça a ordem estabelecida e possibilidade de libertação (SNYDERS, 2005, p. 102).

Snyders (2005), ao citar Bourdieu & Passeron, enfatiza que o sistema de ensino contribui de maneira insubstituível para perpetuar a estrutura das relações de classe e ao mesmo tempo para sua legitimação. Em outro aspecto, a escola é um aparelho de luta a serviço da burguesia, como já citado e sua função será de provocar o fracasso das crianças proletárias para finalmente sujeitá-las a seus postos de exploradas. Assim, de forma dócil e submissa, segundo Snyders, a escola cumprirá o papel de eliminar mais rapidamente possível de todos os ciclos válidos as crianças vindas do povo. As mesmas serão colocadas em condições desfavoráveis, separadas entre os que sabem ler e escrever e os que não sabem, transformando a primeira aprendizagem num obstáculo. Em sua preparação, a escola permitirá com que os maus resultados obtidos pelas crianças do povo venham repercutir na escolaridade posterior, ou seja, ela transformará a diferença dos resultados escolares em divisão de classes, reproduzindo as classes já existentes e criadas fora da escola.

Nessa lógica, ainda segundo o autor, é a “desigualdade social que comanda a desigualdade escolar”. A escola cumpre então a função de preparar os indivíduos para os trabalhos que correspondem a cada classe social. Assim, a escola reproduz e alimenta a divisão de classes

existente e nesta medida também produz as diferenças de classe. Sobre esse contexto, Snyders (2005) nos permite a compreensão de que na escola capitalista, as classes dominantes se preocupam em formar uma força de trabalho dócil e submissa, sem grande preparação, apenas dentro de uma pequena qualificação, e todas as preocupações serão tomadas a fim de que não alimentem ambições exageradas e não se sintam tentados a entrar em concorrência com os filhos da classe dominante.

Dentro dessas complexidades, recorro a Dalmagro (2010) que enfatizará que a própria constituição histórica escolar, seu modelo e atribuições, estão relacionados com a hierarquia social de nossa sociedade. Para ela, a escola ao reproduzir a divisão do trabalho existente no modelo capitalista, produz a hierarquização no âmbito escolar, com seu aspecto dual e padronizador; submete-se ao controle das demandas capitalistas impostas pelo sistema, assim produz burocracia, alienação e a não neutralidade.

Segundo a autora, o sistema escolar através de mecanismos próprios ou deixando aflorar naturalmente as diferenças sociais, proporciona diferentes graus de instrução exigidos pela demanda capitalista e tem o papel de fazer cumprir a importante função ideológica de legitimação ou naturalização das desigualdades sociais.

Dentro das diferentes qualificações e hierarquias no processo de trabalho, Dalmagro (2010) observa que na aparência a universalização da escola é igualitária. Então, é necessário desmistificá-la, pois é preciso considerar não apenas as crianças que nem sequer chegam à escola ou a frequentam na idade mínima obrigatória, mas fundamentalmente aqueles que iniciam, mas não completam os estudos, entram na escola para nos anos seguintes gradativamente se retirarem.

Nesse contexto, cabe aqui considerar as diferentes direções em relação às quais a escola orienta seus estudantes. Considerando Snyders (2005), esta orientação está diretamente relacionada à demanda da força de trabalho, à quantidade de funcionários qualificados necessários ao funcionamento e reprodução da sociedade; o que de certa forma vem explicar os insucessos em massa, fracassos pretendidos e fabricados por essa sociedade, por serem indispensáveis à sua conservação.

A organização da escola, segundo Freitas (2005), se dá a partir da homogeneização, seriação, ensino simultâneo, estrutura de poder, etc. Nesse aspecto, é importante pensar que a função social atribuída à escola capitalista insere envolta em seu projeto político pedagógico, além do controle sob as ações no interior da escola e da sala de aula. Assim, os conteúdos estarão dependentes dos objetivos e avaliação da

escola, que os coloca entre a possibilidade de mudança ou continuidade. Ao que se refere propriamente ao conhecimento que orienta a própria organização da escola, esta admite a separação sujeito e objeto e teoria e prática.

Nessa compreensão:

[...] o processo histórico de distanciamento da escola em relação à vida, em relação à prática social. Esse afastamento foi ditado por uma necessidade ligada à formação social capitalista, a qual, para apoiar o desenvolvimento das forças produtivas, necessitou de uma escola que preparasse rapidamente, e em série, recursos humanos para alimentar a produção de forma hierarquizada e fragmentada- e isso só era possível ser feito de forma escolarizada. Foi exatamente esse afastamento da vida real que levou aos processos de aprendizagem propedêuticos e artificiais, necessários para facilitar a aceleração dos tempos de preparação dos alunos. Todos sabemos que ensinar de uma maneira tradicional - verbal e por série é mais rápido do que por métodos ativos que exijam a participação do aluno (FREITAS, 2003, p. 26).

Os processos de aprendizagem artificial, segundo Freitas, levaram a avaliações artificiais, dentro de um sistema de avaliação com notas, como forma de estimular a aprendizagem e controlar o comportamento dos estudantes, substituindo os motivadores naturais. O processo de avaliação passa a ser a principal ancoragem, além da pressão familiar, no intuito de produzir a motivação para o estudo. Ou seja, a avaliação assume uma forma de “mercadoria”- “Aprender para trocar por nota”, tornando-se centralidade na escola, fazendo parte da gênese da forma escolar – separada da vida.

Assim, os processos de avaliação, dentro de mecanismos de seleção escolar, segundo Freitas (apud Dalmagro, 2010) decorrem de comentários depreciativos voltados para as crianças pobres, descuidadas, com maiores dificuldades nos estudos. Assim vai inculcando nas crianças uma ideia de que seu futuro não poderá ser superior ao alcançado pelos pais, o que vem ressaltar que o tratamento de igualdade da escola, dado aos estudantes, não é tão igual assim. A avaliação informal subsidia a avaliação formal. Diante das condições de trabalho escolar, o educador, não consegue atender a todas as crianças

igualmente. Assim, há um gradativo, silencioso e complexo sistema de seleção escolar, onde os estudantes que já se encontram numa posição social favorável tendem a reproduzi-la na escola. A grande parte dos estudantes, após sucessivas reprovações, tende a abandonar a escola ou encontra dificuldade em passar do nível fundamental ao médio.

A escola ao produzir e reproduzir a sociedade está atravessada em seu interior à luta de classes e tem no Estado a intervenção e gerência para as crises e demandas do capital. Em sua estruturação e hierarquização, o Estado, através da ideologia e da repressão, tem nos AIE (*Aparelhos Ideológicos de Estado*), as ferramentas, que em posição dominante nas formações capitalistas, funcionam pela ideologia e secundariamente pela repressão, entre eles do AIE Escolar, através da violência simbólica em âmbito escolar. Nesse sentido, na continuação do texto, a busca pela compreensão da dualidade da escola, dos AIE e a Violência Simbólica, porque a empiria (a EEIEF Nossa Senhora Aparecida) mostrou situações de violência simbólica e de repressão no meio escolar, na efetivação de sua atual gestão escolar.

3.1 As Redes da Escola e as Tramas dos Aparelhos Ideológicos de Estado e de Violência Simbólica

Como consideramos anteriormente no início desse capítulo, optamos por nos acercar destas teorias uma vez que as mesmas lançam luz sobre o que observamos na EEIEF Nossa Senhora Aparecida, ainda que Saviani (2009), ao identificar as “teorias crítico-reprodutivistas”, indique que os autores que se acercam das mesmas, veem pouco as contradições que perpassam a escola.

Segundo Baudelot & Establet (apud Saviani, 2009, p.27):

A contradição principal existe brutalmente fora da escola sob a forma de uma luta que opõem a burguesia ao proletariado: ela se trava nas relações de produção, que são relações de exploração. Como Aparelho Ideológico de Estado, a escola é um instrumento da luta de classes ideológica do Estado burguês, onde o Estado burguês persegue objetivos exteriores à escola (ela não é se não um instrumento destinado a esses fins). A luta ideológica proletária não está presente em pessoa na escola, mas apenas sob a forma de alguns de seus efeitos que se apresentam com resistências: entretanto, inclusive por meio dessas resistências, é ela própria que é visada no

horizonte pelas práticas de inculcação ideológica burguesa e pequeno-burguesa.

Nas análises de Saviani (2009), acerca das teorias de Baudelot & Establet, mesmo em que pese à aparência unitária e unificadora da escola, a mesma é dividida em duas (não mais que duas) grandes redes, as quais correspondem à divisão da sociedade capitalista em duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado. Ou seja, os autores destroem a ideia de unidade no que se refere à escola, sendo formuladas seis proposições fundamentais que elucidam a divisão da mesma.

Segundo Baudelot & Establet, referindo-se ao caso francês, mas cujos elementos essenciais são visíveis em qualquer país dividido em classes:

1. Existe uma rede de escolarização que chamaremos rede secundária-superior (rede S.S).
2. Existe uma rede de escolarização que chamaremos rede primária- profissional (rede-P. P.).
3. Não existe terceira rede.
4. Estas duas redes constituem, pelas relações que as definem, o aparelho escolar capitalista. Este aparelho é um aparelho ideológico do estado capitalista.
5. Enquanto tal, este aparelho contribui, pela parte que lhe cabe, a reproduzir as relações de produção capitalistas, quer dizer, em definitivo a divisão da sociedade em classes, em proveito da classe dominante.
6. É a divisão da sociedade em classes antagonistas que explica em última instância não somente a existência das duas redes, mais ainda (os que as define como tais) os mecanismos de seu funcionamento, suas causas e seus efeitos. [(BAUDELLOT & ESTABLET, 1971, Apud, SAVIANI, 2009, p.25)].

Sendo assim, o autor nos esclarece que a escola qualificará o trabalho intelectual e desqualificará o trabalho manual, sujeitando o proletariado à ideologia burguesa sob um disfarce pequeno-burguês. A escola é ao mesmo tempo um fator de marginalização relativamente à cultura burguesa, assim como em relação à cultura proletária. Essas duas redes, se constituem pelas relações que as define, o aparelho escolar capitalista, aparelho este ideológico do Estado capitalista, a partir da

própria estruturação do Estado enumerada provisoriamente por Althusser (1918) e que trataremos na continuação desse texto.

Sobre as duas redes e trilhas de posições distintas no sistema escolar, Saviani (2009), esclarece que há algo em comum entre elas, ou seja, ao se constituírem como redes distintas, formando para posições distintas em uma mesma sociedade, formam um todo, são duas faces, tipos de escolas, para uma mesma formação: a inserção na sociedade capitalista. Nesse sentido, formando para funções distintas em uma mesma sociedade, formam para uma mesma coisa. Desta forma, em sentido mais amplo, não ensinam coisas distintas, mas é o conteúdo da sociedade burguesa que é transmitido nas duas redes, ambas formam para os valores, posturas, hábitos e capacitação exigidos por esta sociedade. Alguns são formados como trabalhadores manuais e outros como trabalhadores intelectuais. Uns para obedecer, outros para comandar. A mesma ideologia é ensinada para ambos, assim eles precisam compartilhar a mesma ideologia, ainda que uns se beneficiem com isso e outros não, mas ambos compartilham, se não compartilhassem, haveria maior tensão, aliás, tensão há, exatamente porque alguns indivíduos destes dois grupos não compartilham, mas que não são maioria ou que não tem hegemonia, quando tiverem, haverá rupturas.

Dentro desse contexto, trago a luz, a realidade dos estudantes da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, ou seja, a mesma é uma escola para a classe trabalhadora, sendo assim uma escola para pobres.

Na palestra realizada na escola, foi dado um horizonte para pobres, quais os cargos que os mesmos ocupariam no futuro, assim que deixassem a escola. Nesse sentido, é importante considerar que em sua maioria, os estudantes da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, quando deixam a escola, após formarem-se, são direcionados aos frigoríficos da região, ocupando os cargos de força de trabalho barata, sendo que muitos são recrutados, mesmo antes do término do ensino médio. Outros vão trabalhar no comércio local, como atendentes, ou como motoristas, cozinheiros, serviços gerais, pedreiros e até passam a ser professores, outros se mantêm nas atividades agrícolas, buscando ajudar suas famílias, mas essa ajuda é temporária, pois, sem capital econômico, acabam por migrar para o meio urbano. São raros os casos em que os estudantes conseguem algum lugar de destaque no mercado de trabalho, quando acontece chegam ao máximo a um cargo de caixa em um banco no meio urbano. Dentro dessa realidade, compreende-se que os estudantes proletarizados da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, não alcançam condições superiores a de seus pais. Nesse sentido,

compreende-se que a escola é para reproduzir a condição operária/trabalhador rural alienado e isto precisou ser retomado, para que a politização e formação para a luta, promovida na gestão anterior da EEIEF Nossa Senhora Aparecida não tivesse êxito. O sistema escolar ao dividir a escola, retira o direito de seus estudantes acessarem o conhecimento, direciona que a maioria dos estudantes atenda a demanda dos meios de produção, após receberem na escola a ideologia dominante.

Nesse contexto, Saviani, (2009) nos esclarece:

Como aparelho ideológico, a escola cumpre duas funções básicas: contribui para a formação da força de trabalho e para a inculcação da ideologia burguesa. Cumpri assinalar, porém, que não se trata de duas funções separadas. Pelo mecanismo das práticas escolares, a formação da força de trabalho, dá-se no próprio processo de inculcação ideológica. Mais do que isso: todas as práticas escolares, ainda que contenham elementos que implicam um saber objetivo (e não poderia deixar de conter, já que sem isso a escola não contribuiria para a reprodução das relações de produção), são as práticas de inculcação ideológica (SAVIANI, 2009, p. 26).

A escola sendo um aparelho ideológico, portanto é aparelho da ideologia dominante, a partir de duas formas concomitantes: a inculcação explícita da ideologia burguesa e o recalçamento, a sujeição e o disfarce da ideologia proletária, essa última com origem e existência fora da escola, ou seja, nas massas operárias e em suas organizações.

Para, Baudelot & Establet (apud Saviani, 2009, p.27):

A contradição principal existe brutalmente fora da escola sob a forma de uma luta que opõem a burguesia ao proletariado: ela se trava nas relações de produção, que são relações de exploração. Como Aparelho Ideológico de Estado, a escola é um instrumento da luta de classes ideológica do Estado burguês, onde o Estado burguês persegue objetivos exteriores à escola (ela não é se não um instrumento destinado a esses fins). A luta ideológica proletária não está presente em pessoa na escola, mas apenas sob a forma de alguns de seus efeitos que se apresentam com resistências: entretanto, inclusive por meio

dessas resistências, é ela própria que é visada no horizonte pelas práticas de inculcação ideológica burguesa e pequeno-burguesa.

Na organização da divisão do trabalho dentro da sociedade, Marx e Engels (1998) nos esclarecem sobre a separação entre o interesse particular e o interesse comum, materializando um poder alheio e hostil que subjuga os homens. Nesse sentido, o Estado se erige autonomizado e separado dos reais interesses particulares e coletivos, se impondo na condição de comunidade dos homens, com poder de persuasão.

Sobre o Estado, os autores esclarecem:

Mas é uma comunidade ilusória, pois o Estado, por baixo das aparências ideológicas de que necessariamente se reveste, está sempre vinculado à classe dominante e constitui seu órgão de dominação. [...] Não é o Estado que cria a sociedade Civil [...] Ao contrário é a sociedade civil que cria o Estado enquanto poder geral e representante. A sociedade civil é o verdadeiro lar e cenário da história. Abarca todo o intercâmbio material entre os indivíduos, numa determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas (A IDEOLOGIA ALEMÃ, 1989 p.31).

Na sociedade capitalista dividida em classes o Estado como instituição está a serviço da classe dominante e este é destinado a manter as condições sociais dadas, ou seja, a estrutura de propriedade e de poder, as quais, apropriadas privadamente produzem a desigualdade social. Nessa lógica, a classe dominante se organiza para incluir de forma subalterna, os membros da classe explorada e produtiva dos homens na sociedade, assim efetivando o domínio e o controle dos meios de produção.

Ao analisar a reprodução nas condições de produção da sociedade capitalista, Saviani (2009) enfatiza que a mesma implica na reprodução das forças produtivas e das relações de produção existentes. Nesse sentido, observa que Althusser (1985) é levado a distinguir no Estado os Aparelhos Repressivos de Estado (o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc.) e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) que são enumerados de forma provisória:

- o AIE religioso (o sistema das diferentes igrejas);
 - o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares);
 - o AIE familiar;
 - o AIE jurídico;
 - o AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos);
 - o AIE sindical;
 - o AIE da informação; (imprensa, rádio, televisão, etc.).
 - o AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc.).
- [Althusser, apud Saviani 2009, p.22].

A diferença entre ambos é que o Aparelho Repressivo de Estado funciona massivamente pela violência e secundariamente pela ideologia, enquanto inversamente, os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam massivamente pela ideologia e secundariamente pela repressão. Nesse contexto, é importante considerar o próprio funcionamento da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, que com base na ideologia e buscando demarcar um novo momento, a mesma precisou usar da força e repressão com os estudantes, sem que a ideologia deixasse de funcionar, assim estabeleceu controle e domínio.

Sobre a ideologia, Althusser nos esclarece que esta tem uma existência material, e estarão regulados por práticas materiais, rituais materiais definidos e por instituições materiais.

Segundo Althusser:

Não existe prática se não através e sob uma ideologia. Não existe ideologia senão através do sujeito e para os sujeitos (ALTHUSSER, 1985, p.42).

Dentro de um sistema organicista todo o Aparelho do Estado, seja ele repressivo ou ideológico, “funciona” tanto através da violência como através da ideologia, mas com uma diferença o aparelho (*repressivo*) do Estado funciona predominantemente através da repressão (*inclusive a física*) e secundariamente através da ideologia. Os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam principalmente através da ideologia e secundariamente através da repressão, seja ela atenuada, ou mesmo simbólica. Desta forma a escola, as Igrejas, “*moldam*” por métodos próprios de sanções, exclusões e seleção. Dentro dessas

relações, a unidade entre os diferentes Aparelhos Ideológicos do Estado, está assegurada, geralmente de forma contraditória, pela ideologia dominante. Nessa lógica agindo por lei ou decretos a partir do Aparelho Repressivo, ou através da força física.

Ao avançar em suas teses sobre Aparelhos Ideológicos de Estado, Althusser (1985) referencia a escola como instrumento mais acabado de reprodução das relações de produção do tipo capitalista. Sendo assim, o AIE (*Aparelho Ideológico Escolar*) tem duas funções básicas de contribuir para a formação do trabalho e para a inculcação da ideologia burguesa.

[...] o Aparelho Ideológico de estado que foi colocado em posição dominante nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classes política e ideológica contra o antigo Aparelho Ideológico de estado dominante, é o Aparelho Ideológico Escolar. (ALTHUSSER, p.60, apud SAVIANI, 2009).

O proletariado entra na escola capitalista e ingressa em um sistema segregador de dominação, que o envolve nas relações de produção, e ao não equalizar socialmente, favorece sua marginalização.

Sobre a escola:

Ela se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o Maternal, e desde o Maternal ela lhes inculca, durante anos, precisamente durante aqueles em que a criança é mais “vulnerável”, espremida entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado escolar, os saberes contidos na ideologia dominante em estado puro (moral, educação cívica, filosofia). Por volta do 16º ano, uma enorme massa de crianças entra na produção: são os operários ou os pequenos camponeses. Uma outra parte da juventude escolarizável prossegue: e seja como for caminha para os cargos dos pequenos e médios quadros, empregados, funcionários pequenos e médios, pequenos burgueses de todo tipo. Uma última parcela chega ao final do percurso, seja para cair num semi-desemprego intelectual, seja para fornecer além dos “intelectuais trabalhador coletivo” os agentes de exploração (capitalistas, gerentes), os agentes da repressão (militares, policiais, políticos, administradores e os profissionais da ideologia

(padres de toda a espécie, que em sua maioria são leigos convictos) [ALTHUSSER, 1985 p.79].

Nesse contexto, uma grande parte (operários e camponeses) cumpre a escolaridade básica e é introduzida no processo produtivo. Outros avançam no processo de escolarização, mas acabam por interrompê-lo passando a integrar os quadros médios, os “pequenos burgueses de toda a espécie”. Uma pequena parte, enfim atinge o topo da pirâmide escolar. Estes vão ocupar os postos próprios dos “agentes da exploração” (no sistema produtivo), dos “agentes da repressão” (nos Aparelhos repressivos de estado) e dos “profissionais da ideologia” (nos Aparelhos Ideológicos de Estado). (ALTHUSSER, s.d., 65, Apud SAVIANI 2009).

O papel do Aparelho repressivo do Estado consiste essencialmente, como aparelho repressivo, em garantir pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção, que são em última instância relações de exploração. Não apenas o Aparelho de Estado contribui para a sua própria reprodução (existem no Estado capitalista as dinastias políticas, as dinastias militares, etc.), mas também e, sobretudo o Aparelho de Estado assegura pela repressão (da força física mais brutal às simples ordens e proibições administrativas, à censura explícita ou implícita, etc.) as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos do Estado [ALTHUSSER, 1985 p.74].

Bourdieu (1989) é o formulador da teoria da escola como violência simbólica, a qual é um poder “invisível” e que só pode ser exercido diante da cumplicidade daqueles que não querem ou não podem saber que lhe estão sujeitos, ou mesmo que o exercem. Em seus diferentes universos, o sistema simbólico, além de envolver as estruturas, também se materializará como instrumento de dominação.

Segundo Bourdieu:

As ideologias por oposição ao mito, [...] servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante [...]; para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto à desmobilização (falsa consciência) das

classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 1989, p.10).

Enquanto instrumento estruturante de comunicação, os sistemas simbólicos cumprem sua função política. Segundo Bourdieu (1989), o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e em particular, do mundo social), tornando possível a concordância entre as pessoas, possibilitando uma integração social. Nesse sentido, a cultura dominante, segundo o autor, contribui para a integração real da classe dominante, de maneira ideológica legitimando a ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (*hierarquias*) e para a legitimação dessas distinções. Assim o sistema simbólico, designa a função social e esta é estruturada e funcional ao simbolismo, cuja função é política. Enquanto função estará associada a instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que assegurará a dominação de uma classe sobre outra (*violência simbólica*).

Segundo Saviani (2009), em suas análises acerca dos estudos de Bourdieu & Passeron, sobre a violência simbólica, o mesmo ao indagar o porquê da violência simbólica, nos esclarece que os autores, tomam como ponto de partida que toda e qualquer sociedade, estrutura-se como um sistema de relações de força material entre grupos ou classes. Sobre a base dessa força e sob sua determinação erige-se um sistema de relações de força simbólica, cujo papel é reforçar, por dissimulação as relações de força material.

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia, dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade de sua dominação quer no meio da própria produção simbólica (BOURDIEU, 1989, p.12).

No que compete ao reforço da violência material, segundo Saviani (2009), o mesmo se dá em sua conversão ao plano simbólico em que se produz e reproduz e o reconhecimento da dominação e de sua legitimidade pelo desconhecimento (*dissimulação*). Assim a violência material (*dominação econômica*) exercida pelos grupos ou classes dominados, corresponde à violência simbólica (*dominação cultural*). A violência simbólica manifesta-se de múltiplas formas, formação da opinião pública pelos meios de comunicação de massa, jornais, etc.,

pregação religiosa, atividade artística e literária, propaganda e moda, educação familiar, etc.

Considerando as múltiplas formas de manifestação da violência simbólica, é importante considerar que na EEIEF Nossa Senhora Aparecida, também se faz presente: na palestra que aconteceu mediada por palavras e frases de menosprezo, de intimidação, repressão e humilhação com os estudantes. Além disso, na desqualificação das condições de vida de pobreza e vícios dos pais dos estudantes ou nos cargos menos valorizados que possivelmente os estudantes ocuparão no mercado de trabalho. Além disso, o desprezo de alguns educadores com seus estudantes pela não participação dos mesmos nas atividades. Nesse sentido, alguns estudantes, conseguem percebê-la, mas outros não.

O sistema de ensino, segundo Saviani, é definido como uma modalidade específica de violência simbólica; está envolto no meio de proposições intermediárias que tratam sucessivamente, da ação pedagógica, da autoridade pedagógica e do trabalho pedagógico no sistema escolar. Segundo Bourdieu & Passeron (apud Saviani, (2007)), a ação pedagógica como uma imposição arbitrária da cultura (também arbitrária) dos grupos ou classes dominantes aos grupos ou classes dominadas, imposição que refletirá na autoridade pedagógica; poder arbitrário de imposição que pelo seu desconhecimento como tal, encontra objetivamente reconhecimento como autoridade legítima.

Numa formação social determinada, o SE [Sistema de Ensino] dominante pode constituir o TP [Trabalho Pedagógico] dominante como TE [Trabalho Escolar] sem que os que o exercem como os que a ele se submetem cessem de desconhecer sua dependência relativa às relações de força constitutivas da formação social em que ele se exerce, porque ele se produz e reproduz, pelos meios próprios da instituição, as condições necessárias ao exercício de sua função interna de inculcação, que são ao mesmo tempo as condições suficientes da realização de sua função externa de reprodução da cultura legítima e de sua contribuição correlativa à reprodução das relações de força; e porque, só pelo fato que existe e subsiste como instituição, ele implica as condições institucionais do desconhecimento da violência simbólica que exerce, isto é, porque os meios institucionais dos quais dispõe enquanto instituição relativamente autônoma, detentora do monopólio do exercício legítimo da violência

simbólica, então predispostos a servir também, sob a aparência da neutralidade, os grupos ou classes dos quais ele reproduz o arbitrário cultural (dependência pela dependência) [BOURDIEU & PASSERON, 1975, APUD SAVIANI, 2007 p. 20].

A instituição escolar em seu interior está envolta na luta de classes e ao reproduzir a sociedade capitalista, efetiva a desigualdade social e através da reprodução cultural contribui para a reprodução social. Segundo Saviani (2009), marginalizados socialmente são grupos ou classes que não possuem forças materiais (capital econômico), e marginalizadas culturalmente porque não possuem força simbólica (capital cultural). A educação longe de ser um fator de superação da marginalidade, constitui um elemento reforçador da mesma.

O AIE escolar estrutura-se ideologicamente a partir dos interesses da classe dominante, que detém o poder entre alianças de classes, de frações de classes apoiados pela lei do Estado, como já citado anteriormente e tem nos Aparelhos de Repressão do Estado, ferramentas de domínio que pela força física e repressão, mantém o domínio, assim perpetuando o poder de uma classe sobre a outra. Sobre a teoria geral da violência simbólica, compreende-se que a mesma aplica-se ao sistema de ensino, quanto da ação pedagógica, da autoridade pedagógica e do trabalho pedagógico e que essas ações e práticas simbolizam e perpetuam o domínio da classe e grupos dominantes sobre a classe/grupos dominados (*no sistema escolar, os dominados são os estudantes e educadores que não tem poder econômico e cultural*).

Nessa lógica, compreende-se que o interior da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, está envolto em luta de classes, o que origina conflitos e contradições e cuja materialidade está representada pelos projetos sociais que disputam o meio escolar, a partir dos embates dos projetos pedagógicos, estes caracterizados no capítulo dois, que em seus contextos primam pelos interesses das classes a que representam. Nesse sentido, de um lado um projeto educativo democrático, a partir de uma educação emancipatória, visando à transformação social dos sujeitos envolvidos, indo a encontro com a classe trabalhadora; e de outro, um projeto tradicional, de caráter hegemônico e dentro da lógica do capital, com novas regras e disciplinas impostas no meio escolar, que produziu medo e obediência dos sujeitos, assim em conformidade com os interesses da classe dominante.

Dentro desse contexto e a partir dessa compreensão, na conclusão dessa monografia, retomamos a questão de pesquisa: Como os diferentes projetos sociais existentes no município se expressam na escola EEIEF Nossa senhora Aparecida e quais os objetivos formativos desta escola neste contexto? A qual rede da dualidade escolar a EEIEF Nossa Senhora Aparecida pertence?

CONCLUSÃO

Esta monografia abordou a experiência vivenciada e também a pesquisa de campo na EEIEF Nossa Senhora Aparecida, uma escola de assentamento onde realizei os Tempos Comunidade, dentro da Pedagogia da Alternância do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFSC. As experiências vivenciadas permitiram-me a elaboração do texto que envolveu reflexões e indagações.

Nessa compreensão, é necessário retomarmos as questões que pontuamos no decorrer do texto, pois as mesmas permitirão responder a questão de pesquisa que foi elaborada a partir dos projetos de formação humana em disputa na EEIEF Nossa Senhora Aparecida. Assim, o fechamento deste estudo, embora que muitas questões que foram vistas e vivenciadas naquela realidade não tiveram seu protagonismo nesse texto e poderão ser retomadas em estudos futuros.

Nesse sentido, é importante considerarmos o município de Passos Maia que historicamente se constituiu e se estruturou ao grande império dos latifúndios e a luta pela terra. Nessa lógica, a efetivação dos assentamentos da Reforma Agrária na região que pela imposição e resistência contrária à ordem estabelecida, questionou e pressionou a propriedade privada da terra.

Paralelamente a essa realidade, enfatizamos as transformações e impactos que foram produzidas na região, seja pelas migrações que historicamente se sucederam à chegada de imigrantes europeus, na expulsão e extinção dos caboclos e brasileiros ou na entrada e saída de assentados da Reforma Agrária, em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Como vimos no decorrer do texto, a constituição e estruturação do município geraram diferentes interesses e esses de ordem social, econômica e política, o que produziu contradições e disputas. No contexto atual, a disputa envolve uma acirrada luta pelo poder municipal, polarizada e dividida entre a população do município. São dois projetos sociais em disputa; de um lado, os partidos políticos mais democráticos e populares com base ao interesse da classe trabalhadora, com representantes dos assentados da Reforma Agrária e articulados com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, e de outro, partidos políticos conservadores que defendem os interesses das classes dominantes da região, fazendeiros e latifundiários, associados ao grande capital.

Dentro desse contexto, vimos que essa disputa acaba adentrando a EEIEF Nossa Senhora Aparecida e tais projetos se

expressam entre propostas educacionais diferenciadas e antagônicas. Assim, de um lado, um projeto de educação com base na coletividade e emancipação dos sujeitos que prima pela transformação social e este vinculado à pedagogia do Movimento Sem Terra. O outro, um projeto educacional tradicional, hierárquico que busca o domínio do meio escolar, de caráter individual e dentro da lógica do capital, representando os interesses da classe dominante, setores conservadores do município.

Os vários momentos vivenciados pela EEIEF Nossa Senhora Aparecida estiveram envoltos a diversas demandas, sendo que em determinado momento é viabilizado seu gerenciamento pelo Estado. Nesse sentido, ao estudarmos a escola como reprodutora da sociedade, compreendemos que a EEIEF Nossa Senhora Aparecida, ao hierarquizar e promover outra forma de concepção de educação gerou contradições e conflitos em seu âmbito, uma luta entre classes que estiveram atrelados a interesses de projetos sociais que disputam no interior da escola, inclusive por cargos hierárquicos, e estes comprometidos aos interesses da classe dominante e da classe trabalhadora.

Como vimos nesse texto, a EEIEF Nossa Senhora Aparecida em sua constituição se organizou de maneira contrária ao modelo hegemônico vigente de estruturação de escola na sociedade capitalista. Sua constituição acontece com o apoio e organização do Movimento Sem Terra e dessa maneira, a mesma foi pensada e discutida com uma população de assentados, envolvendo assim os interesses da classe trabalhadora, o que confirma um projeto democrático e popular.

Nessa compreensão, é importante considerar o papel do Movimento Sem Terra que em sua essência e de forma ampla firma a luta de uma organização social, com objetivos e princípios, onde sua articulação acontece com o próprio sugamento que o capital estabelece entre o trabalho e a riqueza, produzindo e exercendo uma pressão radical sobre os setores conservadores do campo.

O Movimento Sem Terra ao buscar resgatar a luta histórica dos camponeses no Brasil a partir das populações camponesas marginalizadas pela modernização conservadora da agricultura, garante aos mesmos o direito a terra e ao trabalho. Dessa maneira, o MST transforma áreas de latifúndios em espaços produtivos de produção social da vida, mesmo diante dos impactos produzidos com as ocupações de latifúndios, os acampamentos neles instalados e suas repercussões. Dentro desse contexto, foram efetivados 14 PAS de Reforma Agrária no município de Passos Maia, a partir de um trabalho organizado e persistente, entre articulações das direções dos

Assentamentos, buscando possibilitar melhores condições de vida e trabalho para a população, a partir de propostas e iniciativas, algumas vinculadas a Programas Federais. Embora com grandes esforços para a concretização das mesmas que envolvem diversas demandas, muitos assentados ficam de fora do processo de cooptação de benefícios, principalmente os menos capitalizados ou os que não possuem experiência com a terra o que dificulta a produção nos lotes. Submetidos às condições de pobreza, muitos assentados endividados e com desmotivação diária, acabam permutando e vendendo seus lotes o que vem aumentando o êxodo rural na região e um grande número de jovens deixa o campo. Nessa realidade, são várias as contradições expostas, entre elas, a despolitização dos assentados que imersos a interesses individuais dentro da sociedade capitalista, acabam por gerar a divisão política nos assentamentos, o que possibilitou que na última eleição municipal com os votos contabilizados nos Assentamentos, um projeto social e político, contrário aos interesses da classe trabalhadora e aos assentamentos na região, assumissem a atual administração municipal.

O Movimento Sem Terra alia sua luta à educação, e esta estará envolvida na superação da formação educacional atrelada ao mercado capitalista. Assim, tem como projeto uma educação emancipatória, autônoma e transformadora, envolta em ações planejadas e coletivas. Ao capacitar as crianças para o trabalho e para o desenvolvimento da consciência organizativa, permite a participação coletiva e democrática das mesmas e estas são estimuladas através das lutas sociais concretas e dos problemas concretos que estão inseridos nos acampamentos e assentamentos.

Na EEIEF Nossa Senhora Aparecida, quando ainda escola de acampamento, a mesma concretizou uma “escola dos educadores”, dentro de uma proposta de educação com princípios na produção da vida humana e no trabalho. Assim, a escola possibilitou pensar e discutir um trabalho de formação com base na omnilateralidade, considerando a ética e a criação intelectual e artística, que produziu afetividade, sensibilidade e emoção entre os sujeitos. Nessa perspectiva, foi possível em alguns momentos da escola, o fortalecimento nas relações entre escola e comunidade, onde a presença da comunidade no âmbito escolar possibilitou um trabalho coletivo, com a participação ativa da comunidade com a organização da escola.

Com esse propósito, foi gerado a criticidade dos sujeitos envolvidos, com relação às próprias vivências e aos problemas sociais, o que permitiu pensar as lutas de classes, a luta pela terra e o direito não garantido, de ter uma escola de qualidade sob a responsabilidade do

Estado, que possibilitou avanços na proposta de educação. Nesse sentido, envolveu um quadro de educadores militantes com formação do MST, que resistiram e almejaram concretizar uma escola transformadora, embora as divergências e a fragilidade da proposta e da experiência desenvolvida a partir do vínculo do MST a partidos políticos do Estado capitalista.

Nessa compreensão, é importante considerar que a gestão anterior esteve atrelada a contradições e conflitos estabelecidos pela subordinação ao Estado, mas também a própria disputa de projetos nos assentamentos, de sua vinculação a Programas Federais, e na ausência que resultam em dificuldades e que passam a interferir na escola e reconquistar espaço nas disputas internas.

Embora que de maneira não tão aprofundada a mesma conseguiu concretizar uma concepção de educação com objetivos filosóficos e pedagógicos, que resultaram em um Projeto Político Pedagógico, considerando a sala de aula envolvida com a realidade dos estudantes. Assim, efetivou-se um currículo que possibilitou à auto-organização e autocontrole dos estudantes e trabalhou as várias dimensões do sujeito histórico e sua atuação nas decisões, que envolviam as próprias demandas da escola, com participação ativa dos mesmos dentro do coletivo e do próprio envolvimento nos tempos educativos.

Para essa efetivação, contou com o apoio de uma gestão de forças mais democráticas no município e um militante do MST como Secretário de Educação dentro de um projeto de educação que tinha a Educação do Campo a nível municipal, embora ainda associada a Programas Federais. Nessa compreensão, é importante considerar que a gestão anterior esteve em meio a contradições e conflitos estabelecidos pela subordinação ao Estado, mas também a própria disputa de projetos existentes nos assentamentos, da vinculação a Programas Federais, e ou na ausência que resultam em dificuldades e que passam a interferir na escola e reconquistar espaço nas disputas internas.

Dentro dessa realidade, originaram-se diversos interesses antagônicos de alguns educadores, que passaram a compor o quadro de educadores da escola e a disputar um projeto diferenciado, e este, sem especificidades com a realidade dos estudantes, caracterizado aos moldes tradicionais e de caráter hierárquico. Assim, foi assinalada mudança de postura de educadores antes vinculados ou identificados com o Movimento e a gestão democrática da escola, e que depois se fizeram contrários, ajudando a produzir disputas de projetos que foram decisivos para mudança de gestão o que fortaleceu o não entendimento

dos educadores contrários à proposta do MST, repercutindo assim, em relações conflituosas entre direção, educadores e estudantes, embora que os mesmos constituam uma mesma classe.

Nessa contradição, a atual gestão da EEIEF Nossa Senhora Aparecida se efetiva em meio a conflitos, com apoio da Secretaria de Educação do município e com base em outros princípios e concepções pedagógicas, com novas regras e disciplinas estabelecidas, culminando com a mencionada “palestra”, a qual traz para dentro da escola a presença dos Órgãos de Estado (policiais civil e militar) e Conselho Tutelar. Tal “palestra”, como pensamos ter ficado claro, pautou-se pela repressão e violência aos estudantes, tanto na esfera simbólica, quanto na física. Assim, produzindo domínio, efetivando o poder de uma classe sobre a outra, com o apoio e ferramentas do Estado, a partir dos AIE Escolar e Repressão. A “palestra” teve uma ação com trabalho e autoridade pedagógica que se efetivou através da repercussão da própria prática junto aos estudantes que em entrevista e em maioria, consideram que a mesma teve um caráter educacional, pois incentivou e demonstrou melhores formas de comportamento: como não brigar, não fumar, não usar drogas, não realizar bullying com os colegas, não falar coisas indevidas, além de ensinar como as coisas devem funcionar no meio escolar, onde os estudantes são responsáveis pelas situações erradas que acontecem ou que possam acontecer na escola. Além disso, os pais não identificaram a pauta da palestra e a ação de intimidação e humilhação que seus filhos vivenciaram, porque os mesmos, dentro de interesses e compromissos individuais, veem nos Órgãos de Estado (Polícia Civil, Militar, Conselho Tutelar), proteção e segurança devida para seus filhos, diante dos atuais problemas que os jovens vivenciam dentro da sociedade capitalista, como o uso e manuseio de drogas e marginalização. Dessa maneira, a “palestra” foi necessária, ou seja, precisava impor-se determinada ordem, desarticular a proposta pedagógica anteriormente em curso, retomar a hierarquia e os valores próprios das perspectivas pedagógicas conservadoras.

Nessa perspectiva, a atual gestão da escola produziu o distanciamento da comunidade com a escola e paralelamente o distanciamento da sala de aula com a realidade dos estudantes, através da “Apostila Positivo”. As tramas da escola permitiram a efetivação e com ênfase para o jardim e as séries iniciais, o “cantinho do pensamento”, como forma de castigo escolar, o que produziu o medo e a opressão.

A EEIEF Nossa Senhora Aparecida na medida em que é uma escola ligada ao Estado (no caso pertencente à rede municipal), acabou

por segregar seus estudantes, efetivando a reprodução da sociedade capitalista, mantendo a maioria de seus estudantes na base inferior da pirâmide social, mesmo diante da proposta emancipatória a que se propuseram. Nessa realidade, consideram-se as entrevistas realizadas com estudantes e educadores da escola sobre as atividades que os estudantes realizam após formarem-se na escola. Assim, constatou-se que a grande maioria dos estudantes quando formados, assumem as posições inferiores na hierarquização do mercado de trabalho e grande maioria não acessa a educação superior.

Os embates continuam na EEIEF Nossa Senhora Aparecida e centralizados na luta de classes, na busca do domínio de uma classe sobre outra, o que reflete a função da escola na sociedade capitalista de modo geral não somente na EEIEF Nossa Senhora Aparecida. A escola, assim como a “Palestra”, indica que ali há uma escola dual, e que se acerca dos AIE e da violência simbólica, como mecanismos para seu funcionamento. A escola estando a serviço da classe dominante da região, após o domínio com base na repressão e intimidação, mantém de forma subalterna os membros das classes exploradas. Assim na sua divisão, a escola, retira o direito de seus estudantes acessarem o conhecimento, permitindo que a maioria dos estudantes atenda a demanda dos meios de produção, após receberem na escola a ideologia dominante. Nesse sentido, a atual gestão a partir dos Órgãos de Estado do município (Polícia Civil e Militar e Conselho Tutelar), estabelece o controle e a privatização do espaço público, proibindo os estudantes proletários da EEIEF Nossa Senhora Aparecida de circularem na praça do meio urbano do município, submetendo-os reféns do próprio isolamento.

Os dois projetos existentes na escola são reflexo dos projetos existentes no município, e que assim, mais uma vez, evidencia-se que a escola não existe ou funciona a margem da sociedade, pelo contrário, a mesma reflete as contradições e conflitos existentes na sociedade capitalista dividida em classes. Além disso, uma proposta tão profunda com base na omnilateralidade, na ética, intelectual, artística, autônoma, auto-organizada, não se perde com a mudança de gestão, ela deixa frutos especialmente nos estudantes. O que possibilita uma maior resistência no atual contexto da escola. Nesse sentido, os embates na EEIEF Nossa Senhora Aparecida continuarão e as contradições sociais a que estamos submetidos produzem movimento fora e dentro da escola, assim, atuamos para que uma nova proposta de sociedade se concretize, na esperança de que os homens e mulheres coletivamente construam um mundo melhor para todos.

Nessa consideração, pensamos que a educação na sociedade capitalista está associada à cultura de uma sociedade e tem o papel de formar e direcionar os sujeitos, para que esses assumam os postos e tarefas para a reprodução da prática social. Assim, a educação está subordinada ao próprio capital, que determina a demanda dos meios de produção. Segundo Marx e Engels (2004), para educar, os jovens poderão recorrer rapidamente a todo o sistema produtivo, a fim de que possam passar sucessivamente pelos diversos ramos da produção, segundo as diversas necessidades sociais e suas próprias inclinações. Para o autor enquanto existir a divisão do trabalho a educação não será capaz de superar a unilateralidade. Dentro de uma sociedade organizada, segundo o modo comunista, dará á seus membros oportunidades para desenvolverem tanto os seus sentidos, quanto as aptidões, o que resultará no desaparecimento de toda a diferença de classes, oferecendo os meios para eliminar tais diferenças de classes, onde a oposição entre cidade e campo desaparecerá. Nessa lógica, segundo Marx e Engels, será necessário modificar as condições sociais, para criar um novo sistema de ensino; por outro falta um sistema de ensino novo, para poder modificar as condições sociais, se tornando necessário a partir da situação atual.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)/; tradução de Walter e Evangelista e Maria Laura Viveiros de castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque.- Rio de Janeiro: Edição Graal, 1985, 2ª edição.

BAVARESCO, P. R. Colonização do Extremo Oeste: Contribuições para a história Campesina da América Latina. In: Anais Eletrônicos. CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL-LA CUÉSTION RURAL DE LA AMÉRICA LATINA: EXCLUSIÓN Y RESISTÊNCIA SOCIAL, 7., 2006, Quito . Quito: Alasru, 2006 Disponível em: www.alasru.org/wp-content/.../12/17-GT-Paulo-Ricardo-Bavaresco.doc Acesso em 10.01.2014

BOUERDIER, Pierre. O Poder Simbólico, tradução de Fernando Tomáz, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. Estudos avançados, V.15, N.º 43, São Paulo: 2001. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300016Acesso em 24.01.2014.

_____. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Jorge Edgar; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília: DF, 2002.

_____. Elementos para a construção do projeto político pedagógico da Educação do Campo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Cadernos Temáticos: educação do campo. Curitiba: SEED/PR, 2005. Caldat (2004).

CHEROBIN, Fabiana F. O Ensino de História na Escola Nossa Senhora Aparecida, no Assentamento Zumbi dos Palmares: o vivido e o ensinado (1995- 2010). Trabalho de conclusão apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, UFSC, 2012. Disponível em: [xa.yimg.com/kq/groups/22720328/.../FABIANA-HST-final+\(1\). Pdf](http://xa.yimg.com/kq/groups/22720328/.../FABIANA-HST-final+(1).Pdf) Acesso em 31.01.2014.

DALMAGRO, L. Sandra. A escola no contexto das lutas do MST. Tese de Doutorado, Florianópolis, UFSC, 2010.

DALMAGRO, L. Sandra. 12ª SEPEX- Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC, 2013, Mini Curso Pedagogia Socialista.

FREITAS, L. C. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Editora Papirus, Campinas, 2005.

_____. Ciclos, seriação e avaliação. São Paulo: Moderna, 2003 a.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da Escola Improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista/ - 7ª ed.- São Paulo: Cortez, 2001.

KOMINKIÉWICZ, Vagner Luiz; DANTAS, Jéferson Silveira. Escola Nossa Senhora Aparecida: um movimento histórico de luta por escola. Revista Per Cursos. Florianópolis, v. 14, n.26, jan./jun. 2013. p. 187 - 213.

MANACORDA, A. Mário, Marx e Y La Pedagogia Moderna, Oikustau,s,a- ediciones- Barcelona Espanha,1979.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. Marx e a pedagogia moderna. Campinas: Editora Alínea, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. Textos sobre Educação e Ensino/ Karl Marx e Friedrich Engels, Tradução de Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro, 2004.

MÉSZÁROS, István. A Educação para Além do Capital, Tradução de Isa Tavares- São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. A teoria da Alienação em Marx, Tradução de Isa Tavares- São Paulo: Boitempo, 2006.

MST - Caderno de Educação N° 08: Princípios da Educação no MST. 3ª Ed: 1999

_____. Como fazemos a escola de Educação Fundamental. Caderno de Educação n. 9. São Paulo, 1999.

_____. CONSTRUINDO O CAMINHO- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra- Ed. 2001.

_____. DOSSIE MST ESCOLA- Caderno de Educação n ° 13- Documentos e Estudos – 1990-2001- Companhia da Letras, São Paulo, 2005.

PIEREZAN, S. A luta pela terra e a trajetória de resistência: trabalho e renda nas famílias do assentamento Zumbi dos Palmares, Passos Maia/SC. Dissertação (Mestrado Profissional em Agroecossistemas). UFSC, Florianópolis, 2011 Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PAGR-P0014-D.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2011.

PPP- Projeto Político Pedagógico da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, 2010.

SACHET, Celestino; Santa Catarina 100 Anos de História. Editora RBS, 1997, 563 p.

SAVIAVI, Dermeval. Escola e Democracia: Teorias da Educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política/ Demerval Saviani-41. ed. revista – Campinas, SP: Autores Associados, 2009. - (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 5).

_____. Marxismo e pedagogia. Intervenção no III EBEM (Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo). Salvador, 14 de novembro de 2007.

SNYDERS Georges. Escola classe e luta de classes/ (tradução leia Prado). – São Paulo: Centauro, 2005.

STÉDILE, J. Pedro. A Reforma Agrária e a luta do MST- Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SOUZA, E. Lourenço. As contradições, limites e possibilidades na construção de uma experiência contra hegemônica. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Trabalho, Educação e

Movimentos Sociais, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde, RJ, FGV, 2013.

VENDRAMINI, Célia Regina. Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijuí: Editora da Unijuí, 2000.

WOLOSZIN, N. Em Busca da Terra: colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense. 2008 Disponível em: http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/historia/BUSCA_TERRA_COLONI_ZACAO_EXPLORACAO_MADEIRAS_OESTE_CATARINENSE.pdf Acesso em 9.01.2014

Referências da Internet

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=52 Acesso em: 31.01.2014

http://biblio.wdfiles.com/localfiles/paula1924botocudos/paula_1924_botocudos.pdf Acesso em 21.01.2014

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Caingangues>. Acesso em 21.01.2014

<http://www.adami.com.br/index.php/sample-page/sobre-adami-sa/> Acesso em: 24.11.2012

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/5727/5285> Acesso em 19/03/2012.

<http://www.pm.sc.gov.br/cidadao/proerd.html> Acesso em 15/05/2014

www.ibge.gov.br/home/estatisticas/populacao/censo2010/sinopse.pdf Acesso em: 24.11.2012

<http://reporterbrasil.org.br/2011/10/operacoes-em-serie-libertam-35-de-trabalho-escravo-rural> Acesso em 10.11.2013.

www.brasilemmisériagov.br/cepa.epagri.sc.gov.br/Publicações/Diagnósticos.PDF rural do município. Acesso em: 24.10. 2012.

<http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/Diagnostico.PDF> Acesso em 23.12.2013.

<http://www.epagri.sc.gov.br/> Acesso em 23.12.2013.

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95856/296906.pdf?sequence=1> Acesso em: 02.02 2014.

<https://www.fao.org.br/> Acesso em 02.02.2014.

<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Macrorregiao%20-%20Oeste.pdf> Acesso em: 21.01.2014.

http://www.redeprincesa.com.br/index.php/desc_noticia/apreendidas_armas_e_municoes_em_ponte_serrada_e_passos_maia/ Acesso em: 21.01.2014.

<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/dicionario-de-educacao-do-campo/dicionario-de-educacao-do-campo/view> Acesso em: 02.02.2014.

APÊNDICES

Roteiro de Entrevista Pais

1- Qual a importância da escola na comunidade? Como os pais vêem a escola?

2- Você participa das atividades na escola? Quais? Por quê?

3-Seu filho (a) gosta da escola? Como que o Sr.(a) sente isso?

4- Que avaliação o Sr (a) em da Escola Zumbi? O que o Sr. (a) pensa a respeito da escola?

5- -Como avalia a mudança da direção da escola? Melhorou ou não? Em que?

6-Percebemos uma menor presença dos pais no ultimo ano na escola. Em sua opinião, porque diminuiu a presenças dos mesmos no espaço escolar?

7-O que a Sr. (a) espera do fato de seu filho frequentar uma escola? O que o Sr.(a) pensa sobre isso?

8- Que futuro o Sr. (a) espera para seu filho? Que trabalho acredita que ele possa vir a realizar?

9- No mês de abril de 2013 a escola fez uma palestra com os estudantes, com presença o Conselho Tutear, Policia Civil e Militar, tendo como pauta da reunião a disciplina escolar, entre outras questões. O Sr. (a) ouviu falar sobre a mesma? O que o Sr.(a) pensa a respeito disso?

Roteiro de Entrevista Estudantes

1. Você gosta da escola? Do que gosta e do que você não gosta? Por quê?
- 2- O que você aprende na escola?
- 3- O que você espera no seu futuro?(onde pretende trabalhar, que sonhos têm)?... Você pensa que vai realizar esse desejo? Se tiver irmão mais velho onde eles estão? E o que estão fazendo?
- 4- De quais professores mais gosta? Por quê?
- 5- Quais as maiores dificuldades que você encontra em sala de aula?
- 6-Na relação professor estudante há algo que te incomoda? O que precisa ser melhorado?
- 7-O que você aprende com seus colegas nos intervalos e no trajeto de casa para a escola?
- 8- O que você aprende com os professores fora da sala de aula? o que fica destas relações?
- 9- Você percebe diferença na gestão anterior da escola para a atual? Qual?
- 10- Sobre a palestra (relembrar): O que te marcou ou ficou mais forte naquele momento? O que te chamou a atenção naquele momento? O que mudou na escola depois desse fato? Porque você acha que ela foi realizada, o que se queria com a palestra?

Roteiro de Entrevista Educadores

- 1- Porque você optou por trabalhar numa escola de Assentamento?
- 2- Você gosta de trabalhar nessa escola?
- 3- O que você espera do futuro dos seus estudantes?
- 4- Que profissões você imagina que eles efetivamente venham desempenhar no futuro?(para professores mais antigos): O que estão fazendo os estudantes que já se formaram na escola?
- 5- Que diferenças têm em trabalhar nesta escola das outras que você trabalhou ou conhece?
- 6-Quais as qualidades e defeitos dessa escola?
- 7-Como você avalia a gestão anterior e a atual na escola?(Pontos negativos e positivos em cada um)? Quais as diferenças?
- 8-Que avaliação tem dos seus estudantes no que se refere ao comportamento e ao aprendizado?(perguntar: Porque os estudantes são desinteressados ou desrespeitosos?).
- 9- Sobre a metodologia de ensino: Qual mais utiliza? Por quê?
- 10- Como você reflete o momento atual em que vivemos?
11. Como você vê o mundo e Passos Maia neste contexto? Como você se vê nesta relação?
- 12- Que papel tem o educador? O que é ser educador para você?
- 13- Qual a importância das regras escolares? Elas são cumpridas ou não?
- 14- Como você vê seu estudante? Quem é seu estudante?

Roteiro de Entrevista Funcionários

1. Porque você optou por trabalhar numa escola de Assentamento?
2. Você gosta de trabalhar nessa escola? Por quê?
3. O que você espera do futuro dos estudantes?
4. Que profissões você imagina que eles efetivamente venham desempenhar no futuro? O que estão fazendo os estudantes que já se formaram na escola?
5. Que diferenças têm em trabalhar nesta escola das outras que você trabalhou ou conhece?
6. Quais as qualidades e defeitos dessa escola?
7. Como você avalia a gestão anterior e a atual na escola?(Pontos negativos e positivos em cada um)?
8. No mês de abril de 2013 a escola fez uma palestra com os estudantes, com a presença do Conselho Tutelar, Policias Civil e Militar e tendo como pauta da reunião a disciplina escolar, entre outras questões. O s.r. (a) ouviu falar sobre a mesma? O que o S.r. (a) pensa a respeito disso?
9. Qual a importância das regras escolares? Elas são cumpridas ou não?

Roteiro de Entrevista Direção da Escola

1- Qual a proposta pedagógica da escola na atual gestão?

2- Qual o sentido da escola para a Sr.^a? Há diferenças entre a proposta pedagógica entre uma gestão e outra? (formação professores, material didático, planejamento, sala de aula...).

3-Que profissões você imagina que eles efetivamente venham desempenhar no futuro? O que estão fazendo os estudantes que já se formaram na escola? O que a Sr.^a espera como resultado?